



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

MÔNICA VALÉRIA MONTEIRO DE CARVALHO

**SENHORES DE GADO:**  
RELAÇÕES DE MANDONISMO NO SERTÃO DO PIAUÍ  
1874-1888

TERESINA-PI  
2015

MÔNICA VALÉRIA MONTEIRO DE CARVALHO

**SENHORES DE GADO:**

RELAÇÕES DE MANDONISMO NO SERTÃO DO PIAUÍ  
1874-1888

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Professor Dr. Johny Santana de Araújo.

TERESINA-PI  
2015

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

C331s Carvalho, Mônica Valéria Monteiro de.  
Senhores de gado: relações de mandonismo no sertão do Piauí  
1874-1888 / Mônica Valéria Monteiro de Carvalho. -- 2019.  
114 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Pós-  
Graduação em História do Brasil, Teresina, 2019.

“Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo”.

1. História - Piauí. 2. Pecuária - Piauí. 3. Mandonismo.  
4. Sertão - Escravidão. I. Título.

CDD: 981.22

MÔNICA VALÉRIA MONTEIRO DE CARVALHO

**SENHORES DE GADO:**

RELAÇÕES DE MANDONISMO NO SERTÃO DO PIAUÍ  
1874-1888

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Professor Dr. Johny Santana de Araújo.

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo - UFPI  
Orientador

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Ivone Dias Avelino – PUC - SP  
Examinadora Externa

---

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento - UFPI  
Examinador Interno

TERESINA-PI  
2015

À Deus, por ser essencial em minha vida, meu escudo e meu guia, presente em todos os  
momentos.  
À minha amada avó Maria Frankalina de  
Carvalho.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus, que foi a luz orientadora dos meus passos para que eu pudesse atingir esse objetivo, que foi, é, e sempre será meu refúgio, obrigada meu Deus por ser tão bom comigo.

Agradeço à minha família, alicerce que fundamenta a pessoa que sou e pela qual agradeço à Deus por pertencer, pelo carinho e incentivo. Sou eternamente grata especialmente à minha mãe, Diana Monteiro de Carvalho, por ser exemplo de força, de alegria e de amor, que me ama incondicionalmente e que amo tanto. À minhas queridas irmãs, Marcela e Mayana, pelo companheirismo, pela força e pelo ânimo. À minha doce vovó, Maria Frankalina de Carvalho, por ser uma inspiração de vida, um exemplo de sabedoria e uma das melhores amigas da minha vida. Ao João Felipe, meu sobrinho amado, minha alegria, que tudo transforma em amor.

Agradeço ao meu noivo, Clayton Gomes de Moura, pelo amor generoso, pela paciência sem fim, pela compreensão sem limites, pelo companheirismo e por acreditar em mim, até quando eu mesmo duvidei que fosse capaz, sempre estive ao meu lado incentivando-me e mostrando-me que para mim só o céu era o limite.

Aos meus professores que contribuíram tanto para minha formação profissional, intelectual, pessoal, através de seus bons exemplos, sou muito grata a todos, em especial aos professores Clarice Helena Santiago, Cláudia Cristina Fontineles, Marcelo de Sousa Netos, Elizangela Cardoso, Solimar Oliveira Lima, Francisco Alcides do Nascimento.

Ao meu querido orientador Johny Santana de Araújo pela dedicação, atenção e paciência.

À minha querida amiga Genimar Resende por toda a generosidade com que sempre me recebeu, disponibilizando sempre um pouco do seu tempo e muito do seu conhecimento, pelos empréstimos de materiais de pesquisa que me foram de valiosa ajuda, pelas leituras, dicas e reflexões, que me ajudaram a refletir sobre minha pesquisa, pelas correções e pela tão valiosa amizade.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio de Abreu, Sr. Sebastião, por ser o melhor dos guias nos difíceis caminhos da busca das fontes, pela atenção e pela excelência no desempenho de suas funções, e a Sr<sup>a</sup> Maria de Jesus, pelo carinho e atenção com que sempre me recebeu.

À secretaria do programa de Pós-graduação em História do Brasil, Sr<sup>a</sup> Eliete e Sr<sup>a</sup> Rayrana, pela atenção e carinho.

Aos 19 amigos da minha querida turma de mestrado, um grupo de pessoas generosas, honestas e muito inteligentes, em especial as que acabaram se tornando minhas amigas-irmãs Mara Carvalho, Paula Poliana e Natália Maria.

Enfim, agradeço a todos os amigos e familiares que torceram por minha vitória, sou muito grata a todos.

## LISTA DE GRÁFICOS

29 - Gráfico 01 - Distribuição da terra dentro das faixas de riqueza 01

40 - Gráfico 02 - Distribuição da terra entre as faixas de riqueza

41 - Gráfico 03 – Participação dos bens no patrimônio dos inventariados da vila de Jaicós-PI pertencentes à faixa de riqueza 01 (1874-1888)

42 - Gráfico 04 - Participação dos bens no patrimônio dos inventariados da vila de Jaicós-PI pertencentes à faixa de riqueza 02 (1874-1888)

43 - Gráfico 05 - Participação dos bens no patrimônio dos inventariados da vila de Jaicós-PI pertencentes à faixa de riqueza 03 (1874-1888)

44 - Gráfico 06 – Distribuição dos tipos de animais inventariados na vila de Jaicós-PI (1874-1888) pertencentes à faixa de riqueza 03

44 - Gráfico 07– Distribuição dos tipos de animais inventariados na vila de Jaicós-PI (1874-1888) pertencentes à faixa de riqueza 02

45 - Gráfico 08 – Distribuição dos tipos de animais inventariados na vila de Jaicós-PI (1874-1888) pertencentes à faixa de riqueza 01

## **LISTA DE TABELAS**

## SUMÁRIO

Considerações iniciais .....	11
1. As Vilas do Piauí: territórios do mandonismo rural .....	21
i. O sertão mestiço.....	24
ii. Piauí e seus primórdios.....	26
iii. Piauí oitocentista .....	30
iv. Piauí e o tráfico interprovincial .....	41
2. Senhores de Mando.....	45
i. Os senhores da vila de Jaicós.....	60
3. Territórios de Mando.....	78
i. Esquadrinhando o monte-mor.....	78
ii Na cangalha: as relações de mando.....	95
Considerações finais .....	108
Fontes manuscritas .....	110
Referências bibliográficas.....	111

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a sociedade de Jaicós e áreas adjacentes, cuja documentação corresponde ao cartório de Jaicós, no período de 1874-1888, período de intensas transformações. Pretendemos estudar a distribuição das riquezas, assim como o processo de estratificação e hierarquização desta sociedade. Estudaremos igualmente as relações de trabalho, analisando a coexistência do trabalho livre com o trabalho escravizado, para ao fim identificarmos as representações sobre os homens, construídas no âmbito desta amostra de sociedade sertaneja, tendo como ideia central a integração das atividades da pecuária, da agricultura e do trabalho escravo. Para tanto, utilizaremos a metodologia da história demográfica, complementada por uma análise comparativa sobre fontes primárias, tais como: os autos dos inventários, os autos crimes, a lista de classificação dos escravos, o rol dos culpados. Tendo como suporte teórico autores como: Solimar Oliveira Lima, Hebe Mattos, Erisvaldo Fagundes Neves e Silvia Hunod Lara.

Palavras-chave: Mandonismo; Pecuária; Agricultura de subsistência; Escravidão.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the society Jaicós and surrounding areas, whose documentation matches the notary Jaicós, from 1874-1888, a period of intense transformation. We intend to study the distribution of wealth, as well as the process of stratification and hierarchy of this society. We will also study labor relations, analyzing the coexistence of free labor as the enslaved work. To the end identify the representations of men, built within this sample hinterland society. With the central idea the integration of livestock activities, agriculture and labor. For this purpose we will use the methodology of demographic history, complemented by a comparative analysis on primary sources such as the case of inventories, the case crimes, the ranking list of slaves, the list of the guilty. Having as theoretical support authors as: Solimar Oliveira Lima, Hebe Mattos, Erisvaldo Fagundes Neves and Silvia Lara Hunod.

Keywords: Despotism; Livestock; subsistence farming; slavery.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste estudo não nos proporemos a fazer longos prólogos sobre as origens da historiografia brasileira ou sobre a história da escravidão, utilizaremos apenas o que for fundamental para análise das relações de mandonismo nos sertões piauienses, utilizaremos a historiografia como elemento estruturante, detentor de categorias, tais como trabalho, propriedade, escravidão, resistência e identidade, as quais permearão este estudo. Partiremos da historiografia para iniciarmos e fundamentarmos a história de homens e mulheres, ricos e pobres, livres e escravizados que povoaram, produziram e viveram na vila de Santana das Mercês, hoje cidade de Jaicós e regiões adjacentes, ao final do século XIX.

É sobre essa sociedade que se dedica esse estudo, uma sociedade cuja economia está voltada para o mercado interno, tendo na pecuária sua principal atividade econômica conciliada à policultura, quer ela fosse de subsistência ou para o abastecimento dos mercados locais. Uma vez que naquela época não existiam estradas para o transporte de tudo aquilo que fosse produzido, os caminhos existentes eram abertos pelo gado e obrigavam a sociedade a tornar-se autossuficiente, produzindo tudo que necessitava segundo um modelo econômico endógeno, baseada no tripé da escravidão, da pecuária e da agricultura.

*Senhores de gado: relações de mandonismo no sertão do Piauí, 1874-1888* tem por objetivo maior diminuir as lacunas ainda existentes na história do Piauí, em especial no período que alcança o final do século XIX, focando nosso estudo nas realidades do campo, trabalhando com os tipos dos sertões, analisando as lutas e os conformismos que marcaram as sociabilidades das regiões mais interioranas da Província do Piauí.

O estudo tem como problemática central a análise do mandonismo, analisando as dinâmicas das relações sociais sob as quais estão regidas as leis de convivência ou leis “costumeiras”, os limites de territorialidade e solidariedades e os poderes de mando constituidores das sociedades sertanejas do final do século XIX, tendo por recorte espacial a vila de Jaicós, região centro-sul do Piauí.

Um estudo sobre cultura política dos sertões, entendendo esta cultura como um código social norteador e disciplinador que direciona as relações humanas e transforma as relações sociais em uma teia de poderes ou em redes de sociabilidades. Faz-se necessário

compreender como se relacionaram as grandes economias dos latifúndios pecuaristas e os pequenos agricultores, como o escravo era utilizado em ambos os casos e como os homens pobres transitavam entre os diferentes universos de riquezas.

Contudo, ainda são raros os estudos sobre microeconomias sertanejas voltadas ao mercado interno, boa parte dos estudos econômicos está voltada aos grandes ciclos, tais como o açúcar, a mineração e o café. São igualmente escassos os estudos sobre a relação entre trabalho e pecuária, isso se deve à errônea concepção segundo a qual *o gado cuida de si próprio*, não exigindo muita mão de obra, fazendo com que o mito do escravo preguiçoso dos sertões fosse amplamente difundido e criando uma falsa impressão que esta região era uma terra apenas de gado e não de homens, livres ou escravizados.

Se tomássemos apenas o motivo supracitado essa pesquisa já se justificaria, mas, além disso, durante muito tempo os estudos sobre a região Nordeste reiteraram a imagem idealizada e romântica do sertão como lugar de relações de solidariedade e fidelidade, associando fazendeiros e vaqueiros. De acordo com tal teoria, essa proximidade teria eliminado as relações de dominação, fazendo do vaqueiro uma espécie de devoto do sistema patriarcalista.

Essa visão paternalista também via a escravidão do sertão como “branda”, onde os escravos viviam sem vigilância, alimentando-se de carne e leite, tendo uma vida de *folgazão*, trabalhando pouco, vivendo em ócio. Essa visão perdurou na historiografia piauiense através de trabalhos como aqueles de Odilon Nunes<sup>1</sup>, Monsenhor Chaves<sup>2</sup>, Miridan B. Knox Falci<sup>3</sup>. No caso do Piauí a opressão igualmente ocorria, um exemplo disso é a carta escrita pela escrava Esperança Garcia, de uma Fazenda nacional, queixando-se contra a violência da administração, pela ausência do sacramento do batismo e por estar separada de seu cônjuge.

Nas últimas décadas, a historiografia piauiense vem dando um grande salto em direção à superação do patriarcalismo, caminhando para uma nova visão de escravidão onde ora a violência ora a negociação são utilizadas como mecanismos de controle social.

Em estudos sobre as fazendas nacionais, Solimar Oliveira Lima rompe com a concepção segundo a qual os escravos destas fazendas pouco trabalhavam, sendo

---

<sup>1</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1966. v. 1, 2, 3, 4.

<sup>2</sup> CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

<sup>3</sup> FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

considerados “funcionários públicos”, descrevendo suas árduas jornadas de trabalho, suas péssimas condições de alimentação e vestuário e os maus tratos sob os quais viviam. Desmistificando a concepção de escravidão paternalista, evidenciando que os escravos públicos assim como os particulares viviam sob condições de constante violência, o que debilitava sua saúde e diminuía sua expectativa de vida.<sup>4</sup>

Os escravos públicos das fazendas do Real Fisco denunciavam os castigos e os abusos praticados pelos administradores, o exemplo mais conhecido na historiografia piauiense é carta da escrava Esperança Garcia que o antropólogo Luiz Mott, em estudo sobre *O Piauí Colonial*, trouxe à luz dos estudos atuais. Em seu trabalho Mott igualmente enfoca a baixa concentração populacional dos territórios piauienses nos primeiros séculos de ocupação, onde as fazendas se constituíam como os principais núcleos de povoamento, reforçando a máxima segundo a qual o *Piauí teria nascido dos currais*. Contudo, em seu capítulo *O patrão não está: uma análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí colonial*, Mott ressalta um aspecto muito importante: o absenteísmo dos donos das fazendas, abrindo o precedente para o estudo de sociabilidades e de solidariedade até antes inimaginadas.<sup>5</sup>

Seus estudos apontam para novos entendimentos, tais como a possibilidade de escravizados viverem sem a presença de homem branco que os vigie ou que este ainda fosse o encarregado da administração de uma fazenda de gado, mantendo com as redondezas relações de solidariedades que vão além das horizontais mantidas com seus pares, fazendo inclusive negócios com homens livres para garantir a manutenção diária da fazenda e a sua própria subsistência, o que lhe confere uma situação de autonomia.<sup>6</sup>

Nestes sertões, em que os territórios eram pouco habitados, começam a nascer poderes alternativos aos poderes centrais, nascidos no seio das famílias mais abastadas do interior do Brasil, as quais se aproveitam das grandes distâncias e da ausência do governo central para se tornarem um poder extralegal<sup>7</sup> baseado numa política paternalista, em

---

<sup>4</sup> LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1882-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>5</sup> MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1995.

<sup>6</sup> MOTT, op. cit. p. 115.

<sup>7</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. p. 71.

relações de apadrinhamentos, na constituição de milícias privadas (os ditos jagunços), bem como nos grandes domínios territoriais, constituídos por grandes latifúndios que têm como binômio o senhor das terras e os seus dependentes. Estes poderes nas mãos de uma seleta elite fizeram do interior do Brasil, desde sua origem, o ambiente dos territórios de mando. Onde os primeiros povoadores do interior dos territórios trataram de se assenhorear das terras.

Temos na historiadora Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>8</sup> um referencial para o estudo do fenômeno do mandonismo, desde sua origem ainda no Brasil Colônia até a República. Outro expoente nessa temática é Victor Nunes Leal<sup>9</sup> que vem se dedicando a fazer um estudo da versão do mandonismo no período da República, do coronelismo, com o qual o mandonismo comunga origem e fundamentação.

Em uma perspectiva geográfica mais específica, aquela da vila de Jaicós na região centro-sul do Piauí, o poder de mando esteve nas mãos de elites coloniais compostas por poucas famílias que se casavam entre si, formando uma “elite de primos”<sup>10</sup>, tais famílias concentravam a maior parte das terras e dos rebanhos de gado vacum e cavalariço, além de controlarem um grande contingente de homens, escravizados e não escravizados, pois quanto maior fosse sua zona de influência maior seriam seus poderes.

Nesses territórios de mando, as elites tornavam-se mandatárias de muitas terras, gados e homens e para que seus *domínios pessoais* fossem mantidos se fazia necessário um aparato de segurança constituído por um conjunto de regras aceitas como “costumeiras”<sup>11</sup>. As teias de solidariedade que se formam dentro dos domínios compartilham um código moral baseado na cultura viril, na fama, na palavra, na honra e na violência. É a partir daí que vão sendo estabelecidas as alianças e os limites.

A violência constituía-se como um dos elementos mantenedores da ordem, era com a utilização dela que os territórios eram conquistados e ela era igualmente essencial para sua conservação. O uso da violência não era privilégio das camadas sociais mais abastadas, seu

---

<sup>8</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

<sup>9</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. cit.

<sup>10</sup> SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

<sup>11</sup> SILVA, Célia Nonata. *Territórios de Mando: banditismo em Minas Gerais, século XVII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

uso era difundido em todos os segmentos sociais, praticada pelo senhor até mesmo contra membros de sua própria família, podia se dar entre escravos do mesmo cativo ou de outros cativos, entre homens livres de níveis sociais diferentes e entre estes e os escravizados.<sup>12</sup>

Outro elemento de manutenção da ordem são os laços de solidariedade, os quais ligam indivíduos horizontalmente com seus pares e verticalmente com os senhores, relativamente aos quais estes têm relação de dependência. Estes laços formam um círculo de proteção, auxílio e cumplicidade, além de um elo de trabalho e dependência econômica, através de laços de solidariedade diretos ou indiretos grandes e pequenos produtores mantêm-se unidos dentro de uma cadeia ou rede de solidariedades.<sup>13</sup>

Dentro destes territórios de mando temos a coexistência do trabalho livre com o trabalho escravizado, dividindo os mesmos ofícios, os mesmos ambientes de trabalho. Também existia o caso de pequenos agricultores de poucos recursos ou indivíduos sem terra e sem gado que dividiam com seus poucos escravos até mesmo as habitações, vendo no trabalho da lavoura uma possibilidade de superação da miséria<sup>14</sup> ou vendendo o trabalho de seus escravos, as jornadas ou diárias, para garantir sua sobrevivência.

Os territórios de Jaicós se constituem como uma economia voltada ao mercado interno, através da pecuária extensiva. Mas que também tem na agricultura de subsistência um grande contingente populacional empregado. Conta com um baixo abastecimento de gênero do tipo exportação, obrigando a sociedade a criar mecanismos para suprir suas necessidades e levando-a a fabricar nas próprias fazendas tudo o que fosse necessário à sobrevivência das populações destas terras.<sup>15</sup>

Este estudo foi realizado sob a perspectiva da metodologia socioeconômica, com a utilização do método quantitativo da demografia histórica, ressaltando que o simples uso de dados não caracteriza em si o método demográfico, os dados representam quantidades que

---

<sup>12</sup> LARA, Silvia H. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>13</sup> MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1890*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

<sup>14</sup> MATTOS, HEBE. *As cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3 ed. rev. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>15</sup> NEVES, Erisvaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*, Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

por sua vez fundamentaram as discussões sobre os fenômenos sociais e fatores econômicos do mandonismo, dentro de uma dimensão espaço-temporal.<sup>16</sup>

Tendo por objetivo estudar as relações de trabalho em uma economia articulada com o mercado interno, analisando como ocorreu a construção dos poderes e como estes estabeleceram seus limites no universo escravista do sertão, onde foram construídas sociabilidades, além de verificar sob quais formas de resistência à escravidão foi contestada.

Para esse fim, como fontes, utilizaremos os testamentos, autos de inventários *post-mortem* de senhores de escravos, autos de crimes, além dos Livros das juntas classificatórias de escravos e o Rol dos Culpados, da província de Jaicós, disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado do Piauí.

No Brasil, há muitos anos os testamentos vêm sendo utilizados como fontes para o conhecimento do passado. No entanto, somente nas últimas décadas do século XX essa documentação incorporou novos procedimentos possibilitados pela generalização da informática, o que não é o caso do Piauí, pela influência dos estudos quantitativos da demografia histórica e a redescoberta da morte como tema da Nova História.<sup>17</sup>

Isso ocorreu por que no século XVIII, a estrutura dos testamentos atingiu sua máxima complexidade, surgindo uma série de confrarias especializadas no cerimonial da morte e na salvação da alma. Os testamentos portugueses modernos visavam à preparação do funeral e à salvação da alma. Somente no século XIX, os testamentos foram perdendo sua finalidade espiritual, de tal forma que as versões mais recentes abordam exclusivamente os bens materiais.

As Ordenações Filipinas de 1603 orientaram a vida familiar e os direitos de sucessão desde a formação da América Portuguesa. Essa legislação manteve-se no Brasil, com algumas alterações, até 1916, quando foi aprovado o primeiro Código Civil Brasileiro.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> NEVES, op. cit. p.11-12.

<sup>17</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novas abordagens*. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, 3 vol.

<sup>18</sup> ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. Os caminhos da riqueza dos paulistas na primeira metade do oitocentos. São Paulo: Hucitec: Fapep, 2006. p. 59.

Sendo o testamento um documento jurídico unilateral, de caráter irrevogável, onde se faz a disposição dos bens após a morte, podendo existir inclusos nesse documento procurações de tutela de menores, reconhecimento de filiação e últimas vontades, estes podem vir complementados de inventários dos bens.

Os inventários também são processos jurídicos, bem mais simples que os testamentos, onde temos a avaliação dos bens de um patrimônio para partilha entre os herdeiros legais, com a possibilidade de destinação de parcelas a eventuais fins instituídos por testamento. Obrigatoriamente elaborado por um funcionário cartorial e homologado por um juiz.

Este gênero discursivo tem função informativa e caráter solene, composto por uma estrutura rígida, como cabe à documentação oficial, constituído de um termo de abertura feito pelo inventariante, que pode ser o cônjuge, o filho ou o genro do inventariado, pela circunstância de sua morte. Em seguida, teremos a relação dos herdeiros e um juramento de confiabilidade das informações declaradas pelo inventariante, quanto à declaração dos bens a serem inventariados, na sequência teremos a parte de maior relevância para uma pesquisa econômica, a descrição minuciosa dos bens. Em nossa pesquisa, os inventários têm função primordial, pois graças a essa fonte podemos estabelecer um quadro econômico sobre a sociedade de Jaicós.

Os inventários encontravam-se divididos em quatro categorias: os *Moveis*: ouro, prata e objetos em geral; *Semoventes*: escravos e animais; *Raiz*: casa, roças, sítios, fazendas; e as *Dívidas*, que podem ser ativas ou passivas. Após a descrição dos bens, teremos a partilha dos mesmos entre os herdeiros, ficando o cônjuge com 50% do patrimônio e devendo os demais bens ser repartidos igualmente entre os herdeiros. Os três últimos documentos a constituir o inventário são o talão da cobrança do imposto do tesouro provincial, a relação dos escravos pertencentes ao inventariado e o extrato com às custas do processo.<sup>19</sup>

A escolha dos inventários que comporiam o *corpus* da presente pesquisa acabou se processando de maneira natural, tomando-se como primeiro passo a escolha do marco temporal, o passo seguinte foi buscarmos uma espacialidade rural dentro da Província do Piauí. O recorte temporal corresponde ao fim do século XIX (1874-1889), um período de

---

<sup>19</sup> ARAUJO, op. cit. p. 59-69.

transição, por isso rico, uma mescla do que está findando, a escravidão, e uma mostra do continuísmo do patriarcalismo das sociedades brasileiras, em especial a nordestina, não havendo ruptura social e política significantes.

Entre a documentação até o momento encontrada e disponibilizada no acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí, casa Anísio de Abreu, as opções de trabalho são variadas e todas atrativas, considerando que o Piauí como um todo é um estado rural pecuarista. A qualidade da documentação foi o critério determinante para escolha da “*Villa*” de Jaicós como recorte espacial.

O resultado é um corpus com 22 autos de inventários, um número um tanto reduzido, mas bastante significativo, constituindo uma amostra de grande valor por ter nela representados todos os segmentos sociais. Mas o que explica essa pequena quantidade de inventários? Muitas seriam as possibilidades de explicação: poderíamos afirmar que essa reduzida quantidade se deve à grande concentração de terras nas mãos de poucos, ou que nem todos os moradores de Jaicós tinham condições econômicas de fazer inventários, ou ainda que muitos não tivessem a posse legal da terra. O fato é que, muito embora reduzidas, as fontes nos revelam um quadro socioeconômico da sociedade de Jaicós. Na realidade, somente era obrigatória a realização de inventários em caso de falecimento de pessoa deixando filhos menores de idade, cabendo ao juiz de órfãos à proteção dos direitos de herança dos menores.

Os inventários também trazem peculiaridades, tais como a devoção dos moradores da região por Santa Luzia, presente em homenagem gravadas em jóias e no nome das escravas.

No primeiro capítulo temos a apresentação dos domínios rurais, berço onde se originaram as relações de sociabilidades norteadoras das sociedades brasileiras, fundamentadas no patriarcalismo, na mão de obra escrava e nos grandes latifúndios. Nesses espaços rurais temos sociedades autônomas que retiram da natureza e do trabalho tudo aquilo de que necessitam para a sobrevivência. Trata-se de sociedades de superação e de culturas sincréticas, pela fusão de vários elementos culturais, compondo um novo elemento cultural: o sertanejo. A esse capítulo intitulamos *As Vilas do Piauí: territórios do mandonismo rural*.

O primeiro capítulo encontra-se dividido em quatro tópicos. Em momento introdutório temos um estudo da temática do Brasil rural, como ocorreu o processo de

formação das áreas mais interioranas do Brasil. No primeiro momento, *O sertão mestiço*, temos o estudo da temática do sertão, o processo de formação do híbrido cultural constituidor das sociabilidades sertanejas. Em um segundo momento, *Piauí e seus primórdios*, valemo-nos dos olhares dos viajantes e historiadores como fios condutores para compreendermos como se deu a formação e ocupação do território piauiense, no século XVII. Em um terceiro, *Piauí oitocentista*, temos uma análise das sociedades do Piauí oitocentista através da percepção de viajantes, analisando as suas opiniões sobre as terras, os homens e o gado, o começo da vila de Jaicós. Para finalizar, no quarto tópico, *Piauí e o tráfico interprovincial*, temos uma análise do tráfico interprovincial e seus reflexos no Piauí.

No segundo capítulo intitulado *Senhores de Mando: domínios pessoais*, temos um estudo das relações de mandonismo que constituem a cultura política das regiões sertanejas, definindo os conformismos e as tentativas de ruptura da ordem preestabelecida, identificando como ocorreu o estabelecimento da ordem, este momento também se encontra dividido em dois tópicos. O primeiro é um estudo das relações de mandonismo, pelo estudo das fontes teóricas, analisado como ocorreu e quais são os mecanismos de controle sociais. No segundo momento, *Os senhores da vila de Jaicós*, fizemos um estudo mais detalhado das teias de relações sociais e dos conflitos envolvendo os habitantes da vila de Jaicós, para tanto, valemo-nos dos inventários *post mortem*.

No terceiro e último capítulo, intitulado *Territórios de Mando*, debruçamo-nos sobre uma análise econômica e social da sociedade de Jaicós, além de analisarmos os embates sociais, como eram construídas as estratégias de controle social e como os sujeitos tentavam subverter a ordem estabelecida. Capítulo dividido em dois tópicos. No primeiro, *Esquadrinhando o monte-mor*, utilizamos as informações levantadas dos inventários para construção de quadros econômicos sobre a terra, os animais, e os escravos. No segundo tópico, *Na cangalha: as relações de mando*, analisamos os choques sociais entre as diversas camadas que constituíam a sociedade de Jaicós.

Ao fim desta pesquisa, observamos uma vila de Jaicós não tão pacata, como muitos consideram as sociedades sertanejas. Nela encontramos muitos conflitos, solidariedades voláteis, interesses oscilantes ao sabor das configurações de momento, onde as estratégias de sobrevivência e a busca da prosperidade se construía continuamente. Uma sociedade dinâmica e de territorialidade protetora que resguarda os seus e repele os elementos exógenos.

## 1. As Vilas do Piauí: territórios do mandonismo rural

As bases que estruturaram as sociedades brasileiras têm sua ancestralidade no campo, tais raízes rurais forneceram as condições não somente econômicas, mas sobretudo sociais para a constituição do Brasil que nós conhecemos nos dias de hoje. É nosso objetivo demonstrar como os hábitos e costumes do campo foram transpostos para os meios urbanos, em se tratando de cada realidade citadina ou até mesmo regional.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda analisa como o setor rural é imensamente maior que o urbano no âmbito da construção da identidade nacional, principalmente nos períodos iniciais, conhecidos como Brasil-Colônia e Brasil-Império<sup>20</sup>.

Focalizando igualmente a mão de obra escrava negra, utilizada em larga escala nas terras brasileiras no exercício das mais diversas atividades, desde os trabalhos do eito até os escravos de dentro, em todas as regiões do Brasil. O trabalho compulsório foi uma das características mais marcantes do mercantilismo no Brasil-Colônia, pois até mesmo antes do uso do africano, os índios, denominados “negros da terra”, desenvolviam as atividades mercantis. Contudo, graças a incorporação do tráfico negreiro, os ganhos cresceram consideravelmente, não somente no desenvolvimento das atividades agroexportadoras, mas sobretudo nos lucros vultosos obtidos com o comércio dos escravizados.

Para Nelson Werneck Sodré “a vida doméstica, no patriarcado brasileiro, seria profundamente influenciada pelos africanos”<sup>21</sup>. O papel sociocultural desempenhado pelo elemento negro foi marcante e em alguns casos até mesmo preponderante, pois os africanos escravizados compunham a maioria da população brasileira, influenciando nos aspectos linguísticos, culinários, estéticos, religiosos e culturais, dentre outros. No interior do Brasil o aspecto isolamento intensifica as representações socioculturais da população negra na cultura e na identidade regional e nacional.

A forte identificação da cultura negra com o reino animal pode ser facilmente notada no vocabulário e no folclore nordestino, em especial no piauiense. Figurando o Boi entre os animais mais emblemáticos, ora representado como um animal, ora visto como uma entidade

---

<sup>20</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>21</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 60-68.

da religiosidade africana, fazendo da pecuária uma atividade econômica de fácil identificação com as populações negras.

Nas fazendas de gado do Piauí a mão de obra foi sobretudo de escravos negros, os quais ocuparam e povoaram lenta e gradativamente os confins dos sertões piauienses, região marcada pelo patriarcalismo, pelo mandonismo, pela aspereza do clima e pela religiosidade.

Os domínios rurais constituíram-se como propriedades autônomas que produziam quase tudo o que necessitavam, “se bastava a si mesmo”, de acordo com o bispo de Tucumã, da ordem de São Domingos, “quase não há comércio”, afirma que “tudo que se busca para comprar junto ao comércio não se acha, mas se a busca se der nas casas e fazendas, tudo se encontra”<sup>22</sup>. Tal autossuficiência tem explicação, principalmente em se tratando de Piauí, onde determinados fatores faziam com que a produção estivesse mais voltada para o consumo<sup>23</sup>, tais como: as grandes distâncias, dificultando o transporte e as comunicações; a pouca quantidade de braços para trabalhar as terras; bem como os baixos preços dos gêneros alimentícios.

Outra característica é que as propriedades rurais eram consideradas autarquias, onde o poder dos potentados era a única lei conhecida, isso ocorria em grande parte em função do isolamento, sendo os domínios rurais regidos segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, as quais se mantiveram na península Ibérica por séculos, sendo trazidas para nossa sociedade através do processo de colonização, formando a base da organização social. “Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinados ao patriarcalismo, os *liberi*”<sup>24</sup>.

O distanciamento dos poderes do Estado possibilitou o surgimento de poderes locais, potentados, respeitados como os maiores poderes ou os únicos poderes existentes. Sendo

---

<sup>22</sup> HOLANDA, op.cit., p. 81.

<sup>23</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p. 59-76.

<sup>24</sup> HOLANDA, op. cit., p. 82.

uma das mais fortes características desses poderes o patriarcalismo, segundo o qual se formam relações de proximidade, afeto e submissão.

O patriarcalismo foi utilizado como uma tentativa de abrandamento das resistências da mão de obra escrava e como alternativa ao uso da violência. Contudo, são comuns os excessos no exercício do poder *pater*, tais como os crimes cometidos pelos senhores de terras, os quais por estarem protegidos pelas distâncias se tornaram mais frequentes, sendo perpetrados contra o corpo que compunha seu núcleo socioeconômico, suas maiores vítimas: os escravos, os quais sendo propriedades (coisas) de seus senhores, tinham suas vidas em suas mãos e eram capitalizados em ganhos e perdas. Há registros de vítimas dentro da família do próprio senhor de terras, de assassinatos de vizinhos, posseiros, agregados e desafetos em geral. O Nordeste, em especial o Piauí, não se constitui como uma terra sem lei, as leis que vigoram eram aquelas que se adaptassem aos interesses dos senhores ou fossem criadas por estes interesses, sendo consideradas “costumeiras”.

É a essa sociedade que se dedica nosso estudo, uma sociedade cuja economia está voltada para o mercado interno ou mercado de abastecimento, que tem na pecuária sua principal atividade econômica, conciliada à policultura, quer seja de subsistência ou voltada para o abastecimento dos mercados locais. Como naquela época não existiam estradas para o transporte de tudo aquilo que fosse produzido, os caminhos existentes eram abertos pelo gado, obrigando a sociedade a tornar-se autossuficiente, produzindo tudo que necessitava uma economia endógena, baseada no tripé composto por escravidão, pecuária e agricultura.

Contudo, ainda são raros os estudos sobre microeconomias sertanejas, direcionadas para o mercado interno, sendo grande parte das análises econômicas voltadas para os grandes ciclos, tais como o açúcar, a mineração e o café. São igualmente escassos os estudos sobre a relação entre trabalho e pecuária, devido à errônea concepção que o gado cuida de si próprio, não exigindo muita mão de obra, fazendo com que o mito do escravo preguiçoso dos sertões fosse amplamente difundido, criando uma falsa impressão segundo a qual esta região seria uma terra apenas de gado e não de homens, livres ou escravizados.

## 1. 1. O sertão mestiço

O sertão é um universo de conflitos, de choques, mas ao mesmo tempo agregador das diferenças, formador de seres híbridos, capazes de reunir elementos culturais diversos, que ora convergem, ora divergem em prol da conquista e manutenção dos poderes do mando, intimamente ligados à posse da terra, constituída enquanto seus territórios de mando. A propriedade de fato das terras fazia-se com o uso da força, das armas, da valentia e da violência, tal como a conservação dessas propriedades, onde o mando se instituiu como “costume”.

Considerando o sertão como lugar de encontros e choques culturais e corporais, temos a reunião de brancos, negros e indígenas, formadores de tantos outros, pardos, mulatos e caboclos, sendo este último o tipo mais comumente identificado nesta região. Transformando a cultura sertaneja em uma cultura mestiça, este hibridismo cultural está presente em todos os níveis sociais, isso porque também os filhos dos senhores de terra e de homens eram rezados pelas velhas benzedadeiras, e muitos foram os banhos de ervas, chá e beberagens que curaram desde dores até maus olhados. Este estado de coisas faz do sertão o lugar onde as mandingas africanas nascem das redes nativas e onde as farinhas são torradas aos sons dos batuques africanos.

Um espaço criado à margem da civilização para servir de abrigo para aqueles que não se incluíram dentro das fronteiras civilizadas, entendida como o local dos grandes ciclos econômicos, com maior presença do elemento colonizador.

Estar à margem representa estar fora dos grandes centros do poder oficial, tendo este poder e suas leis como referência, sem necessariamente segui-los. Tal como foi feito com os homens, hibridam-se igualmente as leis e os costumes, em um processo de adaptação para que estes se tornem adequados à natureza e aos interesses desses homens e aos poderes de mando.

A vida nestes tempos foi à própria criação de um mundo novo. Um homem novo, híbrido, caboclo. Num lugar seminal, cujo desenvolvimento lento, precário e difícil ordenou uma tradição de dominação privada e formas costumeiras de exercer estes poderes numa longa duração. [...]. Os sertões da América portuguesa foram espaços de conquista do gentio, mas também da oportunidade de se prover a existência de formas de autoridade e de

poderes, alicerçados no costume do mando e nas formas de proteção a terra, como capangas e jagunços.<sup>25</sup>

O sertão como um lugar de cultura mestiça ou cultura híbrida constitui-se como ambiente de convivência do sagrado e do profano cujas raízes formaram as referências que os diversos modos de vida permitiram, imbricados em um processo histórico de colonização ocidentalizante de culturas, ritos e rituais das matrizes portuguesas, africanas e indígenas.

Pois eram comuns as crenças em Exus, Oguns e Sacis que protegiam ou perturbavam os sertanejos pelos caminhos isolados dos sertões. Assim como em rezas que protegiam os corpos contra quebrantes e maus olhados, rituais de cura empregados tanto em pessoas como em animais.

Durante muito tempo os estudos sobre a região Nordeste reiteraram a imagem idealizada do sertão como lugar de relações de solidariedade e fidelidade ligando fazendeiros e vaqueiros, afirmando que entre estes a proximidade teria eliminado as relações de dominação, fazendo dos vaqueiros um tipo de devotos do sistema patriarcal. Contudo, novos estudos revelam que os choques não desapareceram, as submissões não foram substituídas por relações de afeto, o ocorreu foi uma ramificação dos poderes, possibilitando a construção de uma teia onde submissos também submetem. Não temos uma harmonia social do patriarcalismo escravocrata, mas uma nova configuração na distribuição dos poderes.

## **1.2. Piauí e seus primórdios**

Há muito o Piauí tem sido considerado como a “civilização do gado”, um Estado que surgiu dos currais e das caatingas do interior do Nordeste brasileiro. Desde os primeiros relatos, datados do século XVII, o Piauí tem figurado como uma economia complementar à agroexportadora.

O primeiro a trazer gado para o Piauí foi Domingos Afonso Mafrense, o Sertão, em 1674, “descobre e povoa o Piauí, com grande risco de sua pessoa e considerável despesa,

---

<sup>25</sup> SILVA, Nonata Célia. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 143-174.

com o adjutório de sócios”<sup>26</sup>, tendo como porta de entrada a feira que liga a feira de gado de Capoame na Bahia à vila da Mocha, no Piauí, para trabalhar nas fazendas de gado.<sup>27</sup>

O número de estabelecimentos de gado somente cresceu no século XVIII, devido à grande demanda da sociedade açucareira e mineradora. De 1674 a 1772 as fazendas pularam de 30 para 578.<sup>28</sup>

As propriedades pastoris possuíam grandes extensões, porque o gado era criado solto, nos moldes extensivos, mas igualmente em razão do clima seco durante grande parte do ano, exigindo grandes pastagens. Esse modelo de latifúndio pastoril exigia pouca mão de obra, prioritariamente masculina, cabendo aos homens o desbravamento dos sertões. Não raro, nos primeiros anos de ocupação, havia casas sem a presença de mulheres, o que explica a baixa densidade demográfica do Piauí. A própria capital Oeiras, antiga vila da Mocha, contava tão somente com 157 fogos e 692 almas, sem nenhum prédio público com estrutura própria, em com todas as casas térreas. Em 1772, existiam no Piauí como um todo 3.034 fogos, dos quais 360 fogos em área “urbana”, correspondendo a 11,8% do total, pois a maioria das moradias localizava-se nas fazendas e sítios de lavoura. O Piauí era um uma província extremamente rural e pastoril.

Em 1697 o Padre Miguel de Carvalho faz a “Descrição do Certão do Peauhy” percorrendo toda a província e construindo um quadro com toda a ocupação do território piauiense, e mostrando como ocorreu o povoamento. Nesta data, o Piauí contava com 398 homens (90,9%) para 40 mulheres (9,1%), destes homens eram 154 brancos (38,7%) e 203 negros (51%), os demais mestiços e índios, apenas 2% da população era casada. A composição das moradias era um homem branco vaqueiro ou proprietário acompanhado de 1 ou 2 escravos negros. Mas há casos onde só existiam negros vaquejando e administrando as fazendas, como na fazenda Éguas, presente nos relatos de Padre Miguel de Carvalho, “*está nela um negro escravo do Capitão Afonso Sertão, senhor da fazenda. Este negro se chama Francisco; é casado com uma índia, de quem tem 5 filhos. É negro de conta e sem branco a dar conta da fazenda a seu senhor*”.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> CARVALHO, 1697 apud. MOTT, 2010, p. 91.

<sup>27</sup> CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 190.

<sup>28</sup> MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2ª ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 93.

<sup>29</sup> CARVALHO, op. cit., pág. 37.

Em menos de um século, entre 1697-1762, a população do Piauí passou de 438 habitantes para 12.744 habitantes, este fenômeno é consequência de dois motivos. Primeiramente: a crise da lavoura açucareira fez com que a população migrasse para as áreas de interior e, em segundo lugar: a valorização do gado, antes vendido por 1 ou 2 libras, passou ao preço de 39 libras.<sup>30</sup> Por outro lado, o crescimento experimentado pelo Piauí não difere daquele ocorrido em outras regiões dos sertões brasileiros, à exceção dos grandes ciclos econômicos.

A população negra, de 48% em 1697, em 1772 passou a para 33%. Esta redução é explicada pela miscigenação, pois o escravo representava 45% da população rural do Piauí, exercendo em muitos casos a função de vaqueiro. Existindo até mesmo fazendas onde só haviam negros escravizados trabalhando sem vigilância em fazendas de gado. Para Luiz Mott a dicotomia nas sociedades pastoris de grandes dimensões deixa de ser senhor x escravo, passando a ser homem livre x homem escravizado, pois as lutas pela liberdade não desapareceram.

Nestas terras, concentrada nas mãos de poucos, Padre Miguel de Carvalho, registrou em sua obra “Descrição do sertão do Piauí”<sup>31</sup> as terras dos Alongazes, situadas a cerca de 20 léguas da serra da Ibiapaba, percorrendo as três regiões principais em terras declaradas nos inventários *post-mortem* da vila de Jaicós, correspondentes às fazendas localizadas às margens dos riachos Canabrava e São Nicolau, a jusante do rio Canindé: fazendas Iningá, Sítio-do-Mendes e São Nicolau. A região “vulgarmente chamada de Brejo”, região com olhos d’água nas proximidades do riacho Santa Catarina, temos a fazenda Brejo. Nesta região, o Capitão-mor dos paulistas, Francisco Dias da Siqueira fundou o arraial dos Tapuias “com os quais faz entrada os gentio bravo e lhe tem o encontro para que não ofendam a população”<sup>32</sup>, em que se encontrava a fazenda Paulista, correspondente a uma longa extensão de terra presente em quatro inventários. A fazenda Paulista daria posteriormente origem ao município de Paulistana.

As descrições de Padre Miguel de Carvalho são anteriores à chegada da Companhia de Jesus nas terras dos Alongazes, no entanto, o mesmo já tem notícia da brevidade da

---

<sup>30</sup> MOTT, 2010, p. 101.

<sup>31</sup> CARVALHO. Padre Miguel de. Descrições do sertão do Piauí remetido ao Ilm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco em 2 de março de 1697. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*: subsídios para História. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 32-38.

<sup>32</sup> CARVALHO, op. cit., p. 32.

chegada dos padres na região, os quais desenvolveram gado nestas terras propícias ao desenvolvimento da atividade, fundando a fazenda de Boa Esperança na agora freguesia de Santana das Mercês, atualmente Jaicós.

Muitos mais sítios se descoberto nas terras dos Alongazes para se lhe meterem gados, o que brevemente se fará, porque andam os moradores a competência, qual tomará primeiro posse deles, e, de presente, levaram alguns gados os Padres da Companhia que vivem na serra da Guapava. Dizem que com tensão de povoarem estas terras na volta que fizeram da Missão que vieram fazer nessa povoação, em o mês de janeiro, próximo passado. Povoando-se em tanta quantidade como dizem, aumentaram muito esta nova Freguesia.<sup>33</sup>

Dados recolhidos nas fazendas que foram de Domingos Afonso Sertão demonstram o crescimento do número de escravos entre 1782 a 1835 e o posterior decréscimo no número de escravos, após o fim do tráfico negreiro em 1850. Segundo Chaves “as possíveis causas da redução das populações escravas são: mortandade, liberação dos sexagenários e dos nascituros, saída para outras províncias”<sup>34</sup>, provavelmente regiões cafeeiras abastecidas principalmente pelo tráfico interprovincial que veio a se configurar como alternativa bastante lucrativa ao fim do tráfico transatlântico, esvaziando escravizados de áreas como o Sul e Nordeste brasileiro.

Às margens do riacho Maratamhim, temos a fazenda Carnaíba, presente em pelo menos seis dos autos dos inventários analisados, um exemplo representativo da fragmentação que as propriedades passaram a sofrer com o passar dos tempos e a entrada de novos e velhos agentes na estrutura agrária de Jaicós, que conta com territórios descontínuos, entrecortados por pequenas e médias propriedades, onde o gado divide lugar com as plantações e o trabalho é feito por escravos ou por homens livres que semeiam suas próprias terras.<sup>35</sup>

Temos igualmente a fazenda São João, provavelmente São-joão-das-flores, às margens do riacho Berlingas. João da Gama, em seu Diário de regresso para o reino e de inspeção das barras dos rios do Maranhão e das capitanias do Norte<sup>36</sup>, posou em fazenda de

---

<sup>33</sup> CARVALHO, op. cit., pág. 37.

<sup>34</sup> CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 190-202.

<sup>35</sup> CARVALHO, op. cit., p. 35-36.

<sup>36</sup> GAMA, João da Maia da. Roteiro de viagem Regresso para o reino, de João da Maia da Gama, e de inspeção das barras dos rios do Maranhão e das capitanias do norte, em 1728. In.: *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, Livro n. 158, p. 16.

nome idêntico, Berlengas, que achou em mau estado de conservação, com dono ausente. Dias depois as tropas de João da Gama chegam à fazenda Tigre e no dia seguinte, à fazenda Gado bravo, todas presentes em nossos inventários como bens de Raiz.

Nesta curta passagem de João da Gama, o que podemos notar como tendo sido observado pelo militar é o fato de estas terras possuírem bons rebanhos bovinos, bons cavalos e bom rebanho ovino e caprino. Existindo igualmente plantio de roças, tais como de mandioca, e outros gêneros para sobrevivência da gente daquela terra, vista como uma terra desabitada, com poucas famílias brancas ali residentes, algumas terras aos cuidados de negros, os quais dão guaridas a negros fugitivos e criminosos em nome de uma solidariedade de cor e de cultura. Para João Gama os negros não são homens, pois quando ele se refere a homens está focando os brancos, sendo os negros coisas, propriedades.<sup>37</sup>

Tanto João Gama quanto João Pereira Caldas comentam o grande isolamento em que se encontrava a “Povoação de Jaicós, que apenas terá duzentas e tantas almas, está situada quase trinta léguas distante para Nordeste da Cidade de Oeiras.”<sup>38</sup>

Tais regiões chamadas de *sertões de dentro*<sup>39</sup> possuem baixa densidade geográfica, com poucas casas isoladas umas das outras, e o núcleo urbano de Santana das Mercês não era diferente, com um número ainda menor de almas.

Pereira Caldas valoriza as populações dos sertões e acredita que os homens e mulheres que cruzam os sertões por diversos fins, quer seja por pesquisas pessoais, como aquelas de George Gardner ou Spix e Martius, quer seja por relatórios governamentais, tal como Dr. Gustavo Dodt, não sucumbem de sede por contarem com açudes e barragens, comumente chamados de tanques, construídos pelos sertanejos e tão presentes nos inventários consultados de Jaicós.

Como podemos observar, nestas regiões, as terras dos Alongazes, na vila de Santana das Mercês e adjacências, formou-se uma sociedade composta por brancos originários de São Paulo, padres da companhia de Jesus e aventureiros de toda sorte, meeiros, arrendatários em busca de enriquecimento fora dos ciclos açucareiro e minerador, soma-se a essa equação o gentio, o negro da terra e o escravo negro, oriundo da África, sendo esta a etnia que povoou os sertões do Piauí.

---

<sup>37</sup> GAMA, op. cit., p.17-18.

<sup>38</sup> CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão á Goiaz pela capitania do Piauí*. 1760. p. 77, nota 75.

<sup>39</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

### 1.3. Piauí oitocentista

As vilas eram núcleos de sociabilidades, onde ocorriam os festivais, as missas e as festas. Eram a ponta de convergência das populações que viviam isoladas, metidas nas matas, no sossego de suas fazendas. A igreja era o principal centro aglutinador da sociedade, onde se encontravam os diversos setores desta última, desde donos de grandes fortunas a seus escravos e agregados, uma classe média formada por pequenos e médios senhores de terras e escravos, além da arraia miúda, lavradores, posseiros, meeiros e profissionais liberais, tais como sapateiros, pedreiros, carpinteiros, dentre outros. Também compunha este cenário a massa escravizada que deveria frequentar e professar a fé cristã.

A vila de Santana das Mercês ou Jaicós, como é geralmente chamada, fica situada a cinco léguas ao oeste de Boa Esperança e contém de setenta a oitenta casas edificadas em uma grande praça quadrada, da qual apenas três lados estavam completos, com uma bela igrejinha ao centro. Os arredores contém muitas choças da gente mais pobre, feitas principalmente dos troncos e folhas da carnaubeira, que é abundante nas vizinhanças. Uns poucos de vendeiros e comerciantes, como alfaiates, sapateiros e outros, residem permanentemente na vila; mas a maioria das casas pertence aos fazendeiros vizinhos que apenas as ocupam durante o natal e festivais.<sup>40</sup>

Jaicós era uma vila do interior brasileiro do século XIX, provida de um pequeno núcleo urbano com poucas casas, assim como a maior parte das regiões que têm suas gentes metidas nas matas, nos campos e nas fazendas. Gardner observou esta realidade ao avistar a vila de Jaicós e, através de suas palavras, entrevemos as características estruturais da sociedade deste vilarejo, dentre as quais a má distribuição da renda, evidenciada pela grande diferença econômica existente entre os moradores e refletida na construção das casas, pois os que possuem casas de telha sequer as habitam, utilizando-as apenas em períodos festivos, um luxo que só criadores de gado de grande porte podem usufruir. Ao passo que os pobres viviam da venda do seu trabalho e do trabalho de seus escravos, pois os autos dos inventários do período de 1874-1888 desta vila mostram-nos que até o homem mais pobre possui pelo menos um escravo para lhe servir. Estes homens, sua família e seus escravos fixaram moradia na própria vila, em construções de taipa e palha.

---

<sup>40</sup> GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

O comércio nas vilas do interior do sertão era incipiente, desenvolvia-se de forma lenta, pois eram poucos os comerciantes que se fixavam nessas vilas, tal como podemos notar pela descrição da vila de Jaicós feita por Gardner, as poucas choupanas existentes com moradores o ano todo viviam de pequenos serviços: ferreiro, sapateiro, carpinteiro, dentre outros.

As sociedades do sertão fazem menor uso do comércio, buscando produzir em suas próprias terras tudo do que necessitam. Quando presente, o comércio ocorria de forma itinerante, com mercadores ambulantes visitando as fazendas carregados de tecidos (os tecidos produzidos nas fazendas eram de natureza rústica, mas utilizados na confecção das vestes dos escravos), perfumes, utensílios para diversos fins, em geral mercadorias que as fazendas não produziam, acessíveis a poucos.<sup>41</sup>

O baixo número de indivíduos aptos às atividades comerciais diminuía o interesse dos comerciantes pelo desenvolvimento desta atividade nas regiões sertanejas, embora também existam relatos de comerciantes que prosperaram e transformaram seus lucros em fazendas de gado ou engenhos de açúcar.<sup>42</sup>

As vilas correspondem ao corpo dependente dos mandatários locais em todos os núcleos rurais dos sertões brasileiros. O senhor das terras é o poder mais visível aos moradores de vilas e dos povoados, a própria existência de um povoado dentro ou nas imediações do território do mandatário lhe confere poder, pois este é visto como uma representação de poder, de socorro ou de punição. Todas as benfeitorias dependem dele, quer sejam estradas ou caminhos, poços ou cacimbas, e até mesmo o alimento.

[...] É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.

Todo e qualquer benefício realizado pelo senhor aos povoados é visto como favor prestado em virtude da sua bondade, exigindo-se em troca a fidelidade da gente do lugar. A própria permanência de um morador em um povoado somente ocorre com a anuência do mandatário.

---

<sup>41</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 39.

<sup>42</sup> QUEIROZ, op. cit., p. 40.

Existe igualmente uma forte relação entre a cultura do mandonismo e as manifestações religiosas, fossem elas ou não de caráter oficial, o que corresponde a uma característica dos sertões mestiços, construções do mundo ibero-americano cujas formas de administração e organização político-jurídicas foram incontestavelmente instáveis e transcendentais.

Em estudos sobre cultura política em Minas Gerais, Célia Nonata da Silva afirma que “a constituição dos territórios de mando na capitania de Minas foi um fenômeno teológico-político que se acercou das formas de existência e pertencimento dos homens nas áreas de fronteiras e em condições de trocas culturais, como mandingas e as magias para assegurar o domínio”. A região católica exercia grande poder sobre as sociedades dos sertões, cooptando desde poderosos até agregados, recebendo destes últimos respeito, obediência e dízimos, sendo esta uma representação de dominação da cultura branca sobre as culturas indígena e africana, não em um catolicismo na sua forma pura, mas um catolicismo rústico, adaptado aos desígnios dos sertões.<sup>43</sup>

Contrariamente ao que foi relatado a Gardner em conversas com Padre Marcos de Araújo Costa, proprietário da fazenda de criação de gado Bôa Esperança, a qual conta com vasta extensão de terras e com o maior rebanho de gado da região (cerca de cinco mil cabeças de gado cuidadas por escravos), e muito embora o relator tenha se esforçado para fazer com que o viajante pensasse o contrário, afirmando que “não faz da igreja meio de vida, contentando-se com o viver no sossego retiro de criador de gado e dedicando os seus lares à educação dos discípulos”<sup>44</sup>, efetivamente, a igreja é a principal força política da região e o poder espiritual exercido pelo padre contribuiu para que ele próprio amealhasse a maior fortuna da região. Em meados do século XIX, esta separação entre poderes não era feita por nenhum setor da sociedade, o padre era visto e reverenciado como líder local, o que não deixava de se refletir economicamente. O prestígio do Padre Marcos foi atestado por Gardner na fazenda Canabrava, onde foi recebido com a “maior gentileza e hospitalidade” após ler cartas de apresentação da parte do Padre Marcos ao dono da referida fazenda.<sup>45</sup>

Assim como Padre Marcos, um de seus sucessores, Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, foi uma das maiores figuras da sociedade de Jaicós, seu inventário *post-mortem*

---

<sup>43</sup> SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de Mando*. Crisálida: Belo Horizonte. p. 145.

<sup>44</sup> GARDNER, op. cit., p. 201.

<sup>45</sup> GARDNER, op. cit., p. 206-207.

constitui o maior espólio dentre o *corpus* estudado, estando cerca de 10 contos de réis mais rico que o segundo maior espólio.

O corpus dos inventários estudados reúne grande número de fazendas, dentre elas as maiores são a Boa Esperança e a Fazenda Paulista, cada qual dando origem a um novo município, o que mostra a existência de pelo menos dois potentados na vila de Jaicós, evidenciando a espacialidade e a mobilidade dos poderes de mando, uma vez que a aceitação do mando pressupõe seu compartilhamento como padrão, formando redes de poderes simbólicas. Tais redes de poderes apresentam limites espaciais, onde o mando pode circular, pois ao deparar-se com outros poderes ocorrem choques, devido à disputa entre potentados, gerando cisões que dão origem a novas áreas, vilas e municípios. A fazenda de Boa Esperança corresponde hoje ao município de Padre Marcos, a Fazenda Paulista ao município de Paulistana.

Através da visão dos viajantes que visitaram estas duas fazendas e muitas outras que fazem parte dos bens de raiz do conjunto de inventários analisados da vila de Jaicós (1874-1888), teremos uma visão das terras, dos homens, das atividades econômicas desenvolvidas nestas regiões, tendo o cuidado de analisar os relatos como fontes, mas entendendo que seus produtores impregnaram estas últimas com as impressões de seu tempo, período em que vigorava o pensamento determinista.

Dentre os viajantes que percorreram o interior do Brasil temos Spix e Martius, valendo-se das mesmas estradas ou passagens, em especial aquelas que seguiam os cursos dos rios, tais como, por exemplo, aquelas que acompanhavam o rio São Francisco por onde era prioritariamente feito o comércio do interior do Piauí, usadas pelos comerciantes de mercadorias diversas, tais como produtos de origem europeia, gêneros alimentícios para o abastecimento, gado de corte exportado para Bahia, escravos transportados por traficantes, muitos destes destinados ao Maranhão.

Experimentando intempéries, secas, calor, sede e dispondo de poucos recursos, eles testemunharam os flagelos suportados pelas populações sertanejas. As vidas destes indivíduos era regidas por estações bem definidas em inverno e verão, restando-lhes buscar suavizar os efeitos das secas mediante o recurso à construção de cisternas ou tanques. Estas populações sertanejas viviam em grande isolamento, segundo as observações de Spix e Martius as fazendas ficavam a várias léguas umas das outras, havendo uma légua divisória onde o gado poderia pastar e na qual não poderiam ser construídas edificações. Estes visitantes, botânicos em pesquisa e em visita ao Piauí, fizeram observações não tão somente

sobre seu campo de pesquisa, mas igualmente elaboraram interpretações acerca da sociedade e da economia das regiões por eles percorridas. Dentre as fazendas percorridas, temos as fazendas do Fisco Real, as quais correspondem a três inspeções e são formadas por um conjunto de fazendas de propriedade do governo, onde se criava gado e se utilizava a mão de obra escrava. Para os botânicos, os negócios nessas propriedades não rendiam o suficiente, pois eram contabilizadas muitas perdas que reduziam drasticamente os lucros, que iam desde ataque de feras, morcegos, picadas de cobras, até o que parecia mais absurdo aos botânicos: muito do gado que poderia ser comercializado era abatido para alimentar as populações escravas das inspeções, as quais recebiam do governo carne e pano para que pudessem vestir-se, mas em quantidade tão pequena que passavam a maior parte do ano *seminus*.

Cabia aos escravizados destas inspeções serem autossuficientes, produzir tudo aquilo do que necessitavam para sua sobrevivência. A autossuficiência era uma regra nos sertões, onde o sertanejo livre ou não precisava suprir as carências de um comércio incipiente e de seus poucos recursos, produzindo tudo aquilo que necessitasse. Assim, este estado de coisas explica a presença nos inventários analisados: de casas de farinhas e cisternas, para a garantia do pão do sertão, a farinha, e da água, ainda que salobra; das roças de plantar e das roças de capim, para alimentar as gentes e o gado; de oficinas e de ferramentas, como aquelas de marcenaria, tecelagem e até mesmo de fundição, para que fossem supridas não somente as necessidades dos moradores, mas sobretudo para que fosse mantida a conservação da empresa de produção de gado de corte.

Para os botânicos Spix e Martius, essas atividades eram negligenciadas pela escravaria que deveria executá-las, ocasionando carências diversas nas inspeções do Fisco Real, como podemos notar neste excerto:

[...]embora muitas dessas fazendas empreguem uns 20 escravos, a metade dos quais bastaria para vigiar uma boiada de 1.000 cabeças, não cultivavam elas próprias o necessário de milho e mandioca, mas dedicam-se quase exclusivamente à criação de gado<sup>46</sup>

Gardner, em outro espaço e contexto, complementa a impressão segundo a qual estes escravos trabalhavam pouco:

---

<sup>46</sup> SPIX & MARTIUS, 1820 apud FALCI, 1995, p. 179.

Cada fazenda é administrada por um vaqueiro cuja renda é constituída pela quarta parte dos bois e cavalos criados. Cada vaqueiro tem a lhe auxiliar uns ajudantes e cerca de 8 escravos cada um... [...] o gado criado solto... interna-se nas matas e campos mas, na época da produção dos bezerros, os vaqueiros vão buscar as vacas paridas[...]<sup>47</sup>

Contudo, Spix e Martius não levaram em consideração as limitações de uso da terra impostas pelo governo e pelos donos de grandes propriedades pastoris, muito embora os viajantes tenham feito menção destas proibições, pois segundo eles “só raramente um dos chamados agregados, [...] construía aqui e acolá, [...], pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensável às grandes extensões para a criação de seu gado”.<sup>48</sup>

Tais limitações no uso da terra para a produção de alimentos e a construção de moradias, eram consideradas compreensíveis pelos botânicos, pois o gado em tempo de estiagem precisa de grandes extensões de pastagem para alimentar-se, trazendo como consequências as carências alimentares das populações dos sertões, às quais sobram poucas terras para produzirem no âmbito dos latifúndios pecuaristas.

Gardner, além de visitar grandes latifúndios pecuaristas, tais como a Fazenda Bôa Esperança e a Fazenda Canabrava, igualmente visita pequenos empreendimentos pecuaristas, tais como a fazenda Santo Antônio, com um pequeno rebanho de 150 bezerros, onde o próprio dono é o vaqueiro administrador, passando por povoados como Cachimbinho, formado por agricultores, com algumas roças declaradas nos inventários, trabalhadas pelos próprios donos com o auxílio de poucos escravos, sem muitos lucros.<sup>49</sup> As fazendas Saco e Salinas, às margens do Riacho Tranqueira, estão igualmente presentes nos autos dos inventários do cartório de Jaicós.<sup>50</sup>

Por ocasião da vinda do Dr. Gustavo Dodt ao Piauí, em 1873, fez-se uma detida observação sobre a geografia, o clima, o potencial econômico da região e sobre a gente que povoava essas terras, analisando-se a rentabilidade da agricultura e da pecuária nos solos piauienses.

---

<sup>47</sup> GARDNER, 1942 apud FALCI, 1995, p. 179.

<sup>48</sup> SPIX E MARTIUS, op. cit., p. 216.

<sup>49</sup> GARDNER, op. cit., p. 204.

<sup>50</sup> CARVALHO, op. cit., p. 37-38.

Segundo Dr. Gustavo Dodt, o solo piauiense poderia produzir muito mais do que vinha sendo produzido, ressaltando que muito embora o clima quente e seco fosse um empecilho para o desenvolvimento de algumas lavouras, este problema poderia ser contornado pela ação dos homens, pois para Dodt o problema residia exatamente na ausência de ações humanas, na inércia do povo que ocupava esta região, arrendando ou apossando-se das terras, a esse problema o cientista deu a nomenclatura de preguiça.

A província tem terras suficientes de boa e até da melhor qualidade possível para sustentar um número de habitantes muito mais crescido do que existe, mas as plantações são tão limitadas que se importam da Província do Maranhão muitos mantimentos, e raro é o ano em que não aparece em um ou outro ponto da província carência de viveres e mesmo fome<sup>51</sup>.

Outro problema é que as terras se encontravam subdivididas em várias glebas, criando uma descontinuidade territorial da propriedade da terra, a qual não pode ser confundida com uma desconcentração da terra, pois isso não ocorre nos sertões brasileiros e tampouco na vila de Jaicós, onde cerca de 97% da terra está nas mãos das elites locais. Contudo, nem todos os donos de terras as ocupavam, deixando essa tarefa a outros homens que se proliferavam em grande escala, constituindo uma sociedade cheia de escravos e agregados de senhores ausentes, os quais sempre apareciam para fazer cobranças sobre tudo que fosse produzido nas propriedades, nada muito relevante segundo Dodt, e também para cobrar o voto que também constituía um bem nos currais dos sertões.

As datas de terras concedidas antigamente a um indivíduo passaram por heranças, compras e outros títulos às mãos de muitos sem que elas jamais fossem subdivididas, de sorte que a propriedade de terras quase em parte nenhuma da província consiste na posse exclusiva de um certo e determinado terreno, mas no direito a um parte maior ou menor de uma certa data em geral tem uma área superficial de 3 léguas quadradas. Cada um dos co-proprietários de uma tal data julga-se com o direito de poder admitir quantos agregados quizer e a ambição de querer apresentar-se em dias de eleição com um número crescido de votantes.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> DODT, Gustavo. *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi*. Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p. 51.

<sup>52</sup> DODT, op. cit. p. 51.

Para Dodt, os escravos no Piauí existiam em quantidade insuficiente para que seu trabalho fizesse alguma diferença na balança econômica da província, não sendo este essencial à nossa economia. Tamanha era sua insignificância aos olhos de Dodt que ele não faz qualquer menção a este trabalho. Para o militar, os trabalhadores das terras eram os homens livres, que por sua vez preferiam a “vida ociosa”, a “mendicância”, o “furto”, os “calotes”, ao “trabalho regular”, sendo os proprietários, ou seja, os donos das terras, as principais vítimas da preguiça e do mau caráter de seus empregados. Segundo Dodt, o verdadeiro mal dos sertões são os homens que nele habitam. Ainda segundo o cientista, a solução seria aumentar a cobrança que se fazia sobre as terras arrendadas, pois somente dessa forma os arrendatários e meeiros sairiam da inércia em que se encontravam e produziriam sobre os solos.

Dodt igualmente ressalta que, mesmo que os desafios da produção fossem vencidos e boas safras fossem colhidas, a comercialização não ocorreria, pois não haviam caminhos por onde os gêneros agrícolas fossem transportados, para fazer da agricultura uma atividade mercantil.

É indispensável abrir-se uma estrada boa com as pontes necessárias, que, partindo de S. Gonçalo, passe em Oeiras, e, dividindo-se em dois braços, siga de um lado para Jaicós e Picos, e do outro lado para São Raimundo; uma outra, que partindo de Manga ou Veados vá por Jeromenha, e Bom Jesus para Paranaguá.<sup>53</sup>

Para Dodt, muito embora a agricultura tenha se desenvolvido aquém de suas possibilidades, não se pode trocar o gado pela lavoura. Pereira Caldas, por sua vez, acreditava que o futuro do Piauí estava no desenvolvimento de gêneros agrícolas e que os criatórios de gado eram supervalorizados, pregando a necessidade de diversificar a economia.

As Críticas de Dodt vão além da já mencionada preguiça, pois ele ridiculariza a cultura do povo sertanejo, a exemplo do ritual de “cura pelo rastro”, aplicado pelo sertanejo em animais que apresentem doenças ou bicheiras, sem a presença do animal sobre seu rastro, na visão do “eu civilizador” de Dodt os “outros”, pobres vaqueiros dos sertões, são preguiçosos que evitam uma tarefa dura por superstições e/ou crendices sem comprovação

---

<sup>53</sup> DODT, op. cit., p. 52-53.

científica nenhuma, representações que não fazem o menor sentido sob a óptica do “eu civilizador.”

Para Dodt quase tudo deveria ser alterado nas fazendas de gado dos sertões, como por exemplo: o gado não deveria ser criado solto pelos campos, criação extensiva; os rebanhos deveriam ser melhorados geneticamente, com a utilização de bons reprodutores, como os “marruás”<sup>54</sup>, presentes nos inventários das fazendas mais abastadas de Jaicós (1874-1888); deveria se buscar novos processos de beneficiamento para deixar a carne apropriada para a exportação, mudando a sua forma de conservação nos sertões, onde comumente se utilizava o charque e a carne de sol, em prol de outros procedimentos químicos, onde fossem conservados na carne sua qualidade e sabor natural, tornando-a assim um produto tipo exportação. Ele igualmente critica o pouco interesse no desenvolvimento de uma indústria do leite e de outra para a produção de tecidos da lã das ovelhas, que segundo Dodt, virava cabelo pela preguiça do sertanejo em tosar este animal.

Nesse período, ao longo da segunda metade do século XIX, a pecuária ainda se mantinha como a principal atividade econômica, ocupando boa parte dos recursos financeiros e humanos, sendo responsável pela maior parte da receita da província do Piauí.

As décadas de 1850 e 1860 foram o apogeu da atividade pecuarista, tendência que sofreu uma inversão a partir da década subsequente. É importante ressaltar que o sucesso da pecuária ocorreu em virtude da prosperidade econômica do Brasil e das exportações dentro e fora do Brasil, internamente para o Norte e para a região mineradora e, externamente, para a Guiana Francesa.

Até 1870 não havia registro de quanto gado era comercializado no Brasil, contudo, não há dúvida que este comércio movimentava milhares de cabeças de gado ao ano. Além do comércio do animal, também era extremamente vantajoso o comércio do couro.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pela economia piauiense era a inexistência de um porto marítimo na cidade de Parnaíba, litoral do Piauí, o que obrigava a exportação da produção pecuarista para as demais províncias que reexportavam o gado, o que podemos apontar como um possível fator que impossibilitou o melhor desenvolvimento dessa atividade. Mesmo com este obstáculo, os lucros gerados pelo gado eram tão altos que correspondiam a 50% do total das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial do Piauí.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Animais reprodutores de grande porte, da espécie vacum, utilizados para melhoramento dos rebanhos, conferindo-lhes maior porte. Fonte: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XIX: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>55</sup> Ver QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3 ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

Contudo, essa questão não se limitava aos portos, pois os navios eram de pequeno calado, o que permitia sua aproximação e transbordo. A questão perpassa a própria existência de navios, custos e capacidade de fornecimento, fazendo com que o transporte de gado vivo se tornasse a melhor e mais barata opção.

Nos anos seguintes, a atividade da pecuária começou a apresentar um declínio, o que, acompanhado do crescimento populacional e da diminuição da renda, gerou uma crise econômica na província do Piauí.

Ressaltamos que embora a pecuária tenha sido a principal atividade econômica da província, ela não ocupava todas as áreas. Outro fator de estagnação era a falta de investimento em tecnologia, tendo a atividade permanecido rudimentar, o que impossibilitou o seu crescimento.

O gado era criado solto, sob os olhares dos vaqueiros, figura característica da sociedade piauiense. Para o exercício dessa atividade não havia a necessidade de especialização, qualquer pessoa poderia exercer essa atividade, primordialmente exercida por homens, o que não impede a presença de mulheres e até crianças que desde cedo aprendiam o ofício. Em sua grande maioria, os vaqueiros eram escravizados: negros ou mestiços, principalmente nas fazendas nacionais. A pecuária além de possuir função econômica, também possui função social na história piauiense: o vaqueiro era uma figura de bastante prestígio<sup>56</sup>.

A construção da representação da imagem do Piauí associada à imagem do gado, das atividades pastoris, ocorreu através de seu processo de formação e ocupação do território. No entanto, o modelo de sociedade formado por uma economia pastoril não destoava daqueles gerados pela sociedade açucareira ou mineradora. Em todos os modelos sociais, temos o patriarcalismo, o latifúndio e a mão de obra escrava como características básicas.

---

<sup>56</sup> QUEIROZ, op. cit., p. 21.

## 1.4. O Piauí e o Tráfico interprovincial

Após o fim do tráfico negreiro, em 1850, o comércio interprovincial transformou-se em uma das principais alternativas para a zona cafeeira obter mão de obra em proveito da sua empresa de *plantation*. Uma vez que a possibilidade de crescimento do plantel de escravos através de “cria”, do aumento da taxa de natalidade, não apresentou bons resultados, o que houve, contrariamente, foi um crescimento considerável das taxas de mortalidade na região cafeeira, como demonstram os estudos de Robert Slenes, devido às frágeis condições de vida e de saúde, agravadas pelos rigores da escravidão de *plantation*.<sup>57</sup>

Seria então o tráfico ou comércio interprovincial o fator que explicaria o fato de a zona cafeeira estar na contramão de todas as áreas escravistas que vinham reduzindo o número de escravos?

Ao mesmo tempo o total nacional dos escravos diminuía, passando de 1.715.000 em 1864 para 1.240.806 em 1883, havia uma concentração inter-regional e intraprovincial da população escrava restante nos principais municípios cafeeiros das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde, de 1874 a 1883, houve um aumento real de 317.143 para 350.085.<sup>58</sup>

Para Slenes, o tráfico interprovincial não foi o único fator para a redução de escravizados em áreas como o Nordeste e o Sul do país. Outros fatores, como as fugas e as alforrias, igualmente contribuíram para a redução do quadro de escravos. Contudo, diante do problema de abastecimento de mão de obra, os proprietários das zonas cafeeiras optaram pela “oferta elástica de trabalhadores proporcionada pela ação de traficantes” a fim de obterem escravizados a baixos custos, aproveitando a situação econômica precária de algumas áreas que viviam a decadência de seus ciclos econômicos ou de áreas cuja rentabilidade da atividade desenvolvida era menor, tal como nas áreas pecuaristas ou de lavouras voltadas para o mercado interno.

---

<sup>57</sup> SLENES, Robert. Apud, PENE, Eduardo Spiller. *Burlas à lei e revolta escrava*. IN. LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). *Direito e justiça no Brasil: ensaio de história social*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2006.

<sup>58</sup> MERRICK, Thomas M. & GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 96.

As três províncias da região sul, juntamente com algumas do nordeste, foram as maiores exportadoras de escravos para os municípios cafeeiros do sudeste, durante as três décadas de vigência do tráfico interno, de 1850 até 1880-1881, quando as províncias cafeeiras implantaram taxas proibitivas de importação de novos escravos, temendo que o desequilíbrio regional pudesse conduzir as províncias exportadoras a apoiar a abolição.<sup>59</sup>

E por mais que o comércio de escravos inter-regional ocorresse de forma crescente, os escravos ainda eram muito usados e necessários em propriedades rurais e urbanas de regiões alheias ao ciclo cafeeiro, trabalhando em fazendas de criação de gado vacum e cavalariço, como peões, assim como na agricultura de abastecimento. A atividade de criação de gado era a principal na vila de Jaicós e nas demais localidades dos sertões piauienses. Essa região contava com pequeno número de escravizados, o que dificultava o desenvolvimento das atividades econômicas e a sua consequente obtenção de lucros.

Podemos considerar que o tráfico constituía-se como principal fator de evasão de escravos das regiões Nordeste e Sul do país, mas infelizmente não foi possível mensurar exatamente quantos dentre os escravos da vila de Jaicós migraram internamente para outros municípios ou quantos teriam sido deslocados para outras províncias e quais seriam elas, em razão da inexistência de documentação de compra e venda de escravizados nos arquivos públicos do Estado do Piauí, no que tange à vila de Jaicós de 1874 até 1888. Tampouco existe documentação sobre as duas décadas posteriores à interrupção do tráfico transatlântico de africanos (1850-1860).

Robert Slenes, ao observar o cenário nacional, verificou que a saída líquida de escravizados era bem maior que os registros de comercialização dos mesmos e, tomando as regiões Sul e Sudeste como parâmetros, ele evidenciou que a grande maioria dos escravizados estava sendo traficada, para que os impostos que recaiam sobre a transação econômica não fossem pagos aos cofres públicos. Provavelmente, a ausência de documentação de compra e venda de escravos na vila de Jaicós deva-se ao tráfico interprovincial.

Na província piauiense, os impactos foram sentidos pelos senhores de escravos dos setores urbanos e rurais, tendo alguns historiadores analisado em que proporções o fim do tráfico transatlântico interferiu na economia e na sociedade piauiense.

---

<sup>59</sup> PENE, op.cit. p. 164.

Odilon Nunes e Monsenhor Chaves tinham uma visão paternalista da escravidão. Segundo Chaves, existiam indivíduos que não eram capazes de cuidar de suas próprias vidas, sendo a escravidão benéfica para estes, desde que os senhores fossem zelosos com seus escravos e estes bons para com seus senhores.

Monsenhor Chaves estabelece marco divisório em 1850, com o objetivo de analisar os maus tratos e os castigos físicos sofridos pelos escravos. No período anterior os maus tratos eram bem comuns, devido à facilidade em se conseguir escravos, mas com o fim do tráfico, o escravo passa a ser considerado um gênero mais raro, por este motivo sua conservação passou a ser incentivada, tornando-se paulatinamente referência de boa conduta o bom trato com os escravos<sup>60</sup>.

Para Nunes o fim do tráfico negreiro e a libertação trouxeram sofrimento aos mestiços libertos egressos das senzalas, os quais não possuíam ocupação e tampouco moradia, sendo seres errantes que viviam de esmolas ou de trabalhos temporários, às margens da grande propriedade pastoril. Odilon Nunes considera que o fim do tráfico beneficiou os escravizados, na medida em que eles passaram a receber um melhor tratamento, desde que fossem igualmente criadas políticas de procriação das populações escravas afrodescendentes<sup>61</sup>.

Segundo Nunes, no Piauí os índices de mortalidade da população negra eram baixos, o que pode ser explicado pela natureza da atividade pastoril, na qual os trabalhos não eram muito penosos se comparados ao engenho açucareiro ou à atividade mineradora. Não havia a figura do feitor, o escravo gozava de liberdade e em alguns casos vivia dentro do lar, sendo estimado pela família<sup>62</sup>.

A visão paternalista de Chaves e Nunes não os deixa verem que com o fim do tráfico negreiro o que o ocorre é exatamente o contrário, os escravos se tornam poucos e as possibilidade de adquiri-los a bons preços deixa de existir, fazendo do Nordeste e do Sul do Brasil áreas fornecedoras de escravos, cabendo àqueles que permaneceram nestas regiões trabalhar em dobro para que as fazendas não sucumbissem. Os escravos passaram a exercer maior número de tarefas dentro da unidade produtiva.

---

<sup>60</sup> CHAVES, op. cit., p. 195.

<sup>61</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprese Oficial, 1966. V. 4, p. 242-265.

<sup>62</sup> NUNES, op. cit, p. 251-252.

Aumentam-se as horas de trabalho, que passam a começar cada vez mais cedo ainda na tenra idade, com meninas exercendo a função de rendeiras aos 4 anos de idade, mutilando-se nas casas de farinha, meninos peando gado e outros animais.

Toda essa excessiva carga de trabalho desencadeou o aparecimento de inúmeras doenças e a diminuição da expectativa de vida. São raras as propriedades com registro de escravos com idade igual ou superior a 50 anos, o que também é explicado pelo fato de nessa idade os escravos já não serem mais produtivos, sendo muitas vezes alforriados por seus senhores e passando a viver em casas nas ruas a pedir esmolas. Deixando o seu sustento de ser responsabilidade de seus antigos donos.

Em suas andanças, os viajantes Spix e Martius cruzaram com traficantes de escravos que recorreram a seus conhecimentos para salvar uma carga de escravos que tinha sofrido envenenamento por mandioca brava, tratava-se de cerca de 40 escravos que se dirigiam para o Maranhão, provavelmente para trabalhar nas fazendas de algodão daquela região, nas quais vigorava o sistema de plantation, evidenciando que o Piauí forneceu e foi rota do tráfico de escravos.

As consequências são o enfraquecimento das atividades produtivas nos sertões do Piauí, desencadeando uma maior pressão sobre os escravizados que foram mantidos nessa região, cabendo a esses poucos a produção e manutenção da unidade produtiva, debilitando as fazendas dos sertões piauiense.

## 2. Senhores de Mando

Os antigos estudos<sup>63</sup> sobre a História socioeconômica do Brasil focavam principalmente as macroeconomias existentes no país, denominando-as de ciclos econômicos, a saber: açúcar, mineração e café; reduzindo a importância das demais atividades econômicas, tidas apenas como complementares, relegadas ao segundo plano e analisadas sob uma óptica reducionista, onde há a impossibilidade do trabalho escravo ser aplicado à atividade da pecuária. A partir da década de 1980, novos estudos<sup>64</sup> sobre a História socioeconômica do Brasil lançaram novos olhares sobre antigos objetos, remodelando a visão que se tinha destes últimos, ressignificando o funcionamento de uma economia agrária, na qual grandes, médios e pequenos proprietários rurais, meeiros, posseiros, trabalhadores em geral, livres ou escravizados, formam um complexo sistema socioeconômico, onde as sociabilidades são constantemente negociadas.<sup>65</sup>

É inegável que as sociedades agrárias dos sertões foram, sem sombra de dúvida, importantes fornecedores de gêneros alimentícios para as áreas dos grandes ciclos econômicos. Mas a produção de alimentos nessas áreas passava primeiro pela necessidade de autossuficiência da própria região.

Nesse sentido, as sociedades sertanejas passaram a ser vistas como regiões com sociabilidades próprias, com características econômicas moldadas segundo as suas necessidades, com uma situação política formada a partir do distanciamento do poder central e do oportunismo das elites econômicas locais. Esta configuração de espaço e sociabilidade desencadeou o surgimento de uma nova cultura política, baseada na emergência do poder privado que supre a ausência do poder público ou o engloba, criando ilhas de poder no entorno das famílias mais abastadas dos sertões.

Para Jean-François Sirinelli cultura política *é uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizado no seio de um partido ou, mais largamente difundido no seio de uma família ou de uma tradição política.*<sup>66</sup> Seria algo mais amplo que as relações partidárias

---

<sup>63</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a historiografia econômica que antecede a década de 80 ver SODRE (1911), ABREU (1976), PRADO JR. (1945), FAORO (2004), HOLANDA (1995).

<sup>64</sup> Autores que representam novos olhares na historiografia da escravidão a partir dos anos 80, ver LIMA (2005), MATTOSO (1982), MATTOS (2013), NEVES (2012), LARA (1988).

<sup>65</sup> LARA, Silvia H. apud. NEVES, Erisvaldo F. Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. pag. 27-30.

<sup>66</sup> SIRINELLI, Jean-François, apud, SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de Mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 153

ou governamentais, algo presente no seio das sociedades, que as constituem e permeia todas as suas relações.

Um sistema cultural constituído por uma tradição presente nos comportamentos sociais e individuais, sendo que estes últimos são constructos deste universo social. A tradição é construída por um código de comportamento que vigora em uma determinada sociedade como costumeiro.

Tais elementos constitutivos são normatizados enquanto elementos simbólicos e imaginários, que têm seu valor estabelecido dentro de um recorte espaço-temporal. Estabelecendo um código de comportamento moral. São considerados elementos simbólicos: gestos, rituais, discursos; compartilhados por todos de uma determinada sociedade.

A aceitação do código pressupõe seu compartilhamento como norma padrão, formam-se redes simbólicas onde são compartilhados e negociados valores, condutas de comportamento e poderes, formando-se redes associativas verticais e horizontais de solidariedade, no âmago desse processo de negociações há um processo de acúmulo de capital de poder político, um processo político dominante que aqui optamos por tratar como poder de mando.

Praticado tanto pelos potentados, quanto pelos bandidos, disseminadores de um código moral da valentia e da honra, norteados pela possibilidade de reconhecimento público dos pares e da capacidade legitimadora da justiça costumeira para a conquista e manutenção do espaço de domínio.<sup>67</sup>

O poder de mando nasce no seio das famílias da elite, as quais se tornam verdadeiras instituições de controle social e político, conjugando o poder, a riqueza e a tradição.

Nas regiões sertanejas, os territórios são vastos, descontínuos, com um conjunto de riquezas de menor poder atrativo para os cofres do Brasil Imperial, o que acabava gerando baixa presença do poder oficial. Em consequência, os poderes locais passam a configurar-se

---

<sup>67</sup> SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de Mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p.154.

como alternativa ao poder central, constituindo os lócus de poderes “naturais” ou “costumeiros”.

Como dissemos, as regiões sertanejas são áreas que registram pouca presença de governo central, o que possibilitou que poderes privados ganhassem atuações públicas, exercendo em suas áreas de controle poder de justiça, de administração pública, na criação ou adaptação de leis. Este estado de coisas deriva do fato de os mandatários passarem a exercer o que Victor Nunes Leal chama de poder “extralegal”, um poder que nasce localmente em razão da ausência de poderes oficiais, da necessidade das sociedades humanas criarem um sistema de organização das estruturas sociais, assim como do oportunismo das elites. O exercício desse poder privado no âmbito público ocorre de forma extralegal, com dimensões amplas que perpassam a justiça e as leis, aqui entendidas como costumeiras, e o poder executivo, a este conjunto denominamos mandonismo.<sup>68</sup>

O mandonismo surgiu no Brasil desde os primeiros núcleos de povoamento, isso porque o governo português encontrou grandes dificuldades em instalar núcleos de governo em áreas do interior do sertão, onde os primeiros povoadores haviam conseguido relativo sucesso econômico.

Como no litoral estavam instalados os grandes ciclos econômicos, sobre os quais o governo mantinha grande aparato de controle administrativo, nessas regiões, em sua grande maioria localizadas no interior do Brasil, após uma grande empreitada os primeiros povoadores desbravavam as matas, destruíam ou aculturavam o gentil, construía núcleo de povoamento e instalavam uma empresa, sem auxílio do governo central, criando um sistema de governo autônomo, às margem do poder central do Estado, embora nele inspirado. Pioneiro do desbravamento da região, este mandatário vem a compor com sua família e seus pares a elite local, figurando como o Rei ou o Imperador de seus territórios de mando, os quais se constituem como seu reino.<sup>69</sup>

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, durante o Império houve uma tentativa de substituir o mandonismo pelo localismo-centralismo, com o surgimento de uma nova classe social, a dos bacharéis “que a nacionalização administrativa atraía aos postos de mando, a

---

<sup>68</sup> LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. p. 71.

<sup>69</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 35-52.

mola verdadeira da política continuava sendo o mandonismo local”<sup>70</sup>. Essa nova classe de bacharéis era composta pelos filhos da velha elite latifundiária escravocrata fazendo com que em nada a estrutura social fosse abalada. A ampliação dos poderes centrais não veio a representar risco à política do mandonismo, porque esses novos cargos foram preenchidos por indivíduos oriundos da velha elite mandonista.

No campo, os poderes não foram alterados e as elites continuaram contando com a dependência de toda uma sociedade para manter-se no poder. Porque, se por sua vez a montagem de um engenho demanda despesas bem elevadas, ficando a cargo de poucos a posse deste tipo de empreendimento, a constituição de uma empresa pecuarista, quanto a ela, tampouco era fácil de ser mantida, fazendo dos senhores poucos e dos dependentes muitos.

Pois nem todos possuíam terras e alguns, quando as possuíam, não eram em quantidade suficiente para o exercício da pecuária extensiva, tendo em muitos casos o arrendamento como alternativa para seus pequenos rebanhos, esbarrando eventualmente na obtenção dos animais para manejo e constituição dos rebanhos. Isso porque o preço da cabeça de gado era elevado, muito embora houvesse ocorrido uma diminuição nestes valores na década de 70, devido a fatores como desaquecimento do mercado e a concorrência do gado das estâncias sulinas, dentre outros, fazendo com que muitos fossem excluídos do lugar de criadores e engrossassem a massa dos dependentes do sistema pecuarista.

Para indivíduos de poucos recursos, a forma mais eficiente de formar novos rebanhos era servir a grandes senhores, pois através da quarta<sup>71</sup> poderiam formar pequenos rebanhos, vindo a constituir uma classe intermediária entre os ricos senhores de gado e os miseráveis sertanejos. Além disso, formam-se igualmente entre senhores e agregados laços de serviço, respeito e reconhecimento da autoridade que culminam em relações de compadrio, situação em que o dono da fazenda ou sua família são convidados a apadrinharem os filhos dos agregados ou de seus arrendatários, reforçando-se os laços de lealdade, em função dos quais se espera apoio, auxílio e defesa.

---

<sup>70</sup> QUEIROZ, op. cit. p. 33.

<sup>71</sup> A Quarta corresponde a uma forma de pagamento onde o vaqueiro recebe anualmente um quarto dos animais nascidos na propriedade onde presta seus serviços, esta forma de compensação foi muito utilizada nas fazendas de gado dos sertões do Brasil.

As teias de solidariedade são formadas através do compartilhamento de um código moral baseado na cultura viril, na fama, na palavra, na honra e na violência. É a partir daí que vão sendo estabelecidas as alianças e limites.

[...] enquanto fenômeno de uma cultura política específica é entendido como um produto fomentado a partir de uma cultura de fronteira – o sertão – e estruturados por elementos simbólicos significativos aos seus habitantes mestiços, necessariamente imbricados a construção dos territórios de mando, e aos seus elementos valorativos sociais, dados pelos valentes da terra, de ídoles viris e comportamentos exaltados pela busca da fama e da notoriedade. Esses homens fizeram do sertão seu lugar de poder, alicerçando laços e redes de solidariedade, vínculos e interesses pessoais.<sup>72</sup>

A cultura do mando não ocorre de forma espontânea, este fenômeno é um constructo social resultante de um longo e contínuo processo, desencadeado pela fusão de elementos simbólicos e valorativos capazes de elaborar uma cultura. E o lugar de onde o poder de mando emana é um local de prestígio, conquistado através de uma soma de fatores que, se bem dosados e equilibrados, possibilitaram sua obtenção.

Dentre os elementos valorativos que constituíram o mando, temos a palavra, a fama, a honra e a violência. Quando socialmente reconhecidos, tais elementos conferem ao seu detentor autoridade e respeito para o exercício do poder do mando.

A palavra falada constituísse como um valioso instrumento de poder, conferido a poucos, falar sempre foi tido pelo sertanejo pobre como algo inalcançável, para estes o mundo das letras se construiu como um privilégio de ricos, acessível somente aos mais abastados, para os quais coube o privilégio de estudar. Para estudar eram necessários recursos, ou pelo menos ser “remediado”, o que significava para o sertanejo ter terras que tivesse uma moradia de tijolos e telhas, alimento diário, um escravo que fosse. Este era visto como um homem de posses, pois a miséria era generalizada nos sertões.<sup>73</sup>

Mas falar pressupõe estar habilitado e esta habilitação somente tem lugar através do reconhecimento público, onde o indivíduo dispõe das credenciais para o exercício deste ato

---

<sup>72</sup> SILVA, op. cit. p.155.

<sup>73</sup> O termo *remediados* é utilizado por Vitor Nunes Leal para caracterizar os fazendeiros de pequeno e médio porte, ou os que estivessem cheio de dívidas.

de empoderamento. Nas sociedades do sertão somente os mandatários estão habilitados para o exercício dessa habilidade.

A palavra, além de unidade de poder, também é igualmente empregada para a construção da tradição que, por sua vez, é recebida e assimilada pelas populações sertanejas, uma vez que está imbuída do poder disseminado pelo mandatário. Sendo veículo que comporta os elementos constituintes de seu enunciador, sejam eles a honra, a violência, o poderio econômico, ela os torna públicos e socialmente reconhecidos, uma vez que estas palavras de mando foram proferidas de um lugar de poder reconhecido.

O poder da palavra, assim como o poder de mando pode ser delegado a outros indivíduos que o utilizaram em nome do mandatário para expansão de seus poderes, aumentando a dimensão de mando e transformando essas alianças em uma rede de poderes que dá sustentação aos potentados.

O poder da fama está estritamente relacionado ao mando, credenciando os indivíduos socialmente, conferindo-lhes respeito e autoridade; o indivíduo que tem boa fama ou boa reputação possui honra; conseqüentemente, está habilitado ao exercício do poder que ampliará seus poderes e riquezas.

Para a obtenção da fama se faz necessário tornar-se conhecido pelos feitos, pela honra ou pela violência, muitas vezes os três caminham juntos. Ter um reconhecimento público de sucesso financeiro e moral era condição para que a fama fosse criada e ocorre independente da honra, sendo possível possuir a primeira sem necessariamente dispor da segunda. A honra seria “Um imperativo – um dever, um sentimento, uma ideia, um valor um crédito, um prêmio, muita coisa se punha dentro dessa palavra mágica.”<sup>74</sup>

A honra está imbricada nas relações sociais, em um sistema de reconhecimento mútuo, ou seja, a honra é regulada pelo olhar do outro. Honra tende a garantir a estabilidade dentro de um sistema de relações fechado, formado pela parentela, vizinhos e aliados, fruto de uma situação socioeconômica em relação à terra.

É a honra que funda o direito aos direitos do indivíduo inserido na comunidade; e este direito apresenta-se como fundador por que é a

---

<sup>74</sup> SILVA, op. cit. p. 160.

expressão primeira de força, o seu desdobramento no campo público (no espaço comunitário das lutas dos desafios) que define o “homem social” e articula o indivíduo singular com o “socius”.<sup>75</sup>

Para a construção da honra eram feitos desafios públicos e ações violentas, em muitos casos o mal praticado construía muito mais respeito que o bem. A violência é como um cimento para o mandonismo. Seu emprego ocorre como forma de afirmação e de controle aplicado de forma física ou corporal, moral ou verbal, sobre indivíduos livres ou escravizados. A violência não deve ser entendida como apenas um elemento coercitivo imposto às populações escravas, tampouco apenas como um elemento de revide contra a escravidão, o que comumente ocorre em estudos que abordam o período escravista. A violência foi amplamente utilizada em brigas de vizinhos, em disputas entre famílias da elite, entre os potentados. Falar na violência dentro do mandonismo envolve múltiplos sujeitos. Englobando não apenas a dicotomia do senhor e do escravo, indo bem além, para uma dicotomia mais própria ao mandonismo do senhor versus seus dependentes.

A grande quantidade de armas presentes em todos os inventários analisados é uma evidência que a violência era algo eminente e que o sertanejo sentia forte necessidade de proteger a si e a seus bens, assim os senhores armavam-se e a seus jagunços e agregados. Pois através da violência muitos territórios foram conquistados e graças a ela as terras foram mantidas. Isso porque a violência é um valioso elemento constituidor do mando. E a terra é um bem que precisa ser constantemente guarnecido, porque a posse de fato somente tem lugar pelo uso da força. Para Maria Isaura P. de Queiroz os senhores “eram, pois, verdadeiros chefes de bandos armados (compostos de escravos, agregados, afilhados, homens d’armas mercenários) os ‘homens bons’ que concorriam às assembleias das câmaras municipais.”<sup>76</sup>

As redes de lealdade e territorialidade são constituídas por rituais de fidelidade pessoal, através de favores, gerando uma rede clientelista, potencializando o poder em uma dimensão espacial, conferindo-lhe mobilidade, à medida que sua clientela age como tentáculos aplicando suas ordens, mantendo suas palavras, sendo uma extensão do uso da violência.

O ritual de fidelidade pessoal, representado nas redes de clientelismo e favores, irá potencializar a mobilidade do poder de mando, tanto em sua

---

<sup>75</sup> SILVA, op. cit. p. 169.

<sup>76</sup> QUEIROZ, op. cit. p. 39.

extensão territorial, quanto na execução de sua ordem, possibilitando conceitos capazes de uma racionalidade comunicativa política, alicerçada na dominação privada. Ou seja, a dimensão do poder de mando e a sua conseqüente extensão espacial, girava em torno de um indivíduo capaz de usar e empenhar a sua força e a sua palavra. E esse poder só poderia se tornar amplo, devido à leniência político-jurídica do Estado português e suas formas de atuação como esfera pública nos sertões da capitania das Minas locais de baixa institucionalidade política.<sup>77</sup>

Seria um erro pensar que o poder do mandonismo não possui limites dentro da espacialidade sertaneja, muito embora este poder vá além do olhar do mandatário através de sua rede de lealdade, em outras palavras da sua clientela. Mas os poderes de mando encontram barreiras que podemos chamar limites, estabelecidos pelo fim das suas redes de afinidades ou por choques com outros potentados, os quais freiam e até mesmo competem por territórios.

Por esta razão era tão importante para os mandatários manterem as vilas e povoados em sua zona de influência, pois quanto maior fosse o contingente de indivíduos cooptados pelo mandonismo e quanto maior fosse os territórios sob o jugo dos grandes senhores de terra, maiores seriam as possibilidades de constituição de potentados. Como podemos observar nas considerações de Maria Isaura de P. Queiroz sobre a região açucareira, aplicáveis aos grandes latifundiários escravistas de todo país.

A importância de um senhor de engenho, seu poder, o valor de suas terras aumentava se nelas prosperava um povoado; os habitantes do povoado dependiam totalmente dele, de seu amparo e engrossavam as fileiras de seus agregados; era ele a única autoridade e o único defensor do local.<sup>78</sup>

A fazenda deve ser compreendida como uma unidade de duas dimensões, uma econômica como uma empresa ou unidade produtiva, outra sociocultural como o principal núcleo de povoamento do Piauí e das regiões sertanejas, especialmente em se tratando dos primeiros séculos de sua ocupação, período que principia em meados do século XVII e que vai muito além do recorte temporal de nossa análise 1874-1888.

---

<sup>77</sup> SILVA, op.cit. p. 158.

<sup>78</sup> QUEIROZ, op. cit. p. 39.

Na primeira dimensão, a econômica, as fazendas são lugar de vida autônoma que devido ao isolamento ou à falta de recursos econômicos adaptou-se para produzir os bens e produtos necessários ao seu consumo.

Nesse sentido, as fazendas possuíam roças de plantio, de onde tiravam suas verduras, hortaliças, legumes, grãos e raízes; roças de capim<sup>79</sup> para alimentar o gado; matas que forneciam o mel e drogas de extrativismo (quando as secas não assolavam até as matas); várias casas de oficina para o beneficiamento das matérias-primas, como por exemplo, a mandioca nas casas de farinha; o algodão nas tecelagens, movendo teares e rodas; nas marcenarias no fabrico de móveis, utensílios domésticos, além da construção e manutenção da empresa pastoril; nos alambiques, com suas cachaças, melaços e rapaduras; nas fundições para a produção dos ferros para marcar o gado, esporas e utensílios em geral. Quando estes ofícios não era exercidos em locais específicos, invadiam as moradas dos sertanejos, dividindo espaço com seus fogareiros, esteiras e redes de dormir. As fazendas são locais de grande dinamismo de atividades econômicas, contudo, em grande parte estas atividades se dão exclusivamente para a produção de bens e produtos necessários a suprir as necessidades imediatas dos sertanejos.

Nas regiões sertanejas em que estão inclusas as terras do centro-sul do Piauí, as fazendas se configuram como locais de sociabilidades, onde ocorrem as trocas simbólicas, onde são estabelecidas as normas de convivência e, em se tratando de uma sociedade capitalista, onde ficam demarcados os espaços sociais.

Na segunda dimensão, a sociocultural, partiremos para os aspectos sociais da composição da sociedade, tomando a fazenda como base fundadora da sociedade, cuja estrutura social de divisão e estratificação dos poderes, constituirá modelo para a estratificação da sociedade sertaneja como um todo.

O topo da pirâmide social da fazenda é o senhor das terras, dos animais, das benfeitorias, dos escravos e até mesmo dos agregados dos quais dispõe, oferecendo-lhes ou retirando-lhes as condições de vida. Quando o dono da fazenda é um elemento presente, porque são muitos os casos em que o dono está ausente da unidade produtiva, nesses casos

---

<sup>79</sup> Nome utilizado nos inventários de Jaicós-Piauí para pastagem para alimentar o gado.

ele é representado por um administrador que incorpora suas funções e autoridade, sendo visto pelos demais sujeitos da unidade produtiva como o próprio dono.<sup>80</sup>

Nos casos de absenteísmo, o administrador ocupa o topo da pirâmide social, nos casos em que o dono se faz presente, aquele se torna o mais poderoso dos agregados ou o primeiro deles, subjungando os demais da cadeia produtiva, mas ainda assim compondo a classe dos dependentes.

A classe dos dependentes é formada por um conjunto de sujeitos estratificados em uma escala de poderes, desta classe fazem parte a família do senhor da fazenda, seu administrador, jagunços, vaqueiro-livres, agregados e escravos. Todos esses indivíduos compõem o corpo social que vive sob o jugo do senhor de mando, o fazendeiro.

As famílias senhoriais rurais constituem a elite das sociedades sertanejas do período colonial e imperial. No Piauí as famílias da elite seguem um modelo predominantemente patriarcal, exercendo uma atuação mais complexa no seio da sociedade, transitando entre o meio político e social. *As famílias atuaram na conquista e manutenção do poder da elite piauiense e deslocando o indivíduo em suas análises, valorizando as estratégias e relações possibilitadas a partir da inserção destes em redes familiares.*<sup>81</sup>

Seria um erro acreditar que todas as famílias fossem regidas pelas mesmas configurações, sendo esta última diversa, tal como são as sociedades do território brasileiro, berço de grande diversidade de configurações, múltiplos como foram os interesses econômicos dos ocupadores destas terras e também múltiplas como foram as cores que pintaram as famílias brasileiras, fruto do sincretismo étnico e cultural. Por se tratar de uma análise das elites, neste capítulo abordaremos apenas as famílias formadas por indivíduos livres que construíram patrimônio a ser inventariado, seladas por casamentos, representativos dos arranjos econômicos.

[...] as famílias dos senhores de engenho possuíam características distintas das famílias dos negociantes de grosso trato, que fazendeiros de gado,

---

<sup>80</sup> MEDRADO, Joana. *Terras de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1890*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

<sup>81</sup> SOUSA NETO, Marcelo de, *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013. p 226.

sitiantes, chacareiros e roceiros e os que habitavam a zona de mineração possuíam estruturas patrimoniais específicas.<sup>82</sup>

Isso evidencia que não são somente quando se trata de ciclos econômicos diferentes, mas igualmente em um mesmo ciclo, temos configurações familiares distintas. Temos em nossa análise inventários cujos patrimônios se configuram com margens de riquezas diferentes, evidenciando grande distorção na distribuição de renda, onde poucos são muito ricos e tantos outros vivem apenas remediados ou até mesmo em situação de pauperismo.

Na historiografia piauiense o pioneiro a falar em família piauiense foi Moyses Castelo Branco, estudos mais contemporâneos são aqueles de Pedro Vilarinho Castelo Branco<sup>83</sup> e de Ana Regina Rêgo<sup>84</sup>, além daquele em que Tanya Maria Pires Brandão<sup>85</sup> desenvolve uma ideia com a família piauiense como cerne, enfatizando em sua abordagem o enfoque genealógico e patrimonial, com uma abertura ao estudo da cultura política do mandonismo.

Ao analisar a sociedade piauiense, Tanya Brandão conclui que o poder é “ moldado no parentesco, na solidariedade mútua e no manejo do poder”<sup>86</sup>, e que as famílias da elite piauiense seriam o locus de perpetuação deste poder, em outras palavras a autora afirma que:

[...] para a elite do Piauí colonial a decisão de construir família passava pelo desejo e necessidade de gerar filhos continuadores do nome da família e herdeiros legítimos do patrimônio privado. Entre as pessoas dessa camada social o casamento apresentava-se ainda, como instrumento de vinculação entre famílias. A prole de um casal era prova concreta desse tipo de união e liame para novas alianças. Adivinha daí a importância do casamento na formação da família de elite piauiense, espinha dorsal da estrutura social e base e base da estrutura de poder na capitania.<sup>87</sup>

---

<sup>82</sup> SILVA, Maria Nizza da. *História da Família no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.07, apud SOUSA NETO, p.226.

<sup>83</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas: a prática discursiva dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História de UFPE. Recife, 2005.; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: F.C.M.C., 1996.

<sup>84</sup> RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Impressa piauiense: atuação política no século XIX*. – Teresina: FCMC, 2001.

<sup>85</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

<sup>86</sup> BRANDÃO, op. cit. p.275.

<sup>87</sup> BRANDÃO, op.cit. p.139.

As elites uniam-se de acordo com suas conveniências e interesses políticos e econômicos, essas uniões fortaleciam as famílias no exercício do poder de mando nas regiões de suas atuações. Na região de Jaicós não foram encontrados registros criminais envolvendo famílias e indivíduos ligados a estas elites nos períodos de 1874-1888, o que significa que o fortalecimento destas famílias não ocorre pelo viés da violência. O casamento figurou como forte instrumento para a solução de conflitos e o fortalecimento dos grupos familiares, os casamentos funcionam como rituais de união e lealdade entre duas famílias que passaram a unir seu patrimônio e seu poder de mando.

Os casamentos foram incentivados entre os membros das elites, sendo estas uniões celebradas de forma legal e sob os ditames da Igreja católica. Contudo, o ato de se casar oficialmente não era algo comum às populações sertanejas como um todo, muitos foram os casamentos extraoficiais a darem origem a famílias no interior dos sertões. Casar na Igreja só se constituía como regra aos ricos, pois estes rituais eram antes de tudo acordos político-econômicos que precisavam ser lavrados em cartório e reconhecidos por Deus.

Isso não significa que somente a elite econômica fosse temente a Deus. O cristianismo de origem católica foi amplamente aceito no Piauí e este baixo índice de casamentos deve-se ao fato de a maior parcela da população não possuir bens a serem unidos, para estes últimos os trâmites do casamento não se faziam tão necessários.<sup>88</sup>

Na vila de Jaicós existiam elites econômicas muito bem consolidadas, tais elites concentravam a maior parte das terras declaradas em inventários na região. Este poder econômico vinha acompanhado de poder de mando, pois o mando constitui condição para aquisição e manutenção de terras no sertão. Especialmente em se tratando de indivíduos tão enriquecidos, a constituição de tão próspero patrimônio teve lugar pelo uso da força e do mando.

Quando se tornam muito extensos, estes poderes deixam de ser somente mando e passam a ser potentados, núcleo de poderes que englobam poderes menores sob sua tutela, formando uma rede de poderes que possui como núcleo um líder mandatário. Em tais relações, temos votos ou juramentos de lealdade que se tornam conhecidos de toda

---

<sup>88</sup> SOUSA NETO, op.cit. p. 237.

comunidade onde o poder de mando do potentado intervém. Esse poder passa a atuar de forma tentacular, atingindo áreas fora do alcance do olhar do mandatário, porém não do poder do potentado.

Através da análise dos inventários, na vila de Jaicós podemos detectar a existência de dois grandes poderes ou, para sermos mais precisos, de dois potentados. Aquele exercido por Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues (1882) e outro sob a batuta de D. Anna Joaquina de Jesus (1882), cuja cabeça de casal<sup>89</sup> era o marido Capitão Eugênio Rodrigues de Macêdo (1889). A existência de dois poderes de mando de grandes dimensões em um mesmo território frequentemente levava ao surgimento de cisões territoriais, transformando um território em duas ou mais unidades de novos governos municipais<sup>90</sup>. Foi o que ocorreu com as terras de Jaicós, muito embora não haja relatos de choques muito violentos entre os potentados, os quais apelavam para os casamentos nas resoluções de conflitos, solucionando de forma pacífica as divergências. Ainda assim, a força dos poderes ocasionou a divisão e o consequente surgimento de dois subgrupos políticos no eixo Centro-sul do Estado do Piauí. Esta cisão posteriormente daria origem a dois municípios: Pe. Marcos e Paulistana.<sup>91</sup>

No caso do poder de mando de Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues (1882), temos uma associação mais complexa de poderes, pois além do poder econômico, uma vez que seu inventário corresponde à maior fortuna do fim do império na região de Jaicós, ainda temos o poder religioso de grande importância nas sociedades de construção ocidental.

Assim como Pe. Marcos de Araújo Costa foi detentor de grande poder e fortuna, é igualmente grande a fortuna de Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues (1882), uma clara evidência de poder econômico e social, assim como da forte influência que o mesmo exercia no território de Jaicós, sendo visto como figura de socorro espiritual e financeiro dos sertanejos de Jaicós, os quais recorriam a seus empréstimos em momentos de dificuldade. Empréstimos que ficam evidentes no inventário de Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues, pois são muitos e variados os valores a serem recebidos, configurando que os empréstimos eram destinados a indivíduos pobres, bem como para senhores de terra de médio porte ou ainda

---

<sup>89</sup> Cabeça de casal é o termo que designa os responsáveis pela administração dos bens das mulheres, estes poderiam ser seus maridos, filhos, pais e genros.

<sup>90</sup> QUEIROZ, op. cit. p. 46-47.

<sup>91</sup> Fazenda Boa Esperança deu origem ao Município de Pe. Marcos, a Fazenda Paulista deu origem ao Município de Paulistana.

até mesmo para os ditos senhores remediados. Também há evidências de seu respaldo social na guarda de bens de órfãos, mencionado em seu inventário como bens a serem restituído aos órfãos.

Como afirma Leal Referindo-se ao coronelismo, fenômeno da cultura política que engloba o mandonismo como um de seus elementos estruturantes de poder, presente nos sertões brasileiros após a criação da guarda nacional, *“É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades”*<sup>92</sup>.

Não somente Pe. Joaquim Rodrigues Damasceno, mas outros senhores de grande e médio porte representam essa possibilidade de mediação da miséria ou da falência, cobrando dos favorecidos fidelidade total como pagamento pelos serviços prestados, ampliando sua rede de lealdade, com o crescimento de sua clientela.

As sociedades do mandonismo sertanejo são as sociedades da concessão de favores aos amigos e aliados, formando uma teia de sujeitos submissos ao líder, a uma filosofia, a um voto, por um lado, e da negação de favores a outros, seus desafetos e opositores políticos. Este estado de coisas gerou grupos políticos. Na história política do Piauí tivemos dois grandes grupos, aquele do Centro-sul e outro do Norte. As regiões mencionadas nos inventários analisados fazem parte dos municípios de Jaicós, Pe. Marcos e Paulistana, dentro do perímetro de influência política do grupo político do Centro-sul.

No período do Brasil colônia e do Brasil império, o grupo político do Centro-sul manteve-se hegemônico no governo, exercendo cargos públicos. Somente nas duas últimas décadas do Império, as Elites do Centro-sul começaram a perder poder, muito embora não tenham abandonado o cenário político.

Para o último período do II Império, entre os anos de 1870 e 1889, assiste-se a um enfraquecimento no Núcleo Centro-Sul, mas que ainda mantinha-se forte. Das 243 cadeiras, 24% dos deputados vinculavam-se ao núcleo Centro-Sul, 14% ao núcleo Norte. 62% dos deputados não se vinculavam diretamente a nenhum dos grupos, entretanto, aliavam-se a um ou outro grupo.[...] Dos 27 vice-presidentes que assumiram interinamente a presidência, nove (33,4%) pertenciam ao núcleo Centro-Sul, quatro (14,8%) vinculavam-se ao núcleo Norte e 14 (51,9%), alguns oriundos de

---

<sup>92</sup> LEAL, op. cit. p. 43.

outras províncias, não possuíam vinculação familiar direta a nenhum dos dois núcleos.<sup>93</sup>

É no interior desses núcleos rurais que se constituem os poderes locais, oriundos de famílias patriarcalistas que ganham força com o isolamento geográfico e com a fragilidade de poderes oficiais. Fazendo do Patriarcado, da concentração de terra e renda e da escravidão as bases da cultura do mandonismo na sociedade piauiense e sertaneja em geral.

## 2.1. Os Senhores da Vila de Jaicós

A insignificante proporção de sesmarias dadas aos povoadores efetivos da terra não impediu que eles realizassem o devassamento e o povoamento do Piauí, aparecendo mais tarde o coronel, o senhor de terras e gados, cuja influencia se exerceu sobre os vaqueiros, agregados, finalmente todos os dependentes das atividades de que era dono, de modo a criar um sistema especial de relações internas, na fazenda de criação, que se sobreponha ao próprio governo, dispondo de código inteiramente pessoal.<sup>94</sup>

As fazendas de gado do Piauí eram unidades autônomas de produção e subsistência, produziam quase todo o necessário, muito embora em alguns casos a produção de alimentos somente suprisse as necessidades locais, não havendo excedente para ser comercializado na maior parte das colheitas. O que explicaria a baixa produção seriam os poucos braços, escravos e livres, disponíveis para a lida no campo. Podemos igualmente acrescentar a esse fator o isolamento em que se encontrava essa região, a falta de caminhos para interligação com centros maiores, bem como a grande quantidade de atividades desempenhadas pelos mesmos indivíduos, os quais necessitavam se dividir entre vários afazeres, envolvendo a casa, o campo, o curral, o tear e tudo que se mostrasse necessário. A historiografia brasileira recente costuma classificar as economias pelos seus perfis em termos de algumas características, tais como a autossuficiência, a autonomia e o isolamento geográfico, próprias de economias endógenas, à imagem de regiões onde a pecuária é a atividade econômica predominante.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> SOUSA NETO, op. cit. p. 243-244.

<sup>94</sup> CASTELO BRANCO, 1942 apud, SANTANA, op. cit. pág. 35.

<sup>95</sup> NEVES, Erisvaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

Inventários de fazendeiros e agricultores da vila de Jaicós na província do Piauí revelam a grande concentração de terra nas mãos de poucos indivíduos, a forte utilização da mão de obra escrava e a articulação da pecuária, atividade predominante da região, com a policultura de subsistência.

A população encontrava-se isolada por longas extensões de terra, separando a vila de Jaicós das demais regiões, assim como os fogos entre si, afastados por longas distâncias. Uma característica muito peculiar é a descontinuidade da posse da terra, uma mesma fazenda poderia fazer parte do espólio de dois ou mais inventariados, tal como o caso da Fazenda Carnahyba, que faz parte do espólio do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues<sup>96</sup>, daquele de D. Anna Joaquina de Jesus<sup>97</sup>, que correspondem às duas maiores fortunas do período analisado, além do referente à D. Antônia Mendes de Sousa<sup>98</sup>, com um dos menores espólios, abaixo de 1 conto de réis, detentora na Carnahyba de apenas uma pequena gleba de terra avaliada em 5 mil réis.

O Padre Joaquim Damasceno Rodrigues concentrava a maior quantidade de terras da região de Jaicós, correspondente em bens de Raiz à importância de 10 contos 631 mil 809 réis, onde pastava o maior rebanho bovino da região com 1.064 cabeças de gado de toda sorte, vigiadas por 11 escravos e muitos agregados, exercendo o maior poder econômico da região. Somando-se a isso sua posição de pároco, Padre Joaquim Damasceno Rodrigues era o homem mais ilustre e poderoso da pequena vila de Jaicós.

Essa quantidade de bens de raiz equivalia a uma grande quantidade de propriedades dentre as quais estavam inclusas sítios, posses de terras e fazendas. No inventário de Pe. Joaquim Rodrigues estão relacionadas 13 fazendas de grande e médio porte, muitas dessas fazendas fracionadas em várias porções de terras.<sup>99</sup>

Nesse processo, consolidou-se uma economia agrária com latifúndios, quase sempre descontínuos, contornados por médias e pequenas unidades, nas quais se multiplicaram os pequenos criadores e agricultores autônomos que também empregavam a força de trabalho escravo, embora com poucos cativos<sup>100</sup>

---

<sup>96</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, Jaicós, 1882.

<sup>97</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Anna Joaquina de Jesus, Jaicós, 1882.

<sup>98</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de D. Antônia Mendes de Sousa, Jaicós, 1884.

<sup>99</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, Jaicós, 1882. Relação das Fazendas inventariadas no testamento de Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues: F. Paulista, F. Tamandaré, F. Itaizinho; F. Jatubá; F. Carnahibinha; F. Castanheira; F. Cal Ficido; F. Jacobina; F. Bela Vista; F. Arteração; F. São Bento; F. Paço; F. Carnahyba.

<sup>100</sup> NEVES, op.cit. p. 83.

A distribuição de terras do patrimônio de Pe. Joaquim revela como se dava a zona de atuação econômica das grandes famílias, que ocupavam grandes extensões de terra, conseqüentemente controlando as populações que trabalhavam nelas cuidando do gado, dos demais animais e tudo mais que fosse produzido. Estes homens livres ou escravizados estavam sob a dependência do senhor das terras, constituindo uma rede de solidariedade e submissão.

Os arrendamentos também eram muito empregados na região de Jaicós, pela presença de benfeitorias nos arrolamentos dos inventários, a exemplo da agricultora D. Maria Magdalena Rodrigues<sup>101</sup> que declarou possuir apenas um pequeno patrimônio formado por: uma casa de taipa e telha, uma roça de plantação e outra de capim, uma posse de terra na fazenda Jacobina, avaliada em 4 mil réis, 30 cabeças de gado de toda sorte, 11 montarias, 1 burro e 1 jumento, além de benfeitorias na fazenda Pilão. Não constam em seu inventário as terras da dita fazenda Pilão, terras essas trabalhadas pela família da viúva, composta por quatro filhos e um único escravo, Raimundo, de 15 anos de idade.

Hebe Mattos nos diz que os inventários antes mesmo de ser um determinante social são histórias de vida. Através deles podemos perceber os encaixes familiares, as opções econômicas, o dimensionamento do uso das forças produtivas presentes nesta documentação. A própria família se constitui como um capital aos pobres lavradores, quanto maior fosse à prole maiores seriam as probabilidades de enriquecimento, por isso era tão importante que as crianças sobrevivessem aos primeiros anos de vida ou que os casais que perdessem um de seus cônjuges contraíssem segundas núpcias, para que a família fosse recriada. Em geral casais de poucos recursos unem-se consensualmente e daí passam a constituir família com a chegada dos filhos, casando-se após o nascimento destes.

Os filhos jovens e adultos eram braços de trabalhos para a família nuclear. A possibilidade de casamento deste poderia agregar novos membros como também poderia configurar a saída de um elemento da unidade produtiva, o que acarretaria em prejuízo. Para Mattos, os filhos seriam condição de prosperidade e o fruto do trabalho de uma família seria a compra de terras e de escravos. Para a autora essa seria uma lógica quase *chayanoviana*<sup>102</sup>, que prega o equilíbrio entre o número de produtores e o de consumidores no interior da

---

<sup>101</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de D. Maria Magdalena Rodrigues, Jaicós, 1883.

<sup>102</sup> MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3 ed. ver. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 73-74.

unidade doméstica. Em se tratando de famílias pobres, esta mesma lógica também era aplicada aos escravos.

Como afirma Mattos “dentro de um mundo de precariedades” a família constitui um “capital social para o acesso a lavoura de roça”. E assim se formou uma camada social que ocupara largamente as áreas sertanejas, dentre elas a vila de Jaicós.<sup>103</sup>

O casamento e a formação de uma família nuclear estável, ou outras formas de associação de caráter familiar (como o condomínio entre irmãos e escravos), tornavam-se assim pré-condição para produção independente. [...] os que conquistavam relações familiares estáveis e que venciam a difícil fase da primeira infância dos filhos e que chegavam a estabelecer relações de continuidade com a posse da terra e relações de solidariedade horizontal e vertical com a vizinhança, configurando, objetivamente, como lavradores, mesmo quando não contavam com a propriedade legal da terra ou com o recurso do trabalho escravo.<sup>104</sup>

Na vila de Jaicós, a exemplo dos estudos de Hebe Mattos na região fluminense e mineira, a posse do escravo passou a ser pulverizada entre os pequenos agricultores, sitiantes e arrendatários, incorporados nas atividades produtivas. As famílias escravas eram entendidas como um capital a serem explorados. Os escravos, em muitos casos, eram adquiridos em par para que gerassem novos braços para as roças e para o cuidado dos pequenos rebanhos, como exemplo o inventário de D. Josefa Maria da Conceição, que teve como bens declarados em seu inventário uma família de escravos, Feliciano e Militana, casados, com três filhos entre 14 e 15 anos.<sup>105</sup>

Em todos os autos de inventários analisados havia a presença de pelo menos um escravo. Mesmo aqueles que possuíam espólios irrisórios, de menos de 1 conto de reis, possuíam escravos, à imagem da supracitada Maria Magadalina Rodrigues. Foi igualmente registrada a existência de indivíduos que fizeram testamentos, tendo como posse apenas uma gleba de terra de 10 mil réis e 2 escravos, José Maria de 40 anos, preto e Joaquina de 10 anos, preta, que não possuíam gado, nem montaria, os quais vendiam sua força de trabalho e a de seus escravos para sobrevivência.<sup>106</sup>

A posse do escravo era muito valorizada no Brasil Império, pois estamos falando de uma sociedade que não apenas via o trabalho como uma forma de punição, mas que

<sup>103</sup> MATTOS, op. cit. p.65-79.

<sup>104</sup> MATTOS, op. cit. p. 68.

<sup>105</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de D. Josefa Maria da Conceição, 1882.

<sup>106</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de D. Leocádia Viera da Silva, Jaicós, 1880.

também tinha na posse do escravo condição mínima de riqueza, como podemos ver no inventário do supracitado José Maria Rodrigues, que não possuía animais, mas possuía escravos.<sup>107</sup>

Para Mattos existem alguns fatores que explicariam uma maior incidência de escravizados nos inventários de agricultores ou lavradores pobres, seriam eles: a própria relevância que a população livre pobre passou a exercer na sociedade no final do século XIX, a menor concentração da mão de obra escrava nas mãos das elites e uma maior incidência da lavoura de roça como estratégia de sobrevivência.

Essa proximidade entre escravidão e relações familiares tornava culturalmente bastante complexas e específicas as relações desses senhores com seus escravos, bem como emprestava uma dimensão inusitada à autoridade paterna, enquanto condição de exploração de trabalho[...] Deste modo, da mesma forma que a mobilidade espacial, a família nuclear e a rede de relações pessoais e familiares a ela ligada permanecem essenciais na experiência dos homens livres por todo o século passado, como já haviam sido no período colonial. Também para os escravos, a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativo parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região.<sup>108</sup>

Retomemos o caso de D. Maria Magadalina Rodrigues que tem como inventariante seu filho mais velho Rodrigo Coelho Rodrigues. Viúva, mãe de quatro filhos, dentre estes menores de idade, D. Maria Magadalina coabitava com seus filhos e seu escravo Raimundo em uma pequena casa de telha, pois em seus bens não consta a existência de senzalas.

Poucos foram os bens declarados no inventário de D. Maria Magadalina, o que indica que este só teve sua realização pelo cumprimento de obrigação legal devido à presença de órfãos menores de idade. Levando em consideração que a inventariada era viúva, seu patrimônio corresponderia a 50% dos bens do patrimônio inicial da família, antes do falecimento do cônjuge de D. Maria Magadalina. Os bens deixados aos filhos menores ainda faziam parte da unidade produtiva estando à disposição da família e a eles era habitual que fossem deixados bens móveis, como escravos e animais. Os bens de raiz, como terras e plantios, eram deixados para o cônjuge e/ou filha mais velha, para garantir a permanência da família na territorialidade onde foram estabelecidas as relações de solidariedade e

---

<sup>107</sup> MATTOS, op. cit. p. 39-47.

<sup>108</sup> MATTOS, op. cit. p. 74-75.

mandonismo, o que indica que a casa da viúva era a casa da família, pois a esta caberia os bens de raiz.

O cenário descrito no inventário revela as precárias condições de sobrevivência desta família que contava com uma pequena casa de telha composta por um único vão, mobiliada com uma mesa velha e quatro cadeiras, um fogareiro onde os alimentos eram preparados em uma panela grande e duas pequenas, tachos em péssimo estado de conservação e formas de ferro. Na casa ainda havia uma roda e uma almofada para a fabricação de tecidos, dois machados velhos, uma enxada e uma montaria. Fora da casa, para sua sobrevivência, contavam com uma roça de plantação e outra de capim para os animais.

Isto comprova também que no Piauí, assim como em outras regiões sertanejas, coexistia o trabalho escravo com o livre. Desempenhando em muitos casos as mesmas tarefas, compartilhando do mesmo ofício e do mesmo local de trabalho, o que não equivale a dizer que não houvesse a submissão imposta pela escravidão.

Na economia sertaneja o sistema de pagamento aos trabalhadores livres era a “quarta”, correspondente a 25% das criações que nasciam anualmente, incluindo o gado e outras criações. Os trabalhadores livres, vendedores da sua força de trabalho, igualmente dispunham de regalias como carnes e leite fresco e a proteção dos mandatários e/ou coronéis e os protegiam sempre que solicitados.<sup>109</sup> “Nos currais em expansão, predominavam relações de caráter pré-capitalista. Os vaqueiros recebiam em pagamento crias de gado com as quais fundavam suas próprias fazendas”.<sup>110</sup>

Criando um círculo de solidariedade onde patrões e empregados formavam uma grande família, princípio em função do qual, os conflitos são diminuídos, a vigilância sobre o escravo ganha um reforço na figura do trabalhador livre. Uma vez que no Piauí a maior parte das fazendas pertenciam a donos absenteístas, tais trabalhadores livres poderiam trabalhar como administradores das fazendas, ainda podemos encontrar no Piauí fazendas administradas por escravos.<sup>111</sup>

Muitos vaqueiros-administradores formavam suas pequenas fazendas através da prática da remuneração da “quarta”, fazendas que eram erguidas em terras arrendadas, nas quais eram construídas benfeitorias. Entretanto, muito embora o pagamento por “quarta”

---

<sup>109</sup> NEVES, op. cit., p.78.

<sup>110</sup> SANTANA, op. cit., p.33.

<sup>111</sup> NEVES, op. cit., p. 95. Ver também MOTT, Luiz. *O patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí colonial*. IN. MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1995. p. 125-137.

possibilitasse o surgimento de pequenas e até mesmo médias propriedades rurais, os inventários demonstram que a terra continuava concentrada nas mãos de poucos, tal como podemos ver pelo inventário de D. Anna Joaquina de Jesus<sup>112</sup>, possuidora do segundo maior espólio do período analisado (1874-1888). Ela teve declarados como bens de raiz 9 contos 930 mil 280 réis, nos quais estão incluídos terras compradas do também inventariado Francisco Manoel Rodrigues<sup>113</sup>, que vendeu posse de terra na Fazenda Boa Esperança, avaliada em 26 mil 413 réis, tendo declarado como espólio uma raiz de pouco mais de 1 conto de réis. Outro que igualmente se desfez de parte do seu espólio foi Manoel Francisco Rodrigues de Sousa<sup>114</sup>, o qual vendeu à mesma D. Anna Joaquina uma posse de terra na fazenda São João, pela quantia de 28 mil 326 réis, e teve declarado com bens de raiz em seu espólio 1 conto 77 mil 747 réis, apenas 1 escravo e 20 cabeças de gado de toda sorte e 4 montarias.

Salta aos olhos que os pequenos proprietários de terra vendiam suas pequenas posses de terra aos grandes e médios proprietários, fazendo com que a terra se tornasse cada vez mais concentrada nas mãos de poucos. Outra hipótese relevante é que essas terras tenham sido dadas como pagamento de dívidas, uma vez que em relação a D. Anna Joaquina, assim como ao Padre Joaquim Damasceno, constava em seu inventário grande montante a ser recebido em dívidas contraídas através de empréstimos. Nos casos dos dois inventariados supracitados, por venda de terras o primeiro não deixou dívidas em seu inventário, já o segundo deixou uma dívida de 250 mil réis a ser paga por seus herdeiros.

Como afirma Erisvaldo Neves existem várias pequenas e médias propriedades entrecortando os grandes latifúndios e em muitos casos os pequenos lavradores e criadores que ocupam essas terras orbitam sob a dependência direta ou indireta dos grandes latifundiários. Existiam casos em que essa dependência levava ao endividamento. Nessas situações, as consequências poderiam ser a perda da propriedade da terra, passando de donos das terras a inquilinos e trabalhadores dos grandes senhores, em terras que já foram suas.

A vila de Jaicós apresenta uma grande concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos que detém o poder de mando e o controle sobre grande parte das atividades produtivas, ressaltando que a essa camada social pertencem não só as maiores extensões de terra, mas também os maiores rebanhos bovinos da região, ficando sob o controle desse

---

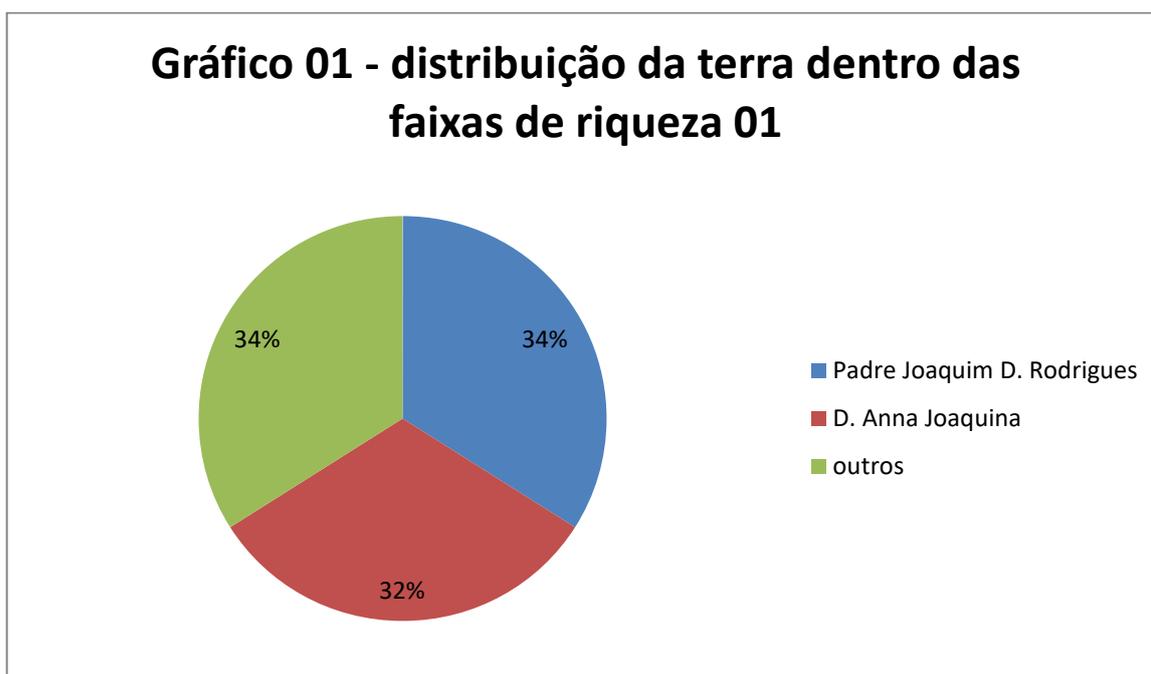
<sup>112</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de D. Anna Joaquina de Jesus, Jaicós, 1882.

<sup>113</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Francisco Manoel Rodrigues, Jaicós, 1884.

<sup>114</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Manoel Francisco Rodrigues, Jaicós, 1887.

grupo social cerca de 80% das terras declaradas no total de inventários analisados. Essa camada social corresponde a um conjunto de 7 inventários com fortunas que vão de aproximadamente 44 contos de réis à 8 contos de réis. Dentro dessa pequena amostra temos dois inventários que se destacam pela riqueza de suas fortunas dentre os demais de seu grupo.

São as fortunas de Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues e D. Anna Joaquina de Jesus, cuja cabeça de casal é seu cônjuge Capitão Eugênio Rodrigues de Macêdo, que detêm juntos mais da metade das terras e dos bens declarados nos inventários de Jaicós (1874-1888).



Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem* da vila de Jaicós (1874-1888)

A heterogeneidade dos espólios, com uns muito ricos e outros muito pobres, com espólios de menos de 1 conto de réis, levou-nos a dividirmos os inventários em três grupos ou faixas de riqueza. Devemos também levar em consideração que nem todos os indivíduos poderiam fazer inventários, por não possuírem bens suficientes para tanto. Muitas vezes seus bens não eram suficientes sequer para pagar as “custas” de um inventário. Em muitos casos em que os indivíduos possuíam menos de um conto de réis o inventário só ocorria devido à existência de filhos menores de idade e à presença de escravos, muito embora em uma sociedade marcada pela precariedade todos os bens por menores que estes fossem representavam possibilidade de superação da pobreza.

Na terceira faixa de riqueza temos os inventários com menos de 1 conto de réis, de 1 a 3 escravos e que possuem cerca de 10 cabeças de gado de toda sorte. Esta faixa é

constituída por trabalhadores livres, agricultores, meeiros, arrendatários, os quais vendem para sua sobrevivência o seu trabalho e o de seus escravos.

Na segunda faixa de riqueza temos os inventários que possuem espólio acima de 1 até 7 contos de réis, possuidores em média de 5 escravos e 50 cabeças de gado de toda sorte. Nela situam-se os pequenos fazendeiros, os quais, como ventilam R. N. Monteiro Santana(2001) e Erisvaldo F. Neves(2012) podem ter constituído seus rebanhos pelo pagamento da “quarta”, sendo estes administradores que, através do seu ofício, construíram suas próprias fazendas.

A primeira faixa de riqueza é composta por inventários com espólios acima de 8 contos de réis, uma média de 12 escravos e 300 cabeças de gado de toda sorte. Faz parte desta faixa a elite local, em geral absenteístas que delegam a administradores a gestão de suas propriedades. Na base de todas as faixas sociais temos o escravo, elemento constitutivo de riqueza, inventariado como um bem *semovente*, ao lado dos cavalos, vacas e jumentos.

A sociedade na vila de Jaicós era extremamente estratificada, com uma pequena possibilidade de mobilidade social entre as faixas de riqueza 02 e 03, mas com base e topo imutáveis. Com o fracionamento das propriedades, as terras se tornaram “senhorios” descontínuos, obrigando seus senhores a delegarem grande poder aos procuradores, por serem estes proprietários de uma imensidão de terras. O poder era comumente delegado pelo absenteísmo dos donos dessas terras que precisavam de homens de confiança em cada posse de terra, para que a mesma fosse garantida e administrada ou, como se costumava dizer na época, “senhoriadas”.

Em muitos inventários encontramos procurações que delegavam a maridos, filhos, genros e a terceiros a responsabilidade de cuidar dos assuntos civis e jurídicos dos inventariados, principalmente em se tratando de mulheres. Em geral, os procuradores eram pessoas muito próximas dos donos das fazendas, com algum tipo de grau de parentesco.

Contudo, por possuírem suas próprias propriedades rurais a serem “senhoriadas”, esses procuradores nem sempre administravam apenas as terras sob a sua responsabilidade jurídica, delegando a outros, os administradores, essa função.<sup>115</sup>

Havia uma relação de solidariedade segundo a qual o procurador era o representante do “dono distante, a posse armada, a propriedade”. Nesta relação os senhores eram verdadeiros mandatários, a exemplo do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, símbolo de

---

<sup>115</sup> MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia – 1880-1900*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 44-48.

“autoridade, apoio e força”, que tem como um de seus mais fiéis agregados e administrador seu sobrinho Joaquim Manoel Rodrigues, a quem, nas palavras do padre:

[...] deixo intitulado herdeiro da terça de meus bens ao meu sobrinho Joaquim Manoel Rodrigues, filho de minha irmã Maria Gracina de Jesus, recomendo digo, recomendo que na dita terça se lhe dê preferência o sítio da consolação e o escravo João filho da escrava Joana. Declaro que deixo a terça dos meus bens referido sobrinho Joaquim Manoel Rodrigues, como foi dito, o faço em atenção ao amor, dedicação e serviços que me tem prestado o mesmo e dispensado, morando sempre junto a mim.<sup>116</sup>

Essa relação de lealdade e fidelidade foi bem comentada por Pedro Calmon:

Falava por um proprietário que ninguém conhecia; mostrava os instrumentos de procuração; e em nome desse vago direito reinava sobre um trato do país {...} A torre parecia a capital rústica de províncias solitárias que pastas do sertão, sargentos-mores de índios mansos, vaqueiros - procuradores administravam por sua lei, por sua vontade, por seu capricho, dispondo da vida e dos bens dos clientes segundo as conveniências desse governo. Despoticamente, às vezes patriarcalmente, chefes e donos numa fronteira sem juízes, que acudissem às queixas, sem soldados, que velassem pela paz, sem funcionários que impusessem uma ordem qualquer.<sup>117</sup>

Em poucas palavras Joana Medrado resume o que seria um procurador:

[...] era uma pessoa que representava o proprietário por meio de uma procuração que o habilitava a resolver questões burocráticas e cartoriais. Respondia por eventuais ações na justiça que envolvessem o fazendeiro, atuando como um administrador dos assuntos externos à fazenda propriamente dita.<sup>118</sup>

Os administradores eram os homens que realmente dirigiam as fazendas, em geral nelas habitando, tomando conta de sua rotina para que se tornasse produtiva e as perdas fossem evitadas, reportando-se diretamente aos donos das propriedades, para prestação de contas dos rendimentos das fazendas, da venda do gado, do excedente da produção agrícola e das demandas da fazenda. Encarregado e responsável pelo pagamento dos empregados e pela vigilância dos escravos, a ele igualmente cabia fazer a partilha das criações anualmente,

<sup>116</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Testamento de Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, Jaicós, 1882.

<sup>117</sup> CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre* – uma dinastia de pioneiros, 3 Ed. rev. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983. p. 123-124.

<sup>118</sup> MEDRADO, op. cit., p. 45-46.

pagando a si mesmo e a seus vaqueiros com a “quarta”, o que possibilitava a estes administradores formarem suas próprias fazendas. Eles são igualmente responsáveis pela supervisão da marcação dos animais a ferro, pela construção de benfeitorias e pela conservação das mesmas.<sup>119</sup>

Também podiam trabalhar diretamente com os animais, sendo vaqueiros – administradores, o que em geral ocorria em pequenas e médias propriedades, “talvez por esse motivo eles definissem a si próprios como vaqueiros”<sup>120</sup>. Foi a imagem desse vaqueiro – administrador que ficou cristalizada no imaginário do povo piauiense.

Pedro Calmon usa o termo “vaqueiro – procurador” demonstrando que as três funções podem ser exercidas concomitantemente por um indivíduo, garantindo ao termo vaqueiro status social, pois estes homens foram os primeiros a desenvolver o território e os poderes mais visíveis às populações destas terras.

[...] Provavelmente em razão disso, ser vaqueiro com funções de administrador era tão prestigioso, uma vez que muitas vezes eles materializavam o poder de mando do próprio fazendeiro, em geral ausente, semelhante ao papel desempenhado pelos antigos procuradores da administração lusitana.<sup>121</sup>

Já os vaqueiros propriamente ditos, eram homens do sertão que tinham a habilidade de conhecer os campos, conhecer as pegas, conhecer os animais, obrigados a demonstrarem agilidade e força física para desempenhar inúmeras tarefas, tais como construir currais, abrir caminhos para o gado pastar e beber água, abrir aguadas e cacimbas, amansar bois e cavalos, desmamar bezerros e cuidar deles, pear os animais (amarrar patas dianteiras), guiar e tanger o gado. Eles podem ser subdivididos em tipos, em função da predominância ou da exclusividade do serviço que executam: vaqueiros cabeça-de-gado, vaqueiro guia, tangedor, peado, novato, passador e cargueiro.<sup>122</sup> “Eram [esses] tipos comuns no final do século XIX, e suas funções eram, em muitas fazendas desempenhadas por escravos”<sup>123</sup>. Luiz Mott vai

---

<sup>119</sup> MEDRADO, op. cit., p. 43-82.

<sup>120</sup> MEDRADO, op. cit., p. 46.

<sup>121</sup> MEDRADO, op. cit., p. 48.

<sup>122</sup> LIMA, op. cit., p. 95-111.

<sup>123</sup> NEVES, op. cit., p. 79.

além, analisando a realidade do Piauí oitocentista, em que existiam várias propriedades onde havia apenas escravos, nesses casos os escravos eram vaqueiros – administradores.<sup>124</sup>

Grande parte dos inventários traz em seu fim uma lista de classificação dos escravos. No caso das mulheres inventariadas, estas listas estão em nome de seus pais ou maridos, sendo estas representadas em questões civis e criminais pelos mesmos, de acordo com procuração por elas assinada e reconhecida em cartório. Algumas dessas procurações também fazem parte dos inventários. Tais listas de classificação datam, em sua maioria, do ano de 1872, o que mostra um cumprimento da Lei nº 2.040 de 1871, a lei do Ventre Livre. Esta lei determinava a matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, além da concessão de liberdade aos nascidos após esta data, igualmente presentes nos inventários, arrolados juntamente com suas mães-escravas e descritos brevemente como “filhos livres” ou mais comumente como “ingênuos”, sugerindo se tratar de crianças muito pequenas e nascidas sem a “proteção” do poder patriarcalista e escravista dos senhores. Como este poder por tantos anos havia protegido seus pais das mazelas do mundo, a expressão “ingênuo” vem carregada dos significados infância e desamparo, como se esses pequenos homens e mulheres livres estivessem condenados à fome, ao desabrigo e à morte, estando fora do sistema escravista.

A lei determinava que os escravos fossem mais bem identificados e que todos fizessem parte de uma lista geral de classificação que abrangesse todo o Império. Nessa nova lista, muitas informações são necessárias, de tal modo a tornar o escravo uma peça única, mais fácil de ser identificado em caso de fuga, facilitando igualmente a comprovação da posse.

Antes dessa lei a documentação nos cartórios provinciais quase nada informava em relação às características do escravo. Nas novas listas constava o número da matrícula geral, o número do escravo na relação do proprietário, o nome de batismo cristão, a cor (no caso do Piauí foram registradas sete cores: preto, pardo, cabra, crioulo, fulo, mulato e caboclo)<sup>125</sup>, idade, procedência (no Piauí todos os escravos são nascidos no Brasil, oriundos do Piauí, Pernambuco e Bahia), estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, pessoas da família (pertencentes ao mesmo senhor) ou filiação, nome do senhor de escravos e, por fim, um

---

<sup>124</sup> MOTT, op. cit., p. 115.

<sup>125</sup> Sobre cor e liberdade ver Hebe Mattos. MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3 ed. ver. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.

espaço para observações muito variadas, “casado com” ou “se possuía filhos livres”, ou se possuía “doença” e ainda observação em caso de alguma má conduta, como “fuga”.

Na vila de Jaicós, no período de 1872-1888<sup>126</sup>, a grande parte dos escravos havia sido obtida por herança, por cria ou até mesmo troca. Nos inventários não encontramos registro de compra de escravos, mas alguns registros de transferência por herança, à imagem do caso do inventariado Valério Raymundo Rodrigues<sup>127</sup>, em cujo inventário consta dois registros de transferência de escravo, Herculano e Rosalina, adquiridos por herança paterna. No tocante a escravos adquiridos por cria, informações contidas nas cartas de classificação dos escravos presentes no final dos inventários, temos o caso da escrava Luzia, pertencente a Henrique de Sousa Rodrigues<sup>128</sup>, adquirida por dote e mãe de 6 escravos, crias.

O escravo não só representa a base da pirâmide social da sociedade agrária do sertão do Piauí, mas é igualmente o maior símbolo da economia endógena, pois é ele que atua nas mais diversas atividades, fazendo a engrenagem da empresa pecuarista policultura dos sertões piauienses funcionar, estando onipresente em todas as atividades produtivas.

Nas economias denominadas endógenas o trabalhador, escravizado ou não, comumente não tem ocupação única, é por este motivo que a especialização do trabalho não é incentivada no Piauí. O escravo acaba fazendo um pouco de tudo, justificando o fato de muitos escravos não terem profissão definida nas listas de classificação, especialmente os homens, assim como a classificação de um escravo como roceiro determinava que ele fosse como um “faz tudo”. Segundo este estado de coisas, é pouco provável que ele se ocupasse o dia todo apenas das roças, por mais duro que fosse o trabalho no campo. Um exemplo demonstrando que a expressão roceiro passou a simbolizar “fazer tudo” é o inventário do padre Joaquim Damasceno Rodrigues, possuidor à época do maior rebanho bovino, com 1.064 cabeças de gado de toda sorte, incluindo vacas paridas e solteiras, garrotes, novilhotes e bezerros, com 233 montarias, incluindo animais de montar, carga e campear, com um total de 11 escravos, nenhum deles declarado vaqueiro, todos declarados roceiros, independente do sexo ou idade.

A multiplicidade de usos do escravo fazia dele um bem muito precioso, de alto valor de mercado. Em geral, um escravo-macho de idade entre 15 a 30 anos tinha valor médio de

---

<sup>126</sup> Período que compreende a obrigatoriedade da lista de classificação e o fim da escravidão, e dos últimos inventários analisados.

<sup>127</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Valério Raymundo Rodrigues, Jaicós, 1884.

<sup>128</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Henrique de Sousa Rodrigues, Jaicós, 1884.

600 mil réis. É importante ressaltar que, no seio de uma sociedade pecuarista, muito embora a especialização do vaqueiro fosse desejada, na documentação oficial, a lista de classificação dos escravos incluía poucos classificados como vaqueiro. A grande maioria fazia o trabalho do vaqueiro, mas não era classificada com esta profissão.

O inventário de João Marques Ferreira Gomes<sup>129</sup>, que constitui o terceiro maior espólio da vila de Jaicós, com rebanho de 306 cabeças de gado de toda sorte, 72 equinos (montar, carga e campear), 12 escravos, entre homens e mulheres, inclui um de seus escravos com a classificação de vaqueiro, o escravo Hilário. Preto, com 34 anos e avaliado por 600 mil réis, ele seria partilhado entre seis herdeiros menores de idade, a cada um cabendo à sexta parte do referido escravo. Outro exemplo de escravo-vaqueiro encontramos no inventário de D. Josefa Maria da Conceição<sup>130</sup>, com 20 cabeças de gado de toda sorte, 15 equinos (montar, carga e campo) e 8 escravos, tem a seu serviço o escravo Felismino, cabra com 35 anos de idade, casado, avaliado em 400 mil réis.

A atividade do vaqueiro é uma atividade feita em campo aberto, executada por poucos indivíduos ou na solidão dos campos, do cerrado e da caatinga piauiense. A existência de um feitor que desse conta de todos os escravos desempenhando funções em ambientes tão isolados uns dos outros, uns no campo, outros nos currais ou ainda nas roças, tornou-se algo impraticável, pois a natureza das atividades produtivas do sertão impediam a existência do feitor. Mas o que leva o escravo vaqueiro a retornar à casa do senhor? O que leva escravos roceiros, os quais em muitos casos fazem longos deslocamentos para chegar às roças, mangas e vazantes situados em territórios fracionados de seus senhores, a retornar? A *família* ou os *laços de solidariedade* tem sido a resposta a essas perguntas, pois, como dito anteriormente, a família é um elo de afetos e de submissão que pode ser facilmente percebida nas listas de classificação pelo “estado civil” dos escravos, a exemplo do caso do escravo Felismino, casado com a escrava Militana. Contudo, percebemos através do tópico “estado civil”, apenas as uniões oficiais. Outro tópico da lista de classificação de escravo é ainda mais revelador. Denominado “pessoas pertencentes à família” ou em muitos casos substituídos por “filiação”, nele encontramos as famílias oficiais e não oficiais. Neste mesmo inventário dos 8 escravos declarados, apenas um não possui origem conhecida e nem pessoas na família, o escravo Valério, cabra de 16 anos de idade, registrado em 1872 e que não consta

---

<sup>129</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de João Marques F. Gomes, Jaicós, 1879.

<sup>130</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Josefa Maria da Conceição, Jaicós, 1882.

no inventário feito em 1882, não existindo tampouco registro de venda ou de doação do referido escravo.

O risco de fuga e de má conduta aumenta entre os escravos que não possuem vínculos familiares, ou seja, a família escrava tornou-se no Piauí oitocentista um importante mecanismo de controle do sistema escravista sertanejo. Como já dissemos, a multiplicidade de usos do escravo em diversificadas atividades tornou-se sua principal faceta, agregadora de grande valor comercial. Entretanto, se fizermos uma observação nas listas de classificação de escravos, identificaremos que são denominados roceiros aqueles homens em sua fase inicial da vida, a primeira infância (0 a 7 anos). Isso também ocorre quando atingem a velhice acima dos 40 anos, raramente sendo classificado com outros ofícios, salvo o de roceiro. No entanto, durante o período de maior produtividade, entre os 15 a 40 anos, temos a presença de escravos classificados como vaqueiros. Muito embora a maioria ainda seja classificada oficialmente como roceiros, em propriedades com mais de 300 cabeças de gado. Podemos concluir que estamos trabalhando com uma sociedade de jovens vaqueiros e velhos roceiros.

Essa característica, referente a desempenhar várias atividades durante o dia e até mesmo durante a vida, é típica de economias consideradas endógenas, o que igualmente se reflete nas mulheres escravas. Mais que os homens, as escravas têm profissão definida. Em sua grande maioria são classificadas como roceiras ou “enchadeiras”, embora ainda houvesse as rendeiras, as costureiras, as fiandeiras, as domésticas, as lavadeiras e cozinheiras, todas atividades do *métier* feminino não desempenhadas como único ofício dessas escravas. Na realidade, estas mulheres escravizadas desempenhavam todas as atividades durante sua rotina diária, tendo como profissão oficial aquela que lhes ocupava mais tempo.

Contudo, o trabalho feminino não estava restrito às atividades tradicionalmente femininas. Elas também montavam, tangiam o gado, cuidavam das vacas paridas e dos seus bezerros, tratavam as bicheiras, construía as instalações necessárias ao funcionamento da empresa do gado, derrubavam a mata, faziam limpeza nos rios e riachos para facilitar o acesso do gado às fontes de água, tudo o que fosse necessário para tornar autossuficiente a propriedade rural.<sup>131</sup>

No inventário de Francisco Manoel Rodrigues<sup>132</sup> foi declarada a posse exclusiva de escravos do sexo feminino, 5 ao todo, dentre as quais, as duas mais velhas, Victoria, preta,

---

<sup>131</sup> LIMA, op. cit., p. 80-84.

<sup>132</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Francisco Manoel Rodrigues, Jaicós, 1884.

54 anos e Guilhermina, parda, 40 anos, foram declaradas “enchadeiras”. As demais, Anita, parda de 23 anos, Maria, preta de 21 anos e Nolberta, parda de 20 anos, não tinham profissão definida, mas apresentavam juventude para correr a cavalo pelos campos atrás das 35 cabeças de gado de toda sorte, utilizando para tanto 07 montarias (4 cavalos, 2 éguas e 1 burro) em posses de terra na fazenda Água Preta, Carnahyba e Paulista, sem descuidar das 4 roças, das 2 plantações de vazantes, dos 2 mangas, dos 3 currais e de 1 chiqueiro, mantendo sempre limpa e asseada as duas casas de 2 vãos cada uma.

O inventariado Francisco Manoel Rodrigues pertence à faixa 02 de riqueza, o que abre o precedente deste ser um possível vaqueiro – administrador, constituindo seu rebanho através da “quarta”, delegando às suas escravas a obrigação de cuidar das suas terras e de seus animais.

A rotina do escravizado era muito dura, acordando muito cedo, dormindo muitas vezes tarde, com longas jornadas de trabalho, debaixo do sol, em trabalhos árduos e perigosos, expostos a acidentes e a ataque de animais ferozes e venenosos, com péssima alimentação e precárias moradias.

Em qualquer fonte que se investigue, a análise do cotidiano escravo indica sempre a submissão à permanente e exagerada violência física ou psicológica, real ou imaginado, em consequência da constante possibilidade de punição, precariedade da alimentação e repouso insuficiente, que poderiam provocar, problemas de estresse. Essas circunstâncias revelam que o indivíduo submetido ao cativo vivia no limite da resistência física e emocional.<sup>133</sup>

O exemplo do trabalho das escravas de Francisco Manoel Rodrigues permite-nos duas constatações: primeiramente, as escravas eram exigidas até a exaustão de suas forças e, em segundo lugar, o que determina o trabalho era a necessidade. É este estado de coisas que determinara a predominância de escravos nas listas de classificação sem profissão definida e a generalização de atividades que o termo roceiro vai assumir, transformando-se num verdadeiro “faz tudo”.

A adaptação do trabalho às necessidades do meio constitui-se como um princípio das sociedades endógenas, intrinsecamente ligado à garantia da autossuficiência. Fazer todo o necessário nas empresas e núcleos rurais fazia parte do cotidiano da população, em especial,

---

<sup>133</sup> NEVES, op. cit., p. 105.

daquele inerente à população escrava existente no seio das unidades pecuaristas – policulturas, as quais constituíam-se em múltiplas oficinas que vão desde a carpintaria, do engenho, à tecelagem ou à metalúrgica, além de tudo o que se mostrasse necessário. Os instrumentos de carpintaria estão tão presentes nos inventários de uma sociedade pecuarista–policultura quanto às esporas e as enxadas, em razão da constante necessidade de se construir e consertar cercas, casas, móveis e outros objetos dos quais a fazenda necessitasse.

No inventário de Henrique de Sousa Rodrigues<sup>134</sup>, encontramos engenho avaliado em 4 mil réis e casa de farinha por 10 mil réis. No espólio de Francisco Manoel Rodrigues<sup>135</sup>, uma bolandeira por 2 mil réis, naquele de Juvência Maria de Jesus<sup>136</sup>, temos uma roda por 8 mil réis e nos bens do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues<sup>137</sup> encontramos vários martelos por 1 mil réis, 1 forja por 4 mil réis, 1 malho de ferro por 8 mil réis e 1 torno por 4 mil réis.

Uma das principais funções das oficinas de tecelagem consistia em vestir a população escrava, muito amiúde, tão desnuda por falta de tecido quanto aquelas formadas pelos escravos das fazendas nacionais. Tendo em vista que, com tantos afazeres e com a necessidade primeira de tirar da terra sua sobrevivência e cuidar do gado, o tecer era uma atividade que ocupava o tempo que sobrava, sendo muitas vezes praticada durante a noite. Segundo Solimar Oliveira Lima, a ocupação de fiar é primeira tarefa de uma menina, iniciando-a no mundo do trabalho e alcançando o outro ponto da linha da vida nas idosas, as quais por não conseguirem mais executar tarefas árduas trabalham e repassam o ofício de fiar às mais jovens.<sup>138</sup>

Assim como a tecelagem tinha na mulher sua força de trabalho predominante, as roças eram trabalhadas principalmente por elas, estando presentes nos bens declarados como bens de raiz em todos os inventariados. A produção do alimento para subsistência era da alçada de responsabilidade dos habitantes da terra, em especial, de seus escravos, os quais deveriam produzir tudo que fosse necessário à sobrevivência de seus senhores e à sua própria sobrevivência.

Nos inventários encontramos, dentre os tipos de bens de raiz, as roças de plantação e de capim, as roças novas e velhas, as roças pequenas, grandes e de bom tamanho, além daquelas medidas em braças, roças em bom e em mau estado. Encontramos igualmente os

---

<sup>134</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Henrique de Sousa Rodrigues, Jaicós, 1883.

<sup>135</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Francisco Manoel Rodrigues, Jaicós, 1884.

<sup>136</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Juvência Maria de Jesus, Jaicós, 1883.

<sup>137</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, Jaicós, 1882.

<sup>138</sup> LIMA, op. cit., p. 69-72.

mangas, os tanques, os currais, os cercados e os chiqueiros, engenhos e casas de farinha, tudo em prol da produção de alimentos, coexistindo lado a lado com a pecuária e valendo-se igualmente da mão de obra escrava. Este panorama compõe uma complexa relação socioeconômica que podemos denominar economia sertaneja, cujas bases são a pecuária, a policultura e a escravidão.

### 3. Territórios de mando

#### 3.1. Esquadrinhando o *monte-mor*:

Os inventários constituem uma rica fonte para os estudos sociais e culturais, onde dados quantificados revelam as estruturas constituintes das sociedades às quais esses dados se referem, foi isso que ocorreu ao analisarmos os inventários das Vilas de Jaicós no período de 1889. Identificamos como ocorria a distribuição das terras, formando grandes e pequenas fazendas. Através da análise desses dados quantitativos, construímos quadros estatísticos que representam uma imagem da sociedade de Jaicós que, por sua vez, constitui uma amostra representativa das sociedades do sertão oitocentista brasileiro.

Documentos jurídicos, os inventários trazem em seu corpo a inspeção dos bens do inventariado, a partilha dos bens junto aos herdeiros legitimamente reconhecidos, podendo neles igualmente haver reconhecimento de filiação, assim como as declarações da necessidade do inventário por morte do inventariado, o juramento do inventariante de “*declarar todos os bens sem ocultar nenhum*”, as cartas de procuração, o documento de transferência dos escravos e as custas do processo.

Todos os bens presentes no inventário constituem o *Monte-mor*, composto pelos bens *Móveis*, tais como ouro, prata, móveis, livros, objetos domésticos, objetos de trabalho no campo, com o gado, da produção de tecidos, de carpintaria, de engenho, de metalurgia, além de armas. Temos igualmente os bens *Semoventes*, composto pelos animais e escravos, sendo os animais gado de toda sorte, cavalos, éguas, burros, jumentos, cabras e ovelhas. Outro tipo de bem inventariado são os denominados de *Raiz*, como casas, fazendas, sítios, posses e glebas de terra, roças, vazantes, mangas, currais e chiqueiros, além das benfeitorias. Outro item a ser notado nos inventários são as *Dívidas*, as quais podem agregar, *dívidas*

*ativas*, ou subtrair, *dívidas passivas*. À soma de todos esses elementos podemos denominar **Monte-mor**.

Como mencionado em tópico anterior, por questões didáticas fez-se necessário segregar os inventários, em outros termos, os monte-mor, em faixas de riqueza, sendo a primeira faixa composta pelos inventários que possuem monte-mor de 8 contos réis ou mais, a segunda faixa é composta pelos monte-mor de 7 conto 999 mil 999 reis a 1 conto de réis e a terceira e última faixa de riqueza é constituída com monte-mor de menos de um conto de réis. Após distribuição a primeira faixa passou a contar com 7 inventários, onde o de maior monte-mor é o do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues<sup>139</sup>, 43 contos 900 mil e 809 reis e o menor é o de Henrique de Sousa Rodrigues<sup>140</sup>, 8 contos 43 mil réis. Na segunda faixa de riqueza temos 12 inventariados, onde o maior monte-mor é aquele de Marcos Rodrigues de Sousa<sup>141</sup>, 5 contos 74 mil réis e o menor é de Raimundo Francisco do Nascimento<sup>142</sup>, 1 conto 148 mil réis. Na terceira faixa de riqueza temos apenas 4 inventários, a reduzida quantidade de inventários deve-se ao fato dos inventários possuírem “custas” e nem sempre todos os indivíduos possuíam bens suficientes para distribuir aos herdeiros e pagar o cartório, o monte-mor de maior valor nessa faixa é o de Carciano Viera de Sousa<sup>143</sup>, 895 mil réis e o menor é aquele de D. Antônia Mendes de Sousa<sup>144</sup>, 407 mil réis. Em muitos casos, os inventários eram feitos para cumprir com a obrigatoriedade legal devido a presença de herdeiros menores ou pela existência de escravos, um bem muito valorizado.

Devido à natureza endógena de nosso estudo econômico, consideramos conveniente fazer mais um recorte em nosso objeto, analisando especificamente dentre os bens existentes no monte-mor apenas a Raiz, os escravos e os animais, devido às características específicas da anteriormente referida economia sertaneja, baseada na pecuária, integralizada a agricultura e trabalhada por mão de obra escrava.

Em função deste recorte, construiremos quadros das principais riquezas da sociedade sertaneja e poderemos observar como estas últimas estão dispostas nos diversos segmentos da sociedade.

---

<sup>139</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Joaquim Damasceno Rodrigues, Jaicós, 1882.

<sup>140</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Henrique de Sousa Rodrigues, Jaicós, 1883.

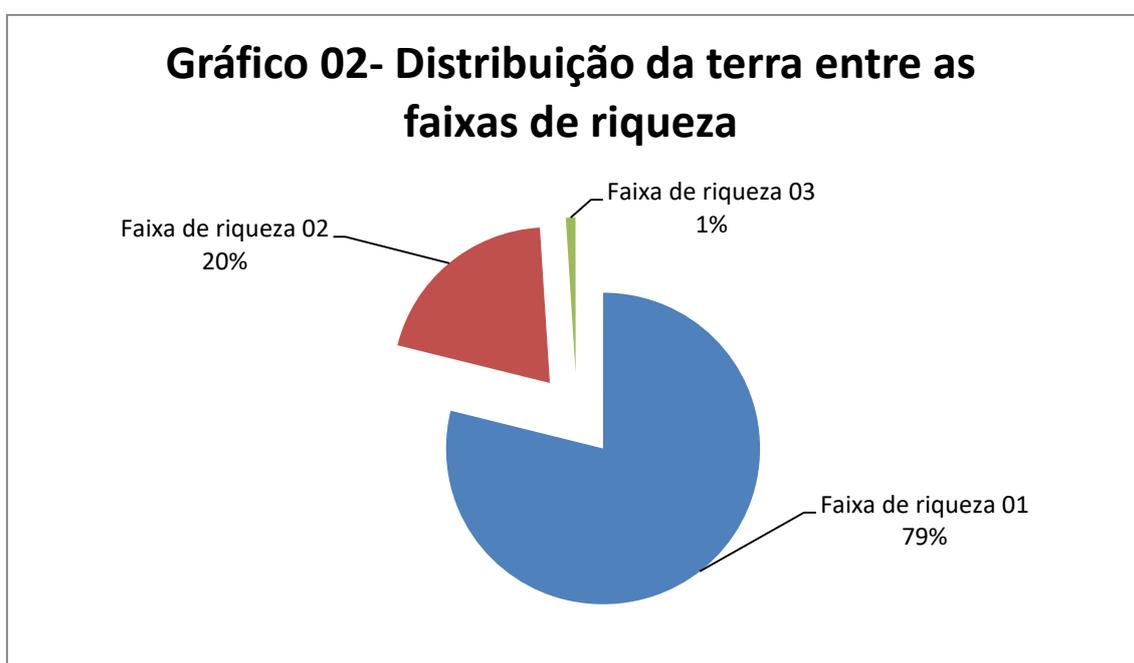
<sup>141</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Marcos Rodrigues de Sousa, Jaicós, 1882.

<sup>142</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Raimundo Francisco do Nascimento, Jaicós, 1885.

<sup>143</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Carciano Viera de Sousa, Jaicós, 1879.

<sup>144</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Antônia Mendes de Sousa, Jaicós, 1884.

Na primeira faixa de riqueza boa parte dos bens é integrada ao patrimônio por herança, o que configura que as famílias pertencentes a esta faixa são detentoras de grande concentração de terras há várias gerações, constituindo oligarquias dos sertões, poderes locais que ganham força pela riqueza e pelo isolamento dos poderes oficiais. As demais propriedades constituintes dos bens de raiz são adquiridas mediante a compra de pequenas frações de terra junto a médios e pequenos fazendeiros e agricultores, fazendo com que estes últimos deixem de ser donos e passem a ser empregados, tornando a sociedade de Jaicós extremamente hierarquizada.



Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post mortem*, Jaicós, 1874-1888.

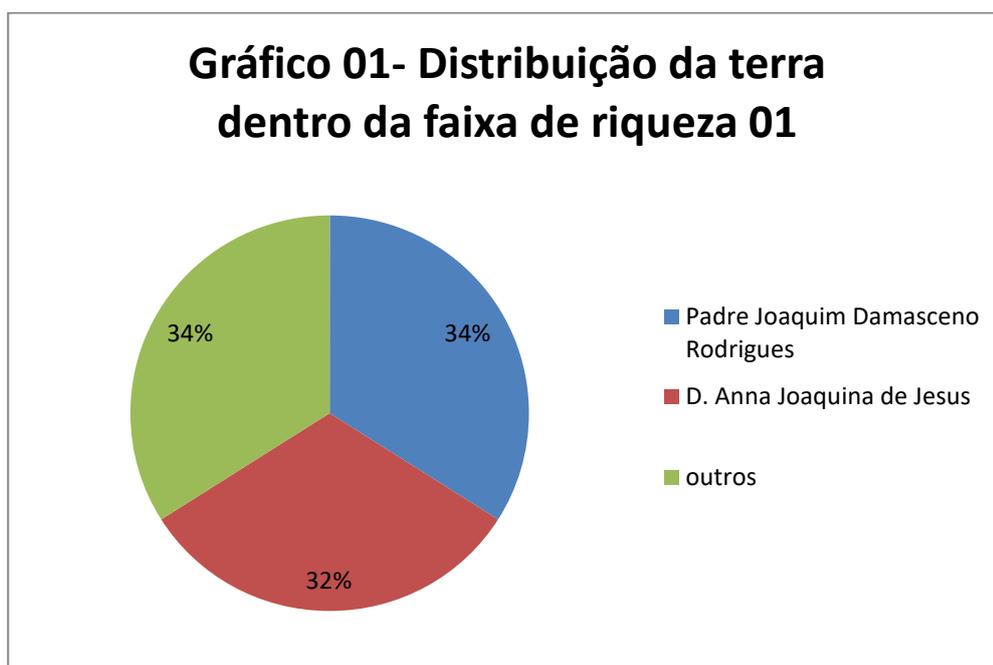
Nesses 79% de terras nas mãos da elite, temos dois poderes majoritários: o do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues com 27% e o de D. Anna Joaquina Rodrigues com 25%, cada qual contando de cerca de um quarto das terras. As demais propriedades são distribuídas entre os demais inventariantes.

Tal realidade, de grande concentração de terra nas mãos de poucos, levou-nos a elaborar um quadro com a distribuição de terras dentro da faixa de riqueza 01 evidenciando os indicativos de riqueza de Padre Joaquim Damasceno Rodrigues e de D. Anna Joaquina de Jesus.

Tomamos o cuidado de elaborar dois cálculos da média de riqueza da faixa 01, com e sem a presença das fortunas de Pe. Joaquim e D. Anna Joaquina, pois são as suas

equivalentes ao dobro ou até mesmo ao triplo do valor dos demais monte-mor pertencentes a essa faixa de riqueza, para evidenciar o peso que a riqueza desses indivíduos ocupa na sociedade de Jaicós.

Estes dois inventariados correspondem aos dois eixos do poder econômico da vila de Jaicós, suas fortunas evidenciam sua zona de influência sobre as populações que ocupam estas terras tornando-as produtivas, são inúmeros hectares de terras com grandes rebanhos bovinos, roças de pastagem, plantações de mandiocas, algodão, riachos, açudes, uma enorme população orbitando e dependendo direta ou indiretamente de seus territórios de mando.



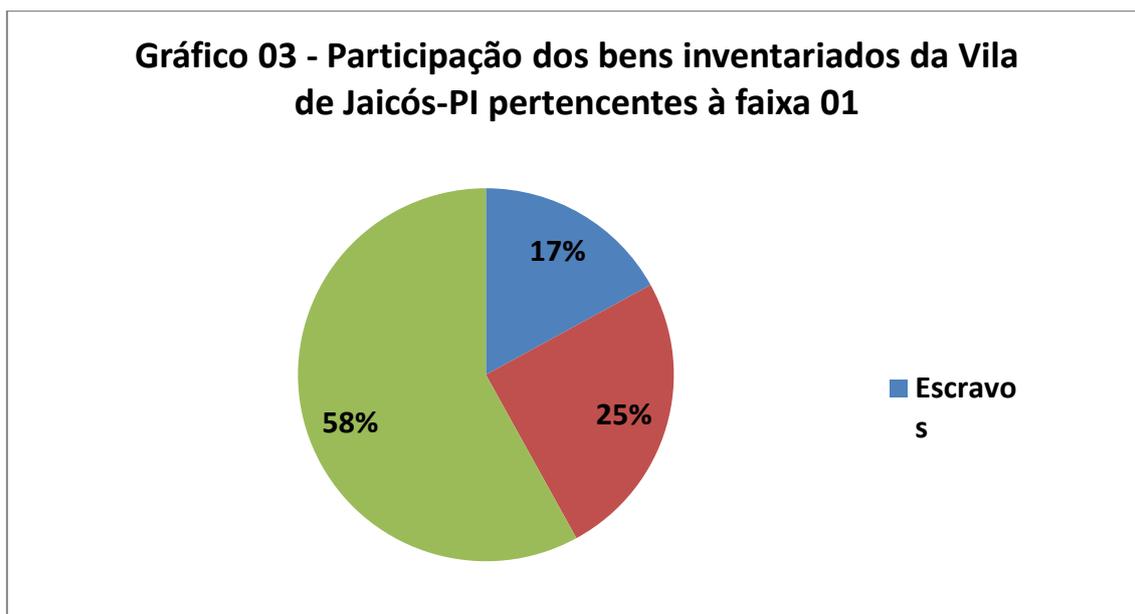
Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem*, Jaicós, 1874-1888.

A grande concentração de riqueza nas mãos de uma pequena quantidade de pessoas configura uma estrutura mandonista onde a maior parcela da sociedade sem recursos ou com recursos insuficientes para sua sobrevivência vem a constituir uma clientela que oferece sua força de trabalho, obediência e submissão aos poderosos locais. Vindo a fazer parte, mesmo que periféricamente, da rede de poderes e, em se tratando de uma sociedade onde o homem mais poderoso é um padre, temos diariamente um verdadeiro ritual do “beija a mão”.

A sociedade de Jaicós é composta por ricos pecuaristas e pobres agricultores, a pecuária é a base da economia da região correspondendo a 58% os animais declarados como bens nos inventários, os grandes rebanhos são símbolos de status e de riqueza, pois como considera Hebe Mattos a obtenção do escravo pelo homem livre pobre o eleva à um estágio

mínimo de prosperidade, por esta ótica as grandes boiadas representariam a riqueza máxima, por este motivo são os bens mais representativos das grandes fortunas.

Na faixa 01 de riqueza são recriados os moldes do plantation, com as variações e peculiaridades da pecuária, estando presentes os grandes rebanhos, grandes latifúndios e a mão de obra escrava.



Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem*, Jaicós, 1874-1888.

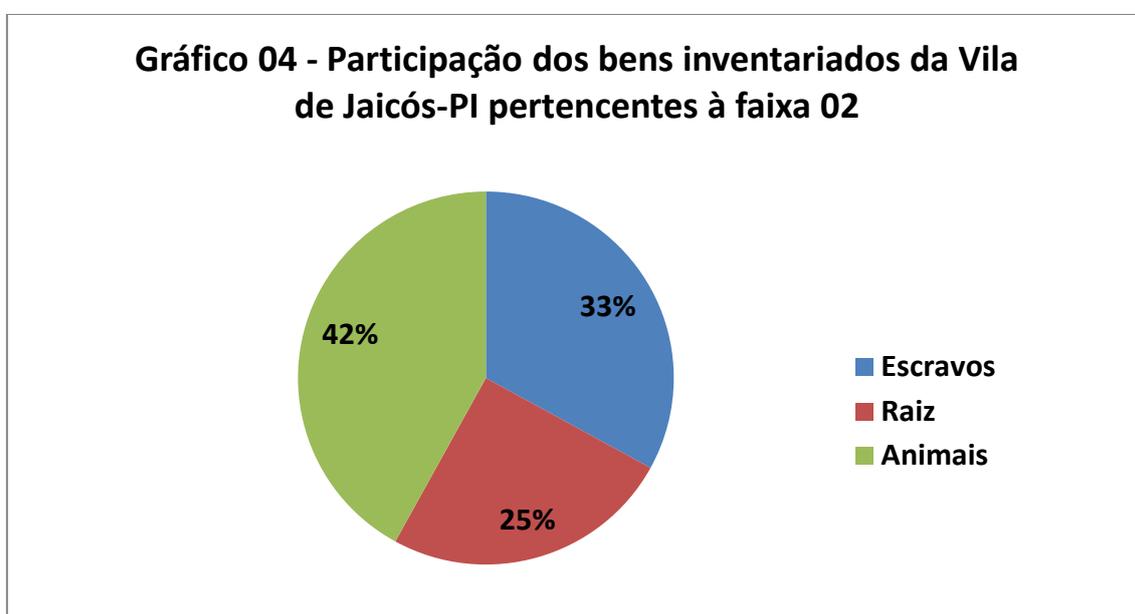
Ao analisarmos mais detidamente a distribuição da riqueza na faixa 1, constatamos que os bens que configuram o maior patrimônio são os animais, onde todos os inventariados possuem grandes rebanhos para a região, com no mínimo 198 cabeças de gado de toda sorte<sup>145</sup>, com média de 300 cabeças de gado, ressaltando que no caso da média com a presença de Padre Joaquim e de D. Anna Joaquina esta média de cabeças de gado sobe para 500 animais.

No tocante aos escravos, em média geral, os inventariados possuem 12 peças, com exceção de D. Anna Joaquina, a única a estar acima desta média, tendo declarados em seu inventário 21 escravos, dentre os quais 15 do sexo masculino e as demais do sexo feminino. Dos seus escravos do sexo masculino, 10 estavam em idade entre 16-30 anos, com valor

<sup>145</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Henrique de Sousa Rodrigues, Jaicós, 1883.

médio de 510 mil réis. Não foram aqui excluídos do total de escravos dois identificados como doentes<sup>146</sup>.

Os escravos correspondem ao menor valor percentual do monte-mor, ficando com apenas 17% dos valores declarados em bens, no entanto em números absolutos este percentual era bem maior que os das faixas de riqueza que lhe são inferiores, configurando o triplo da média da segunda faixa de riqueza e seis vezes mais escravos que a terceira faixa de riqueza. Podemos concluir que 17% de um grande patrimônio corresponde a um grande capital, um exemplo é D. Anna Joaquina que possuía um capital em escravos de 7 contos 810 mil réis.



A faixa 2 de riqueza, sua distribuição de bens apresenta uma configuração percentual de bens de Raiz semelhante àquela dos inventariados da faixa de riqueza 1 25% simbolizando o nascimento de novas unidades de produção, pequenas fazendas formadas pela “quarta” ou por herança em consequência da fragmentação de um patrimônio maior, para evitar essa fragmentação patrimonial muitas famílias casavam entre si formando uma “elite de primos”.<sup>147</sup>

<sup>146</sup> O escravo Noberto descrito como pardo de 25 anos avaliado por 300 réis, sem tipo de deficiência declarada e outro escravo, cuja nome desconhecemos devido a dificuldades de leitura da grafia da documentação, descrito como pardo com 19 anos avaliado em 200 réis, sem tipo de deficiência declarada.

<sup>147</sup> SOUSA NETO, op. cit., p. 238.

Além do vínculo matrimonial e consanguíneo, essas redes mantinham-se unidas por laços de solidariedade e de dependência material, moral e política que caracterizaram o relacionamento entre seus membros. Assim, o fato de nascer dentro dessas redes familiares representava condição natural que possibilitava inserção em espaços de mando. Competia a esse novo membro ampliar o patrimônio e o prestígio pessoal e familiar. A contínua reprodução dessa ordem familiar gerou o que se pode chamar de uma “elite de primos”.<sup>148</sup>

Os inventariados pertencentes à faixa de riqueza 01 obtiveram um maior sucesso na preservação e ampliação de seus territórios, herdando e comprando grandes posses de terra ações registradas nos inventários que identificam a procedência de cada posse de terra, além de valor de mercado. Unindo-se a seus pares preservando o poder econômico e conseqüentemente o poder de mando.

Na faixa 02 de riqueza os animais representam um percentual de 42% o que corresponde a uma média de 50 animais, oscilando entre criadores com 100 cabeças de gado à pequenas fazendas com 20 animais, todas com a presença do escravizado.

Há um aumento da importância do escravo na formação do *monte-mor*. Passando o escravo a corresponder a 33% do espólio. Caso de Marcos Rodrigues de Sousa<sup>149</sup> que teve declarado em seu inventário uma Raiz de 2 contos 157 mil réis (42% do *monte-mor*), 1 conto e 200 mil réis em escravos (25,5% do seu *monte-mor*) e em animais 1 conto 627 mil réis (32% do seu *monte-mor*), perfazendo um *monte-mor* de 5 contos 74 mil réis.

Temos a presença da família escrava em 50% dos inventários levantados. Segundo Hebe Mattos, as famílias escravas geravam novos braços de trabalho para as lavouras e eram alternativa de prosperidade, por isso pequenos e médios proprietários de terras e lavouras passaram a investir na compra de casais de escravos com o objetivo de originar novas famílias escravas, o que representaria lucros.<sup>150</sup>

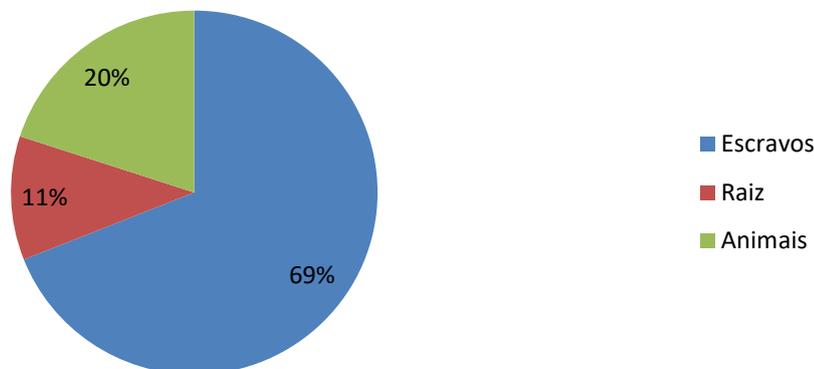
---

<sup>148</sup> SOUSA NETO, op. cit., p. 238.

<sup>149</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Marcos Rodrigues de Sousa, Jaicós, 1882.

<sup>150</sup> MATTOS, op. cit., p. 74.

**Gráfico 05 - Participação dos bens inventariados da Vila de Jaicós-PI pertencente à faixa 03**



Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem*, Jaicós, 1874-1888.

A terceira faixa de riqueza apresenta uma distribuição mais diferenciada das anteriores, com uma Raiz que representa o menor valor no monte-mor, 11%, uma vez que estes quase não possuíam terras, contando com um pequeno número de animais, à imagem de D. Ângelina Maria Espírito Santo<sup>151</sup> e D. Antônia Mendes de Sousa<sup>152</sup>, as quais possuíam cada uma 7 cabeças de gado de toda sorte, e até mesmo em alguns casos nem os possuíam, tal como D. Leocádia Viera da Silva<sup>153</sup>, correspondendo o gado nesta faixa a apenas 20% dos bens. Sendo o escravo o principal constituinte de monte-mor, com 69% do percentual de bens declarados, lembrando que nesta faixa o número de escravo está entre 1-3 peças, trata-se de uma camada podre da sociedade de Jaicós.

Evidenciando um maior valor do trabalho executado pelas famílias e pelos escravos, como trabalhadores de jornada em terras de outrem, como empregados ou arrendatários, nessa faixa de riqueza observamos a inexistência de famílias escravas o que pode ser observado nas faixas de riqueza 1 e 2, o que não impedia que estes mantivessem relações de cujo afetivos com escravos de outras propriedades ou com indivíduos livres. O escravo constitui-se como a principal riqueza da faixa 3, simbolizando que a força de trabalho era o principal capital desta camada social e através deste bem outros seriam alcançados, tais como a terra.

<sup>151</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Ângelina Maria Espírito Santo, Jaicós, 1880.

<sup>152</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Antônia Mendes de Sousa, Jaicós, 1884.

<sup>153</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Leocádia Viera da Silva, Jaicós, 1880.

As posses em terra se constituem como pequenas glebas com roças de plantação para garantir a sobrevivência da família dona das mesmas e para venda de excedentes gerando lucros. As roças se configuraram como alternativa para muitas famílias de poucas posses fugirem da pobreza extrema, o trabalho conjunto de todos os integrantes da família agregados ao trabalho escravo podia não apenas representar a sobrevivência como também uma possibilidade de prosperidade.<sup>154</sup>

Sobre a distribuição dos animais, observamos que a relação do homem com o gado e com o cavalo é extremamente forte, até mesmo os criatórios mais humildes têm o gado como atividade econômica e identidade cultural, poucos são os inventários que não possuem bens em animais. Apenas dois no grupo de inventários estudados não possuem gado, Raimundo Francisco do Nascimento<sup>155</sup> e Leocádia Viera da Silva<sup>156</sup>, o que não impede que estes últimos tivessem contato e identificação com o gado, assim como com os cavalos em suas relações de trabalho.

Os inventários não trazem como bens declarados animais de pequeno porte como porcos e galinhas, por terem baixo valor de mercado, muito embora existam entre os bens de Raiz declarados chiqueiros, esses animais fazem parte dos rendimentos dos pequenos sítios que tem como base a agricultura familiar. Apresentando em menor escala os ovinos animais de médio porte avaliados em 1 mil réis, identificados nesse estudo como outros.

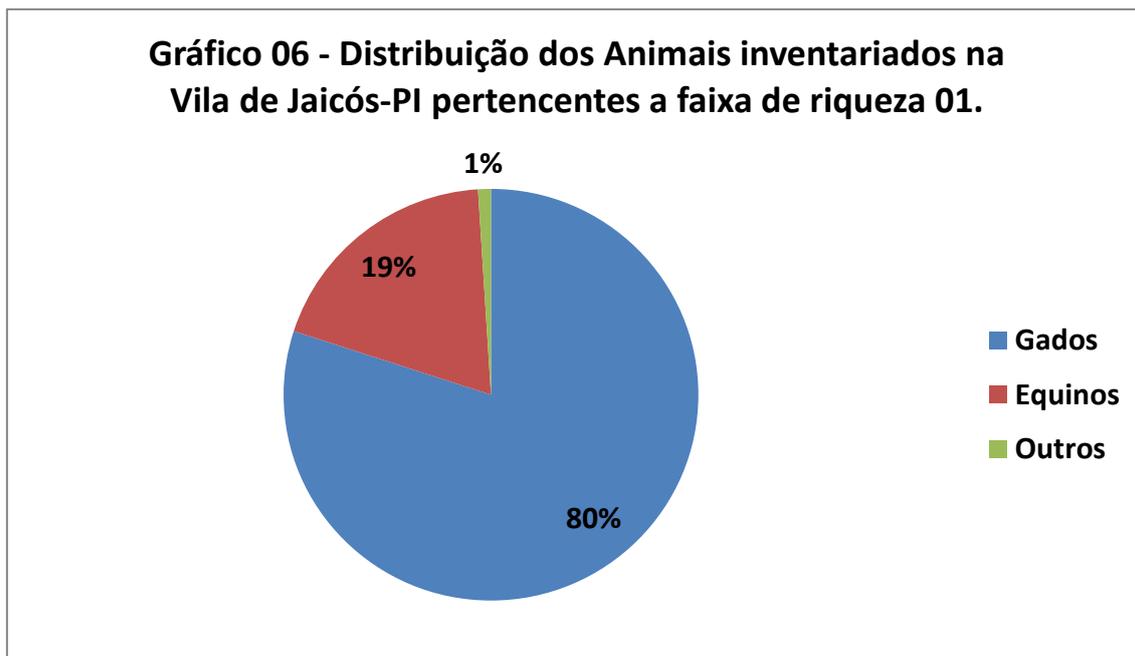
---

<sup>154</sup> MATTOS, op. cit., p. 65-81.

<sup>155</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Raimundo Francisco do Nascimento, Jaicós.

<sup>156</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Leocádia Viera da Silva, Jaicós, 1880.

**Gráfico 06 - Distribuição dos Animais inventariados na Vila de Jaicós-PI pertencentes a faixa de riqueza 01.**



Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem*, Jaicós, 1874-1888.

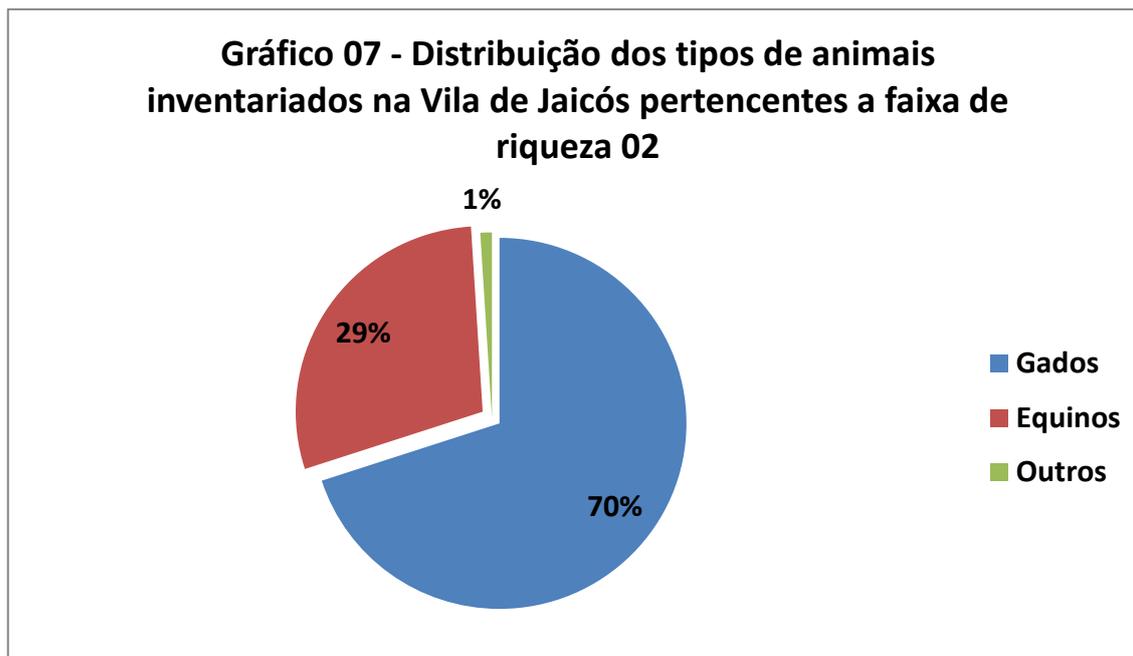
Temos uma relação diretamente proporcional entre o tamanho do rebanho e o tamanho da fortuna do inventariado, o que pode ser confirmado com Hortêncio Rodrigues Coêlho<sup>157</sup>, com 391 cabeças de gado, correspondendo a 66,5% do monte-mor<sup>158</sup>. Tal estado de coisa se igualmente se confirma se levarmos em consideração fortunas maiores, à exemplo daquela do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, com 1.064 cabeças de gado, e de D. Anna Joaquina de Jesus, com 968, possuidores que foram de um também elevado número de montarias, o primeiro com 233, de montar, carga e campo e a segunda com 106 animais com as mesmas utilizações.

No caso de Pe. Joaquim, detentor do maior rebanho da região, o gado correspondia a 71% do universo de animais e foram avaliados em média em 25 mil réis.<sup>159</sup> Ele possuía uma fazenda exclusivamente para criação de montarias, a Fazenda Bela Vista, muito embora em todas as suas propriedades os cavalos estivessem presentes.

<sup>157</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Hortêncio Rodrigues Coêlho, Jaicós, 1881.

<sup>158</sup> Sendo seu monte mor total de 14 contos 499 mil 990 reis, dos quais 9 contos 653 mil réis são em gado.

<sup>159</sup> Levando em consideração para cálculo de média apenas as vacas solteiras e paridas.



Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem*, Jaicós, 1874-1888.

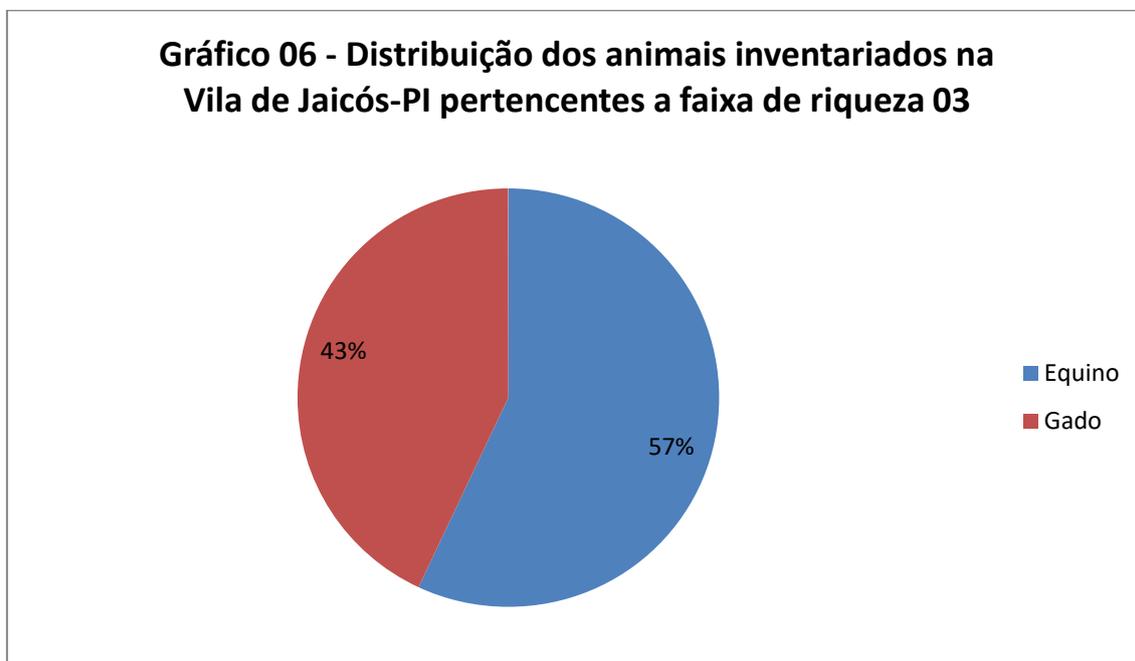
A segunda faixa segue a configuração da distribuição de animais da primeira faixa de riqueza, com predominância do gado sobre os outros animais, e deste também sobre o escravo, pois aqui o escravo é o segundo bem em valor, ficando o gado como o item de maior importância nos inventários. É importante considerar que o tamanho dos rebanhos entre a primeira e a segunda faixa de riqueza é muito discrepante, caindo o número médio de bois por rebanho de 300 para 50 animais e, se incluirmos os dois maiores monte-mor, temos a proporção de 500 para 50 animais.

Na faixa 02 de riqueza temos a reprodução do modelo econômico da faixa 01 em pequenas proporções, tal proximidade de modelo é um forte indício de que estes dois grupos mantêm relações sociais que se dão ou pelo parentesco, herança ou por relações de trabalho, em se tratando desta última o pagamento ocorre pela “quarta”.

Os testamentos e inventários possibilitaram conhecer, na pecuária extensiva, principal atividade regional, os administradores de fazendas do século XVIII [e XIX], remunerados pelo sistema denominado de quarta, de sorte ou de giz, cuja remuneração variava, conforme as condições estipuladas, em geral de 25% dos bezerros que ferravam anualmente, na época da desmama.<sup>160</sup>

<sup>160</sup> NEVES, op. cit., p. 78.

Aos poucos a rentabilidade dos trabalhos como administrador e como vaqueiro geraria novos empreendimentos pecuaristas que coexistiriam paralelamente aos grandes latifúndios pecuaristas.



Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem*, Jaicós, 1874-1888.

Na faixa de riqueza 03, a relação do homem com o gado tinha como fim primeiro a sobrevivência, pouco se lucrava com os pequenos rebanhos, que em geral apresentavam a seguinte configuração sete cabeças de gado, divididas em vacas paridas, vacas solteiras e novilhotes, poucos negócios eram feitos com o resumido excedente disponível nos mercados locais. Para esta faixa de riqueza o escravo é o bem semovente de maior valor.

Como vimos no gráfico anterior, existe uma grande proximidade entre o número de montarias e o número de animais vacum, ambos se apresentam em pequena quantidade representando pequenos negócios como a fabricação de queijos artesanais, manteigas, coalhadas e leite, além de bezeros, estes últimos aumentariam os rebanhos. Já as montarias corresponderam não apenas a um meio de transporte, mas igualmente compõe a identidade do sertanejo.

As cobranças do tesouro provincial sempre oneraram muito os produtores de gado, diminuindo sensivelmente a rentabilidade desta atividade econômica. Nos primórdios da cobrança do imposto, este último era recebido em gado e somente os tipos como criadores pagavam o imposto, por ser o gado a principal riqueza econômica da região. Muito embora

a posse do escravo fosse muito mais pulverizada que aquela do gado, existindo muitos donos de escravos que não possuíam gado algum. Cabendo ao coletor indicar quem seriam os indivíduos que deveriam ser pagadores do imposto, contabilizado como dízimo.<sup>161</sup>

Este modelo de cobrança recairia sobre as pequenas fazendas à imagem de uma grande perda que leva à crise, podendo até mesmo levar as propriedades a serem leiloadas. Isso era mais comum do que se imaginava, pois cabia ao coletor classificar e indicar quais seriam os criadores de gado a serem cobrados. Muitas vezes pessoas sem rebanhos eram lançadas no dízimo, tais indivíduos demoravam a tomar conhecimento do fato, muitos nem mesmo eram alfabetizados, em sua maioria pequenos agricultores ou lavradores de terras alheias.

A possibilidade de reclamar e pedir que seus nomes fossem retirados da lista dos pagadores do dízimo existia, mas era algo quase impossível de ser concretizado, pois a sede da coletoria ficava a cerca de 40 léguas das pequenas propriedades do interior do Piauí e, se o problema persistisse, o requerimento deveria ser feito na sede do tesouro provincial da capital, situado a cerca de 100 léguas.<sup>162</sup>

Em alguns casos, os coletores incluíam ou retiravam pessoas das listas dos dízimos em função da amizade ou inimizade. Por temor ou represália ou por ganância de ganhar um percentual maior sobre o que fosse arrecadado, a corrupção também servia aos interesses dos grandes senhores de terras, os quais contavam com a conivência de coletores para levar propriedades a serem leiloadas a baixos preços.

Quem sai perdendo com essas manobras são o tesouro provincial e os pequenos criatórios. O primeiro porque tinha negado pelos grandes fazendeiros os reais rendimentos de suas boiadas e os segundos por que eram alvo fácil da ganância de coletores e grandes fazendeiros.

O sistema tarifário tão criticado por Dr. Gustavo Dodt sofrera várias modificações até chegar ao modelo utilizado em nosso *corpus* de inventários de Jaicós (1874-1888), onde a cobrança é feita aos herdeiros sobre o todo do monte-mor, não mais apenas sobre o gado. Temos o registro da presença de pelo menos três coletores. O primeiro coletor Lino Rodrigues Costa que cobrou o imposto de Felixbella Maria de Sant'Anna, pertencente a faixa de riqueza 2, no valor de 2 mil 384 reis e de Carciano Vieira de Sousa, pertencente a faixa de riqueza 3, no valor de 95 reis. O segundo coletor foi Joaquim Rodrigues Coutinho

---

<sup>161</sup> DODT, op. cit., p. 45-46.

<sup>162</sup> DODT, op. cit., p. 46.

que fez a cobrança do imposto de João Marques Gomes, pertencente a faixa de riqueza 1, no valor de 8 mil 343 reis e de Angelina Maria Espírito Santo, pertencente à faixa de riqueza 3, no valor de 563 reis; os demais inventariados tiveram como coletor Loureiro Alves de Cavalcante, que coletou o imposto tomando como exemplo Henrique de Sousa Rodrigues, pertencente à faixa de riqueza 1, no valor de 4 mil 185 reis.

É muito comum fazer parte dos inventários o pagamento de esmolas aos podres para expiar os pecados da alma, no entanto, este costume só foi registrado no inventário de um religioso, nos demais inventários as esmolas não se fazem presentes. No caso de Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, este último deixou em testamento 100 mil réis para ser doado aos podres, o que corresponde a 0,2 % de sua fortuna de 43 contos 900 mil e 809 reis. Ainda em se tratando de esmolas, constam igualmente neste inventário alforrias de escravos do tipo incondicional e do tipo condicional. No primeiro caso, temos a escrava Bernarda liberta sem exigência de condição, no segundo caso, temos os escravos Domingos, Gerônima e Leocádia, cuja condição para liberdade consistia em indenizar os herdeiros com seu valor em gado, correspondendo à importância de 425 mil reais, valor este que deveria ser obtido através de esmolas.

Os animais e os escravos compõem juntos o item *semoventes* dos inventários, as duas maiores riquezas do sertão piauiense, formando um par econômico, o “negro” e o “boi”. Contrariamente ao que os historiadores da antiga história econômica diziam, o gado “*não cuida de si mesmo*”, ele precisa ser cuidado, e nos confins do Piauí foi especialmente o cuidado da mão escrava que fez do gado a principal fonte de renda dos sertões do Piauí. De acordo com dados levantados nos inventários a população escrava que orbitava as propriedades da vila de Jaicós inventariadas é de aproximadamente de 132 indivíduos escravizados, entre homens e mulheres, velhos e crianças, no período de 1874-1888, desconsiderando a mortalidade que possa ter ocorrido neste intervalo de tempo.

A fim de analisarmos a utilização e o valor do escravo por esta sociedade, por questões didáticas dividimos em quatro intervalos de tempo. No Primeiro Intervalo temporal, temos uma longa quantidade de anos, 1874-1880 (6 anos), mas uma pequena quantidade de inventários, apenas 6; nos Segundo e Terceiro Intervalos temporais, temos o período de dois anos, sendo respectivamente, 1881-1882 e 1883-1884, contendo 6 inventários cada; o Quarto Intervalo temporal tem como marcos 1885-1888, um período de 4 anos e de apenas 4 inventários.

SEXO, PREÇOS MÉDIOS E FAIXAS ETÁRIAS EM MIL - RÉIS															
		- 3		3 - 5		6 - 10		11 - 15		16 - 30		31 - 50		51 - 60	
PERÍODO	SEXO	I	PM	I	PM	I	PM	I	PM	I	PM	I	PM	I	PM
1874 - 1880	M	---	---	02	200,00	03	375,00	04	465,00	03	570,00	07	310,00	---	---
	F	---	---	02	150,00	08	345,00	02	350,00	10	277,00	04	188,00	01	20,00
1881 - 1882	M	---	---	---	---	---	---	08	44,00	13	538,00	08	301,00	01	80,00
	F	---	---	---	---	---	---	04	275,00	05	260,00	09	98,00	01	50,00
1883 - 1884	M	---	---	---	---	---	---	02	275,00	06	206,00	04	237,00	---	---
	F	---	---	---	---	---	---	02	150,00	08	96,00	06	61,00	01	10,00
1885 - 1887	M	---	---	---	---	---	---	---	---	02	250,00	02	90,00	---	---
	F	---	---	---	---	---	---	02	200,00	02	100,00	---	---	---	---

**Tabela 01 - Preço médio do escravo levando em conta faixa-etária e sexo**

Fonte: APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventários *post-mortem*, Jaicós, 1874-1888.

O Primeiro Intervalo de tempo conta com um universo de 46 escravizados, nesse período um escravo do sexo masculino, em faixa etária de 11-15 anos tinha por preço médio 465 mil réis e uma escrava da mesma faixa etária era avaliada em 350 mil réis, com moderada incidência de crianças, tais como Bento de 4 anos<sup>163</sup>, cria de uma das escravas, mas baixa presença de escravos com mais de 50 anos.

O Segundo Intervalo temporal corresponde a um número de 49 escravizados, apresentando como preço médio, para escravos na faixa etária de 16-30 anos do sexo masculino, o valor de 301 mil réis, com grande incidência de garotos, tais como Camillo de 12 anos<sup>164</sup>, por 300 mil réis, igualmente com baixa incidência de escravos de mais de 50 anos.

O Terceiro Intervalo temporal conta com um número de 29 escravizados, com a maior incidência de escravos do sexo masculino na faixa etária de 16-30 anos, tendo estes um valor médio de 206 mil réis, igualmente com baixa incidência de escravizados com mais de 50 anos, nesse período só temos Victória de 54 anos, declarada “enchadeira”, com o

<sup>163</sup> Escravo Bento IN. APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Felixbella Maria de Sant’Anna, Jaicós, 1874.

<sup>164</sup> Escravo Camillo IN. APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de D. Anna Joaquina de Jesus, Jaicós, 1882.

humilhante valor de 10 mil réis<sup>165</sup>, pois na sociedade escravista, um corpo sem força produtiva é um corpo sem valor.

O Quarto Intervalo temporal corresponde ao menor número de escravos, apenas 8, a baixa incidência do escravizado deve-se ao baixo poder econômico dos inventariados desse recorte, agricultores e pequenos fazendeiros, possuidores de um número de 1 a 3 escravos, e também à baixa quantidade de inventário, apenas 4. Temos aqui o escravo Ambrosio, cabra de 25 anos, roceiro, avaliado em 250 mil réis<sup>166</sup>.

São estes os homens e mulheres que fazem girar a engrenagem da pecuária e da policultura da vila de Jaicós, os quais através do seu serviço nas oficinas tornam a região autossuficiente, superam o clima, os perigos e o trabalho excessivo para garantirem o lucro dos poderosos e a sobrevivência da região. São os oprimidos da escravidão que construíram as bases sociais, culturais e econômicas dos confins do Piauí.

### **3.2. Na cangalha: as relações de mando**

No mês de abril de 1885 o juiz de órfão da comarca de Jaicós recebe um auto de reclamação onde era reivindicada a posse de um escravo que se encontrava prestes a ser libreto com o auxílio do fundo de emancipação de escravos, o queixoso em questão é um dos homens mais respeitados e ricos da vila de Jaicós, Capitão Eugênio Rodrigues Macedo, cabeça de casal que foi do inventário de sua falecida esposa D. Anna Joaquina de Jesus.<sup>167</sup>

Graças à reclamação de Capital Eugênio junto à junta de emancipação para que a ordem de liberdade que se encontrava estabelecida fosse guardada até que a identidade do dito escravo fosse restabelecida. Aqui podemos observar a associação de homens livres e homem escravizados em prol do recebimento, ainda que indevido, de uma indenização pela libertação de escravo.

---

<sup>165</sup> Escrava Victória IN. APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Francisco Manoel Rodrigues, Jaicós, 1884.

<sup>166</sup> Escravo Ambrosio IN. APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 107. Inventário de Raimundo Francisco Nascimento, Jaicós, 1885.

<sup>167</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 147. Auto de Reclamação do Capitão Eugênio Rodrigues de Macêdo, Jaicós, 1885.

Segundo Capitão Eugênio o escravo que diz se chamar Luiz de propriedade de Antônio da Silva Vieira na verdade é seu escravo Nicolau que havia fugido a cerca de um ano de suas propriedades.

O senhor Antônio Viera alista seu suposto escravo Luiz na lista dos que seriam libertos pelo fundo de emancipação, mas além da contestação da posse e do processo de averiguação de identidade o escravo não tem “*haverbação alguma*” que comprove a documentação fornecida, não podendo assim “*estar classificado para ter lugar a liberdade do fundo de emancipação*”<sup>168</sup>.

Também figuram no processo o depoimento de outro homem livre, Benedicto de Barros Alencar que declarou a junta ser Luiz de propriedade de Antônio Vieira e que o dito escravo era casado com mulher livre, depoimento que a princípio foi tomado como verdadeiro. No após a reivindicação de posse de Capitão Eugênio as informações passaram a ser averiguadas. Verificou-se com o pároco da freguesia se o dito escravo Luiz era realmente casado, como afirmava a testemunha Benedicto Alencar, segundo o Pároco o referido escravo “*não só não é casado nesta freguesia, como ainda [é] forragido para a província do Ceará a mais de anno*”<sup>169</sup>

Após todas as investigações a reclamação de Capitão Eugênio Macêdo foi considerada procedente, não constando nos autos dos processos se os homens livres envolvidos neste foram processados ou até mesmo presos. Nem como se deu à devolução do escravo Nicolau àquele que a justiça considera ser o verdadeiro dono.

Nesse processo não pudemos identificar a origem dos homens livres que nele figuram, nem se estes têm posses ou residência na região de Jaicós, mas possivelmente seriam forasteiros, pois era pouco provável que indivíduos nativos de Jaicós, de baixo e médio poder aquisitivo, que vivessem dentro do domínio pessoal de um donatário como capital Eugênio Macêdo tentassem ludibriar a justiça para tomar posse indevida de um escravo de um homem tão poderoso como Capitão Eugênio.

---

<sup>168</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 147. Auto de Reclamação do Capitão Eugênio Rodrigues de Macêdo, Jaicós, 1885. p. 8.

<sup>169</sup> APEPI. Seção do Judiciário, Cx. 147. Auto de Reclamação do Capitão Eugênio Rodrigues de Macêdo, Jaicós, 1885. p. 8.

Era muito comum nos processos do século XIX que as partes apresentassem um grande desequilíbrio econômico, em grande parte dos processos o queixoso é economicamente mais rico que a parte arrolada como ré do processo. Também são raros os processos entre grandes mandatários nas regiões dos confins dos sertões. Em linhas gerais, as relações de solidariedade horizontais poderiam até mesmo se desmanchar em caso de contenda envolvendo um pequeno produtor, ou agricultor e um grande latifundiário, nesses casos as solidariedades entre os pares dos pequenos produtores desaparecem, em prol da manutenção da ordem social “costumeira” era necessário se posicionar do lado mais forte.<sup>170</sup>

Em exame do Rol dos Culpados e dos processos criminais, encontramos uma pequena quantidade de processos e registros criminais na vila de Jaicós. Dentre os registros de crimes encontrados no Rol dos culpados, temos 4 assassinatos, 1 lesão corporal e 5 furtos, ressaltamos ainda que os crimes tenham ocorridos no período 1863-1869, anteriormente ao nosso recorte, são de extrema relevância, pois representam os crimes mais frequentes nas sociedades rurais dos sertões do Piauí. Dentre os registros, temos a presença de um dos escravos de uma de nossas inventariadas, D. Leocádia Vieira da Silva, de nome Pedro, que se encontra evadido após crime de lesão corporal contra escravizado e livre, evidência que os ocorridos ainda exercem forte influência sobre o recorte de nossa pesquisa.

Dentre os processos criminais, temos uma briga entre vizinhos e dois processos de furto, todos sem apontar culpados do supracitado processo de reclamação de propriedade do escravo Nicolau do reclamante Capitão Eugênio de Macêdo, aqui analisado.

Para historiadoras como Silvia H. Lara<sup>171</sup> e Joana Medrado<sup>172</sup>, existe uma explicação para a reduzida quantidade de processos nas regiões interioranas do Brasil Colônia e Império. Justamente o fato de nessas áreas as leis mais presentes serem aquelas do “direito costumeiro”. Nessas terras onde os caminhos são conhecidos, as gentes são poucas e até mesmo as marcas que designam propriedade dos vizinhos são familiares aos sertanejos, por mais distantes que estes animais estejam das terras de seus donos. Isso se explica pelo fortalecimento dos laços de solidariedade entre vizinhos, num plano horizontal, assim como

---

<sup>170</sup> MEDRADO, op. cit., p. 86.

<sup>171</sup> LARA, Silvia H. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 269-293.

<sup>172</sup> MEDRADO, op. cit., p.83-120.

entre vaqueiros e agregados num plano vertical, para a manutenção da ordem estabelecida pela política local de mando.

Essa era uma situação corriqueira que de certa maneira corrobora a ideia, presente na literatura sobre as fazendas de gado nordestinas, de que havia uma forte coesão e proteção recíproca entre fazendeiros e vaqueiros. Como a fazenda era domínio particular e, portanto, estava fora da alçada necessária do poder público, era fundamental manter e fortalecer esses pequenos laços locais.<sup>173</sup>

Por serem tão poucos os processos criminais, pois nem sempre se recorria à polícia para se resolver assuntos ligados à identidade dos homens híbridos dos sertões, tais como a honra, a terra e o gado, denunciar um crime à polícia era de certo modo a última instância, vista como uma forma de tal ato inaceitável, “*pois significava de realizar uma espécie de punição exemplar*”.<sup>174</sup>

Silvia Lara, em seus estudos sobre o Campo dos Goitacases no interior do Rio de Janeiro, observou que os escravos representavam a maioria dos suspeitos e acusados por furtos. No entanto, nem todos respondiam a processos devido ao intermédio de seus senhores que entravam em acordo com as partes lesadas, pagando os prejuízos advindos dos furtos e evitando assim que seus escravos respondessem a processos e fossem presos, o que comprometeria o lucro e a dependência que suas propriedades e seu sustento tinham em relação ao trabalho do escravizado. Em outras palavras, pagar pelo prejuízo ocasionado pelo escravo era mais barato que perdê-lo para as prisões. Nesses casos, em que o senhor conseguia impedir que o escravo fosse denunciado por furto, o castigo pelo mal passava a ficar a cargo dos senhores.

Observamos que no rol dos culpados da província do Piauí, no século XIX, os crimes mais cometidos na vila de Jaicós são assassinatos (art. 192), calúnia e difamação (art. 201) e furtos (art. 257). Dentre os muitos crimes presentes nesta documentação, muitos guardam semelhança com crimes de justicamento ou de prestação de contas entre desafetos, sobre questões não tão bem esclarecidas nos lançamentos dos crimes.<sup>175</sup>

Neste documento, observamos crimes praticados por escravizados e não escravizados que atentam contra o patrimônio e a vida de senhores de escravos e contra

---

<sup>173</sup> MEDRADO, op. cit., p. 89.

<sup>174</sup> MEDRADO, op. cit., p. 87.

<sup>175</sup> Código Criminal de 1830, que vigorou no Brasil de 1831 a 1891.

outros escravos. Dentre estes crimes temos o da escrava Luzia, pertencente à Victalina da Costa Velozo. Em um nítido caso de resistência à escravidão, Luzia matou três de seus filhos, escravinhos de sua senhora, e depois tentou dar cabo da própria vida. No entanto, Luzia continua sendo uma ré, presa por ter dado um grande prejuízo à sua senhora, recebendo como pena e como lição 600 açoites em praça pública.<sup>176</sup>

As punições com tortura pública são resquícios das penas previstas nas Ordenações Filipinas que continuaram sendo aplicadas aos escravos com a finalidade de punir o infrator e educar os demais. Temos também o caso do escravo Fillipo, de propriedade de Félix Alves, acusado de furto por Manoel Florêncio, homem livre. Sobre a natureza do roubo não foram dadas informações, sabemos apenas que o acusado encontrava-se foragido. O que nos chama a atenção é que no mesmo período, Felix Alves, dono de Fillipo, responde a um processo também por furto de animal, uma novilha.<sup>177</sup> Ao que tudo indica, senhor e escravo mantinham uma conduta criminosa em associação e, na ausência do escravizado para ocorrência do delito, o próprio senhor se encarregava da ação, representando ambos, uma ameaça às relações de solidariedade estabelecidas nos territórios de mando.

Temos também o furto de outros animais, como a de um cavalo cuja autoria do furto é atribuída a Manoel Rodrigues, homem livre<sup>178</sup>, e de um boi tendo como autor do furto Florêncio Ferreira da Silva, também livre. Crimes envolvendo animais eram muito comuns na vila de Jaicós,<sup>179</sup> pois estes eram os bens mais frequentes e valiosos dos sertões, que em muitos casos pastavam sem a vigilância dos donos.

Atentados aos patrões também faziam parte dos crimes arrolados na vila de Jaicós, como no caso da escrava Raimunda de propriedade de Domingos Fernandes Lima, acusada de roubo e de ter assassinado seu senhor. Raimunda foi absolvida por falta de evidências que a ligassem ao crime, o que nos leva a crer que mesmo quando nada indica que um escravizado tenha cometido um crime, este sempre é tido como um possível culpado.<sup>180</sup>

Temos ainda o caso do escravo Pedro, pertencente à Leocádia Viera da Silva, cujo inventário faz parte de nosso *corpus* de estudo, uma pequena agricultora sem gado, sem

---

<sup>176</sup> Rol dos culpados. Anos: 1863-1869, seção do judiciário, APEPI, Jaicós, p.183.

<sup>177</sup> Rol dos culpados. Anos: 1863-1869, seção do judiciário, APEPI, Jaicós, p.186.

<sup>178</sup> Rol dos culpados. Anos: 1863-1869, seção do judiciário, APEPI, Jaicós, p.186.

<sup>179</sup> Rol dos culpados. Anos: 1863-1869, seção do judiciário, APEPI, Jaicós, p.187.

<sup>180</sup> Rol dos culpados. Anos: 1863-1869, seção do judiciário, APEPI, Jaicós, p. 184.

equinos, com uma pequena Raiz de 10 mil reis, que tem nos escravos todo o seu patrimônio. Sem motivo aparente o escravo Pedro agrediu a escrava Luiza e o seu dono, o senhor Francisco Manoel de Lima. Logo após a agressão, o escravo evadiu-se trazendo grande prejuízo à sua dona uma vez que esta perdeu sua força produtiva.

Nos processos-crimes da vila de Jaicós não encontramos registro de processos relacionados à cor da pele, embora eles sejam comuns na historiografia brasileira. Isso talvez se explique pela naturalidade com que era visto o preconceito racial em uma sociedade escravista do interior do sertão. Nesses casos, era natural e justificável que crimes fossem cometidos em defesa da honra e da liberdade, pois a cor da pele, ou mesmo a representação desta, simbolizavam a escravidão ou a liberdade. Convencionou-se socialmente que indivíduos outrora classificados como negros ou pretos após a alforria fossem reclassificados como pardos. Esse branqueamento é o que lhes garantia como livres e a defesa desta nova identidade parda ocasionou várias situações problemas que nem sempre se tornaram conhecidos dos processos policiais.

Sobre o estudo da cor as fontes mais ricas nos Arquivos públicos do Estado do Piauí são as listas de classificação de escravos. À medida que analisamos os livros das juntas classificatórias de escravos percebemos que os escravos afrodescendentes possuíam sete nuances diferentes: preto, pardo, cabra, crioulo, fulo, mulato, caboclo (cabocolo). A partir de então se fez necessário compreender por que uma sociedade que desprezava o escravizado, punindo-lhe com a escravidão e com o trabalho, se esforçaria para criar subdivisões dentro da cor negra, ou seja, negro não é só negro e pronto, existe um arco-íris de cores. Qual seria então o porquê destas representações de cores? Estariam restritas a aspectos biológicos ou existem aspectos culturais que escurecem ou suavizam a negritude dos indivíduos?

Analisando a cor do homem na sociedade, sejam estes homens escravizados ou não, percebemos que as cores mais frequentes na documentação disponível são preto, pardo e cabra. Se tomarmos como base os inventários teremos uma análise da cor dos escravizados, se utilizarmos os processos criminais múltiplos serão os sujeitos e múltiplas serão as cores.

Vamos começar pelo inventário de Carciano Viera de Sousa, um agricultor de poucas posses, com apenas uma casa, um tanque e uma posse de terra de vazante, senhor de três escravos sendo dois “pretos” dos trabalhos da roça e uma “parda” dos serviços domésticos, divisão que muito provavelmente só ocorria no trabalho, pois no caso dos pequenos

escravagistas, senhores e escravos dividiam as mesmas moradas, trabalhando em muitos casos a terra lado a lado.

Todos os escravos de Carciano foram adquiridos por cria, sendo estes filhos de uma antiga escrava de nome Luzia, que não fazia mais parte da lista de classificação dos escravos atualizada em 1872. Dentre os escravos de Carciano temos: Manoel de 29 anos, preto, roceiro; Maria, 26 anos, parda, cozinheira; e Eulália, 24 anos, preta, roceira.

Qual teria sido o fator de clareamento da escrava Maria, passando de preta como seus irmãos, para parda? A miscigenação poderia ser a explicação mais óbvia, mas nas sociedades escravistas do interior dos sertões outros fatores interferiam diretamente na qualificação dos indivíduos, existindo outras hipóteses que podem ser ventiladas para explicar a maior proximidade da liberdade de Maria “parda” em relação a seus irmãos “pretos”. Maria por ser a filha mais velha da escrava Luzia pode ter herdado a ocupação da mãe, o ofício de doméstica, mais direcionado a escravos dóceis, ladinos. Aos demais filhos foi dada a cor da escravidão mais generalizante, o “preto”.

Já no inventário de João Marques Gomes, terceira maior fortuna inventariada entre 1874-1888, com um monte-mor de 15 contos 698 mil 442 reis, dono de cinco casas de telha, sendo uma delas localizada na matriz da vila de Santana das Mercês, na importância de 1 conto e 500 réis, tendo como Raiz 25% de sua fortuna, 306 cabeças de gado e 72 equinos (montaria, carga e campear), senhor que foi de 12 escravos, divididos apenas em duas nuances, “pretos” e “cabras”, classificação que não leva em conta sexo, faixa etária, e preço, não existindo um critério nítido de distinção entre “pretos” e “cabras”.

Sobre ser “cabra”, quem seriam estes, se tomássemos como base o significado presente no Aurélio? O significante “cabra”, além do *animal mamífero bovídeo*, também significa *miscigenação do mulato e negro*, até aí não temos nenhuma novidade, não há nada que venha a ser revelador da identidade de coragem, valentia e lealdade do sertanejo. As assertivas que vem a seguir trazem mais luz a essa questão, trazendo como significados: *capanga; cangaceiro; pessoa/sujeito; indivíduo valente ou digno de admiração por outro motivo.*<sup>181</sup>

---

<sup>181</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário século XXI*: minidicionário da língua portuguesa 5ª Ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Nas terras de D. Josefa Maria da Conceição, uma pequena propriedade pecuarista, com apenas 20 cabeças de gado, 15 equinos e 8 caprinos, havia os escravizados Felismino, vaqueiro de 35 anos de idade; Luís de 15 anos e Francisco de 14 anos, todos classificados como cabras. Estes escravizados cuidavam e provavelmente administravam a propriedade de D. Josefa, que possuía um patrimônio de 2 contos 814 mil 236 reis, cujo maior percentual de riqueza estava exatamente na posse dos “cabras”.<sup>182</sup>

No criatório de Hortêncio Rodrigues Coêlho todos os 7 escravos são indiferentemente classificados como “pretos”,. Todos estavam em boa idade ativa, entre 13 a 36 anos, sendo 5 homens e 2 mulheres, estas últimas com 17 e 22 anos de idade, com valor de 300 mil réis cada uma, possuindo escravos de grande valor como Sabino, 24 anos e Euzébio, 18 anos, no valor de 800 mil réis, sendo estes os prováveis vaqueiros das 391 cabeças de gado, muito embora todos os escravos de Hortêncio fossem classificados como roceiros.<sup>183</sup>

O termo “pardo” é uma conjunção de qualificação racial e social, aplicado a livres, escravos e libertos, independentemente do indivíduo ser ou não mestiço<sup>184</sup>. Segundo Hebe Mattos ser “pardo” era uma instância que antecedia ou configurava a liberdade, liberdade esta que deveria ser confirmada pela sociedade, pois ao contrário o indivíduo poderia ser reescravizado, o que muitas vezes ocorria com libertos que abandonavam suas regiões de origem. Portanto, acabava sendo uma opção segura ficar na área onde foi escravo e viver uma semiescavidão, sob a tutela de seus antigos senhores, servindo em suas terras.

Ter a pele classificada e reconhecida como “parda” constituía o primeiro elemento de status social, possibilitando a ascensão ou simplesmente a inserção social. O desejo de mobilidade social e espacial é inerente à liberdade. Buscar novas terras, apossar-se delas, fazê-las produzir e gerar riqueza era algo desejado por todos os “pardos”. Isso porque a liberdade potencializa a obtenção da propriedade, uma propriedade que se dá pelo apossamento, pela exploração da terra, por uma propriedade facultada, onde muitas delas terão seus registros oficializados em cartório em anos posteriores.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> Inventário de Josefa Maria da Conceição, Jaicós, 1882, APEPI, seção do judiciário, cx 107.

<sup>183</sup> Inventário de Hortêncio Rodrigues Coêlho, Jaicós, 1881, APEPI, seção do judiciário, cx. 107.

<sup>184</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 3ª ed. rev. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>185</sup> Registro de terra 1889; 1901; 1902, de acordo com a Lei nº 168. APEPI, seção do judiciário.

Além da posse da terra, também estes “pardos” poderiam ter escravos e, em alguns casos, ex-escravos passavam a ser donos de escravos. Quase todos os indivíduos livres tinham ou queriam ter escravos. Entre os homens pobres livres temos a posse de pelo menos um escravo, como no caso do inventário de Raymundo Francisco do Nascimento, que só possuía uma escrava de nome Thomasia de 15 anos de idade, para trabalhar as roças de suas pequenas posses de terra, tendo apenas 8 equinos e 6 cabras para serem cuidados<sup>186</sup>. Muitas pessoas só abriam inventários devido à posse de escravos, condição que lhes garantia nível mínimo de prosperidade.

Isso porque a posse do escravo passou a ser pulverizada e acessível a muitos. Tal fenômeno dificulta a observação das tensões, pois estas acontecem dentro das moradias compartilhadas por senhores e seus poucos escravos. Em muitos casos, as cores das pele de senhores e escravos se assemelham, não sendo mais um fator tão nítido de distinção entre senhores e escravos.

As relações entre os homens dos sertões se davam amplamente, independentemente de sua situação jurídica, fossem esses sujeitos-proprietários, ou objeto-propriedade<sup>187</sup> ou ainda trabalhadores livres. Todos comungavam e transitavam pelos mesmos espaços, convivendo diuturnamente. Essa era a configuração das sociedades escravistas do sertão, onde em grande parte dos casos os escravos habitavam as mesmas moradas de seus senhores, tomando como exceção os senhores com grandes fortunas. As sociabilidades se davam com o envolvimento de todos os indivíduos, trabalhando juntos nas farinhadas, nas roças e nas boiadas, mas eram nas festas onde ocorriam as mais intensas interações sociais, os namoros, as conversas, os conluios, os desentendimentos, os ciúmes, as brigas e os crimes.<sup>188</sup>

O Congado, a Festa de Reis e outras ocasiões festivas eram exemplo não só de negociação como também de reestabelecimento de relações socioculturais e hierárquicas dentro da estrutura social dos escravizados, recriando laços de solidariedade, de autonomia e de autoridade, como por exemplo, com a coroação do Rei do Congado. Nas festas a cachaça acompanhou várias contestações da ordem estabelecida pela sociedade. Ela era

---

<sup>186</sup> Inventário de Raymundo Francisco do Nascimento, Jaicós, 1885, APEPI, seção do judiciário, cx. 107.

<sup>187</sup> KOERNER, Andrei. *Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX*. Lua Nova, São Paulo, n.68, pag. 205-242, 2006.

<sup>188</sup> LIMA, Solimar O. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí – 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

distribuída para alegrar as festas, acompanhada de cantos e batuques, desencadeando amores e dissabores, ascendendo mágoas, despertando ódios, dando lugar as vinganças.

No dia a dia surgiam tensões e estas evoluíam para conflitos que ficaram registrados nas marcas de lesões nos corpos dos escravizados e em alguns poucos processos criminais, pois o número de processos criminais é bem menor que os episódios de violência sofridos e cometidos pelos escravos nas sociedades escravistas. Mas era preciso manter a ordem e a disciplina para que a civilidade reinasse na vila de Jaicós, nos confins do Piauí. Para obtenção deste fim era necessário controlar as massas pobres e em especial a escravaria.

O grande contingente de indivíduos escravizados sempre gerou grande medo nas populações brancas que mantinham a escravidão como força de trabalho prioritária ao modelo econômico da grande propriedade. Para impedir e reprimir revoltas ou insubordinações individuais a violência era amplamente utilizada, mas também é importante salientar que a violência não era a única possibilidade de manutenção da ordem, muito embora esta tenha feito parte da vida dos escravizados e dos não escravizados, das populações pobres e mestiças em geral, oprimidas pela violência ou pelo medo dela.

Era necessário que os senhores estabelecessem outra forma de convencimento além da violência. Nesses casos, os acordos e as negociações garantiam melhores resultados que muitas vezes o uso da força, pois esta tirava o ânimo para o trabalho e trazia inúmeros contratempos para a empresa escravista. Vale ressaltar que a quebra dos acordos fazia com que a violência fosse retomada. A negociação aparece como uma possibilidade de equacionar a desproporção entre indivíduos escravizados e não escravizados, tão discrepantes em algumas regiões do Brasil, além de também se fazer presente entre indivíduos livres, atenuando os conflitos entre a classe dos despossuídos e a classe dos senhores.

O simples exame da participação dos cativos na população total do país, altíssima até o início do século passado, nos permite duvidar que uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e escravizados pudesse gozar de alguma estabilidade sem que, ao lado da violência, ou melhor, do “temor da violência”, não passassem poderosas correntes de negociação e sabedoria política. Esta suposição reforça-se quando

verificamos que nas revoltas, como as do ciclo de 1835, na Bahia, os libertos podiam formar lado a lado com os escravos.<sup>189</sup>

As contendas ocorriam não só entre senhores e escravizados, mas também destes entre si e com indivíduos livres que circulavam na vizinhança. Os laços de solidariedade se davam entre livres, forros e escravizados e a constituição desses laços era estabelecida por interesses de trabalho, econômicos e afinidades, não existindo uma estrutura social tão segregada entre livres e escravizados nos sertões.

Ainda no tocante à violência, os limites entre o que era aceitável e o que era considerado inaceitável em relação aos castigos dos escravos era bem relativo. Em geral, tal julgamento perpassava pelo status de quem aplicou o castigo e a dimensão do delito causado pelo escravo. No campo da escravidão privada os castigos foram muitos e as censuras poucas, para não dizer raras. No campo da escravidão pública muitos foram os castigos e embora as censuras ocorressem em número pouco expressivo, elas aconteceram. Denúncias foram instauradas, processos foram abertos, punições foram conferidas e por menor que fosse a possibilidade de ser ouvido, o importante é que estes escravos tinham esta possibilidade e muitos foram ouvidos. *Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaço ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos podem ser apreendidos através das ações.*<sup>190</sup>

A resistência à escravidão ganha mais uma forma de reação através da justiça. Os escravos passaram a denunciar o que lhe era mais insuportável, muitas vezes fugindo de suas propriedades para queixarem-se a justiça, queixas estas que poderiam se dar devido a maus tratos, pelo desejo de receber o batismo ou casamento, por direito de propriedade de “quarta”, isso por que o “costume” da “quarta” também era estendido aos escravos, os quais possuíam bens, que poderiam ser vendidos para compra da liberdade.<sup>191</sup>

No Piauí temos o registro do pagamento de “quarta” aos escravos do Fisco, além de registro de processos judiciais pedindo devolução de bens de escravos incorporados irregularmente ao patrimônio do Fisco, como também por direito de herança dos parentes de

---

<sup>189</sup> SILVA, Eduardo. e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 14.

<sup>190</sup> SILVA, e REIS, op. cit., p. 15.

<sup>191</sup> O direito dos escravos ao pecúlio só foi reconhecido em forma de lei em 1871, muito embora na prática este sempre existisse.

escravos falecidos que haviam acumulado bens pelo sistema da “quarta”. Para Solimar Oliveira Lima, a quarta era um instrumento de disciplina e um estímulo para o exercício do bom trabalho, imprimindo nos escravos uma ilusão de liberdade, que seria obtida pela possibilidade de acúmulo de capital oriundos do recebimento da “quarta”.<sup>192</sup>

Não podemos minimizar que a “quarta” representou uma possibilidade de ganho aos escravos e suas famílias, pois através deste ganho poderiam melhorar sua alimentação, condições de vida e comprar a liberdade. Nos registros dos inventários de Jaicós temos no testamento do Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues o pagamento da “quarta” a um liberto de nome Marcelino, filho da liberta Clemência, gado este que já se encontrava marcado a ferro com a letra “M”, mas pastava nas terras do Padre.

Em relação ao trabalho, este era controlado pelos senhores através da produtividade dos escravos, os quais deveriam exercer várias atividades diuturnamente para atingir os resultados estipulados. Os senhores elaboravam planos de trabalho com a finalidade de dar um melhor aproveitamento ao tempo do escravizado, que tinha suas atividades planificadas o ano todo, restando pouco tempo para o descanso e para as sociabilidades. Esse controle das atividades produtivas também se configura como uma estratégia de controle das populações escravas.<sup>193</sup>

A grande maioria dos escravizados não possuía uma atividade especializada, existindo também alguns ofícios que não podiam ser exercidos por escravizados, como o de ourives. A grande maioria dos escravos exercia atividades ligadas ao campo, seja na agricultura ou na pecuária. Dentre os ofícios especializados que poderiam ser exercidos por escravizados temos o do vaqueiro.<sup>194</sup>

Como se pode observar, o trabalho executado pelos escravos abrangia uma gama bastante ampla de atividades produtivas, tanto na área rural quanto na urbana, em propriedades particulares ou da coroa. Em certas ocupações, estes trabalhos tinha o seu valor determinado em dinheiro. Alguns proprietários de escravos viviam da exploração dos jornais obtidos por seus escravos.<sup>195</sup>

---

<sup>192</sup> LIMA, Solimar de Oliveira. *Doutrinas dos inimigos: formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas de pastoreio no Piauí: 1711-1871*. IN. NASCIMENTO, Francisco Alcides do, e VAINFAS, Ronaldo. História e historiografia. Recife: Bagaço, 2006.

<sup>193</sup> LARA, op. cit., p. 184.

<sup>194</sup> LARA, op. cit., p. 189.

<sup>195</sup> LARA, op. cit., p. 191.

No caso de Jaicós os inventários dos agricultores com menos de um conto de reis de espólio, possuem nos seus escravos maior índice de riqueza, sendo a exploração do trabalho destes o que garante a sobrevivência de seus senhores. Ainda sobre as formas de controle estas se davam de três maneiras: o dito controle interno ou controle doméstico e os controles externos do tipo estatal e social, sendo que os os dois últimos mantêm estreita relação.

O controle interno se dá dentro das unidades produtivas, exercido pelos próprios senhores, seus procuradores e administradores, com o uso da violência para disciplinar o corpo transgressor e as almas de toda a escravaria.<sup>196</sup>

“Disciplina, violência e trabalho compulsório eram elementos ordenadores da economia senhorial no trato dos escravos: imprescindível na dominação dos escravos, a violência foi também o meio se realizou a divisão e repartição do trabalho, em função da necessidade de empreendimentos lucrativos.”<sup>197</sup>

No Piauí a violência sempre fez parte das estratégias de controle escravistas, como veremos na obra *Elite colonial piauiense*, de Tanya Brandão:

“No contexto escravista piauiense verifica-se que a violência, entendida por constrangimento físico ou moral, esteve presente no tratamento dispensado aos escravos. Se, por um lado, a existência de instrumentos de tortura comprova que o recurso do castigo físico foi uma alternativa para manter a ordem escravista, por outro o próprio ato de escravizar consiste em agressão a condição de ser humano dos índios, negros e mestiços sob o cativoiro.”<sup>198</sup>

A violência contra o escravo não era proibida por lei, o que se punia eram os excessos. Mas como saber os limites entre disciplinar, função que correspondia aos senhores, e cometer crimes de lesão corporal ou assassinato? Como eram estabelecidos os limites entre a violência aceitável e a inaceitável, se a punição ao escravo para discipliná-lo era um direito reconhecido por lei?

Cabia ao Estado e à sociedade o controle externo julgando a medida aceitável e usando de seu poder tanto para prevenir quanto para punir. O caso da escrava Luzia, que

---

<sup>196</sup> COSTA, Francisca Raquel da. *Escravidão e conflito: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX – Teresina*: EDUFPI, 2014.

<sup>197</sup> LARA, op. cit., p. 55.

<sup>198</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: FCMC, 1995. Pág. 158.

assassinou três de seus filhos, depois atentando contra a própria vida, é elucidador destas duas dimensões, pois esta teve como pena o açoite em praça pública, onde temos a concretização da dimensão da punição ao corpo, pelo delito cometido pela escrava, e a dimensão da prevenção, pela aplicação pública do castigo.

A família escrava, elo de afeto e submissão, e as relações de solidariedades se mostraram um bom mecanismo de estabilização de tensões, pois estas relações formaram núcleos de pertencimento, enraizando os indivíduos pelo afeto a seus pares, subjugando-os ao sistema escravista.<sup>199</sup>Independente dos muitos mecanismos de controle, os escravizados e os trabalhadores livres pobres buscavam resistir, rompendo os limites impostos pela elite da sociedade senhorial, denunciando abusos de autoridade e violência, respondendo com violência a violência, cometendo crimes em legítima defesa da vida e da propriedade, furtando gado e criações, que para os réus poderiam corresponder ao pagamento anual de seu trabalho, a “quarta”, mas para os senhores não passava de roubo.<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil- século XIX)* 3ªed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>200</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa revelou uma grande estratificação social e uma acentuada concentração de terras nas mãos de uma pequena camada da vila de Jaicós. Esse desequilíbrio econômico resultou em estrutura social moldada em relações de dependência que chamamos de laços de solidariedade.

Dentro do ambiente econômico da vila de Jaicós temos setores macro, como a pecuária, e micro, como a agricultura de abastecimento ou subsistência. Tais setores mantêm relação de dependência uma vez que estes coexistem e se apoiam de maneira direta ou indireta.

Podemos observar que foi uma sociedade marcada tanto pelo gado como pelas roças, ambos tão presentes nos inventários, ressaltando que o gado era presença expressiva nos inventários das faixas mais abastadas de riqueza e que as roças tiveram papel fundamental na sobrevivência das camadas sociais mais pobres, se configurando em alguns casos como uma possibilidade de superação da pobreza. Podemos concluir que o gado é um símbolo de riqueza e as roças uma esperança de prosperidade.

As populações das terras de Jaicós são de múltiplos ofícios desenvolvidos ao longo da vida para suprir as necessidades que o isolamento impôs a esses habitantes. Uma população composta por negros, pardos e brancos, miscigenada no corpo, na mente e nas almas, fruto de um processo que resultou no povo sertanejo. Uma gente que faz da terra sua fonte de vida, com suas roças de “plantio” e de “capim”. Cuidar da terra e esperar dela a sobrevivência correspondia à ocupação dessas populações durante boa parte de seu tempo, mas ainda era necessário tempo para as oficinas, pois eram precisos móveis, ferramentas, tecidos e tudo o que fosse preciso.

Para a realização de tantas tarefas eram empregados inúmeros braços. Destes muitos eram escravos que se dividiam entre inúmeras tarefas, que iam desde as roças, as pastagens, sem abandonar as oficinas e o trabalho doméstico. A utilização do trabalho do escravo ocorria em todas as atividades.

A sociedade de Jaicós era uma sociedade escravista que tinha no escravo uma riqueza indispensável aos interesses dos grandes e pequenos senhores que viam na utilização dessa mão de obra uma possibilidade de enriquecimento. Mas também não podemos ignorar que dentre as estratégias de contenção de conflitos alguns senhores utilizavam a remuneração da

“quarta” com os escravizados. As outras possibilidades eram a criação da família escrava, além do tradicional uso da violência.

Isso porque a pecuária e, especialmente a agricultura de subsistência, possibilitavam o convívio lado a lado de homens livres com homens escravizados. Essa proximidade facilitava o controle e a vigilância dos escravizados, num jogo de controle e autonomia, pois ora o escravizado sentia-se mais livre e próximo de uma condição de humanidade através da proximidade que as relações de compadrios e os laços de solidariedade lhe conferiam, ora voltava à condição de mercadoria a serviço dos seus senhores, sem vontades, interesses ou necessidades, apenas uma coisa.

As relações sociais ou laços sociais eram muito valorizados. Era necessário estar territorializado, por isso estar ou não vinculado por laços de parentesco ou de dependência fazia muita diferença. Desta forma, identificar-se como vaqueiro ou lavrador de suas terras ou até mesmo das terras de outros significava demonstrar na sociedade o nível de autonomia e a rede de solidariedade do qual fazia parte.

A constatação da existência de uma cultura mestiça e sertaneja foi fundamental para a realização deste trabalho. Este ambiente mestiço, rústico e rural, possui uma cultura política própria, a cultura política do mandonismo, compartilhada como “costumeira” por todos os membros da sociedade dos sertões através das redes de solidariedade.

O mandonismo como uma cultura política de forte poder de atuação tornou-se primordial para a compreensão da formação da clientela que se estabelecia entre os grupos sociais distribuídos entre as faixas de riqueza. Em sua especialidade social, Jaicós permanece a mesma do século XIX, uma sociedade rigidamente estratificada segundo os moldes do Piauí Imperial. Não houve grandes mobilidades sociais e as terras permanecem concentradas em grandes latifúndios. Mesmo com a extinção do trabalho escravo, com o surgimento de núcleos urbanos pela chegada dos meios de transporte e de comunicação não houve grandes modificações na distribuição da renda.

## Fontes

### Fontes manuscritas

#### Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito

- Seção do Judiciário, Jaicós, 1874-1888.
- Inventário de Felixbella Maria de Sant'Anna, Jaicós, 1874, APEPI, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Carciano Viera de Sousa, Jaicós, 1879, APEPI, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de João Marques Gomes, Jaicós, 1879, APEPI, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Ângela Maria Espírito Santo, Jaicós, 1880, APEPI, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário do Tenente Valdivino José Ferreira, Jaicós, 1880, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Leocadia Vieira da Silva, Jaicós, 1880, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Jovina Viera de Carvalho, Jaicos, 1881, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Hortencio Rodrigues Coêlho, 1881, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventários de Anna Joaquina de Jesus, 1882, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Josefa Maria da Conceição, 1882, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Marcos Rodrigues de Sousa, 1882, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Henrique de Sousa Rodrigues, 1883, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Juvencia Maria de Jesus, 1883, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Maria Magadalina Rodrigues, 1883, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Antonia Mendes de Sousa, 1884, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Francisco Manoel Rodrigues, 1884, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Valério Raymundo Rodrigues, 1884, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Fideslina Rodrigues Damasceno, 1885, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Raimundo Francisco do Nascimento, 1885, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Benvinda Christina do Sacramento, 1886, APEP, seção do judiciário, cx. 107.
- Inventário de Manoel Francisco Rodrigues de Sousa, APEP, seção do judiciário, cx. 107.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes* 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001a.

ARAÚJO, Mafalda Balduino de. *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos dos paulistas na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

BRANCO, Francisco Gil Castelo. *Ataliba – o vaqueiro: episódio da seca no Norte* 3. ed. Teresina: Corisco, 1998.

BRANCO, Renato Castelo. *O Piauí: a terra, o homem, o meio*. 2ª ed. rev. Ampliada. São Paulo: Quatro Artes, 1970.

BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectivas históricas do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

\_\_\_\_\_. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª ed. Recife: Ed. universitária da UFPE, 2012.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Os desarrazoados do sertão: um diálogo a partir de Guimarães Rosa e Nina Rodrigues. In.: DECCA, Edgar Salvadori de.; LEMAIRE, Ria (Org.). *Pelas margens outros caminhos da história e da literatura*. Porto Alegre: Ed.da UNICAMP, , 2000.

BOURDIEU, Pierri. *O Poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.  
Calmon, Pedro. *História da casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3 ed. rev. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade* 8. ed. São Paulo: T. Queiroz, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo.(Org.). História e análise de textos. In.: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM editora, 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e cantadores*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1980.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Francisca Raquel da. *Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: EDUFPI, 2014.

DOMINGOS NETO, Manoel. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no vale do Paraíba*. São Paulo: Annablume, 2010.

FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder: formação do patronato político – 16ª Ed.* São Paulo: Globo, 2004. Vol. 01.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XIX: o minidicionário da língua portuguesa*. 5 ed. rev. Ampliada, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia In.: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LARA, Silvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1882-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *A questão da nacionalidade na literatura brasileira*. Cadernos de Teresina, Teresina, ano IX, n. 19, p.71-73, abr. 1995.

MATTOS, HEBE. *As cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3 ed. rev. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2013.

MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1890*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In.: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 2.t. 3.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1995.

NEVES, Erisvaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1966. v. 1, 2, 3, 4.

OLIVEIRA, Noé Mendes. *Folclore Brasileiro: Piauí*. 2 ed. Teresina: Editora UFPI, 1995. p.11-54.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PENA, Eduardo Spiller. *Burlas à lei e revolta escrava no tráfico do Brasil meridional, século XIX*. IN: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes e LARA, Silvia Hunold (org). *Direito e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2006.

QUEIROZ, Terezinha. J. M. *Literatura e História Social*. In.: \_\_\_\_\_ *História, Literatura e Sociabilidade*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p 103-111.

\_\_\_\_\_. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3ª ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. 2ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras convênio com o Banco do Nordeste, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de Mando: banditismo em Minas, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisália, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.

**Relatos:**

Descrição do Certão do Peauhy Remetida ao Ilmo e Rmo Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco pelo Padre Miguel de Carvalho, de 2 de março de 1697. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares: subsídios para sua História*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 362-389.

DODT, Gustavo. *Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

Diário de viagem do regresso para o reino, de João da Maia da Gama, e de inspecção das barras dos rios do Maranhão e das capitanias do norte, em 1728.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí. Revista do IHGB, tomo LXII, parte I, 1º e 2º semestre, p. 60-161, 1900.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedr Phil Von.: *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.